

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Leandro Martan Bezerra Santos

**A Coleção Nássaro Nasser: Arqueologia e Patrimônio Cultural no
Museu Câmara Cascudo**

SÃO PAULO

2022

Leandro Martan Bezerra Santos

**A Coleção Nássaro Nasser: Arqueologia e Patrimônio Cultural no
Museu Câmara Cascudo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Área de concentração: Arqueologia

Orientadora: Marília Xavier Cury

Linha de Pesquisa: Arqueologia e Sociedade

Versão Corrigida (*)

(*) A versão original encontra-se disponível no MAE/USP

A handwritten signature in black ink, reading "Marília Xavier Cury". The signature is written in a cursive style with a large initial 'M' and 'C'.

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação integral ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação, MAE/USP,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santos, Leandro Martan Bezerra
A Coleção Nássaro Nasser: Arqueologia e
Patrimônio Cultural no Museu Câmara Cascudo / Leandro
Martan Bezerra Santos; orientadora Marília Xavier
Cury. -- São Paulo, 2022.
122 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
em Arqueologia) -- Museu de Arqueologia e
Etnologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Museologia Crítica. 2. Patrimônio Arqueológico
em museus. 3. Pronapa. 4. Reabertura dos museus. 5.
Documentação de coleção arqueológica. I. Cury, Marília
Xavier, orient. II. Título.

Bibliotecária responsável:
Monica da Silva Amaral - CRB-8/7681

Nome: Leandro Martan Bezerra Santos

Título: A Coleção Nássaro Nasser: Arqueologia e Patrimônio Cultural no Museu Câmara Cascudo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Data da Aprovação: 29/06/2022

Banca Examinadora

Profa. Dra. Marília Xavier Cury (Orientadora)

Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno

Universidade de São Paulo

Dra. Meliam Viganó Gaspar

Museu da Amazônia - MUSA

A presente pesquisa foi realizada com apoio financeiro da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Processos: 88882.377197/2019-01 e 88887.475659/2020-00.

Dedicado aos meus avós Noêmia Justino e Geraldo Augusto,
falecidos enquanto a condução desta pesquisa ocorria.
Também foi por e para vocês.

AGRADECIMENTOS

O primeiro e maior agradecimento é direcionado à minha orientadora, Marília Xavier Cury, por ter aceitado o convite para me guiar ao longo desta longa e exitosa jornada, particularmente dificultada pelas circunstâncias adversas causadas pela pandemia. A paciência e a confiança passadas nos momentos em que foram tão necessárias, como na grande mudança metodológica feita na pesquisa, se tornaram fundamentais para que o nosso trabalho tenha sido bem-sucedido.

Com sua ímpar generosidade intelectual, a professora Marília também foi de grande importância na pavimentação do caminho para o meu próximo – e enorme - desafio, um doutorado que em breve se iniciará no exterior. Suas contribuições, contudo, não se limitaram à pesquisa deste trabalho, me mostrando um modelo de docente, orientadora e cidadã a ser seguido, algo que agora almejo replicar e inspirar nos meus futuros alunos.

Em seguida, quero expressar enorme gratidão pelo papel cumprido nesta etapa por Nayara, minha esposa e melhor amiga. O amor e a força que me foram dados diariamente são dignos de nota e vão além da minha capacidade de agradecimento. Sempre havia uma palavra de calma e conforto a me ajudar a contornar as dificuldades da jornada, e por isso serei eternamente grato.

Meus familiares foram fundamentais e um magnífico porto seguro para que eu chegasse até aqui. Avós, tios, tias, primos e sogros, sempre torcendo pelo meu crescimento e me incentivando sem medida, o que também posso dizer dos meus amigos, que acreditaram em mim e tornaram a jornada mais leve e divertida.

Duas pessoas, em especial, tornaram a vida mais fácil nesses duros anos de pandemia, e para elas dedico um enfático agradecimento: Sandra e Júlia – minha mãe e irmã, respectivamente -, que estiveram presentes quando foi necessário que eu voltasse de São Paulo pra Natal, aguentando confinadas comigo os meses mais agudos de chatice e irritação.

O meu “muito obrigado” também vai às participantes das bancas de qualificação e de defesa da minha dissertação. Além da professora Marília, também colaboraram, como titulares e/ou suplentes, o professor Bruno Cesar Brulon Soares e as professoras Cristina Bruno, Fabíola Silva, Helena Lima, Maria Margaret Lopes, Leilane Lima, Meliam Gaspar e Veronica Wesolowski. É muita felicidade poder ter a participação de nove grandes cientistas, sendo oito delas mulheres, avaliando e cooperando com a minha pesquisa, e aproveito para parabenizá-las pelos incríveis trabalhos feitos ao longo de suas carreiras.

Agradeço aos demais professores dos quais tive o prazer de ser aluno na USP, a saber, Eduardo Neves e Kai Lehmann, assim como aos amigos e colegas de curso do MAE, que infelizmente pude conviver pessoalmente por apenas um semestre, mas espero encontrar novamente pelos corredores universitários mundo afora.

Um agradecimento especial é destinado à equipe de funcionários do MAE/USP. Da simpatia e gentileza encontrada na recepção à prestatividade da secretaria e da coordenação, todos eles fizeram com que eu me sentisse em casa desde a primeira ida à instituição, ainda durante a fase das provas de seleção. Sem margem para dúvidas, um período do qual sempre terei boas lembranças e orgulho de ter vivido, realizando um sonho de infância. Tudo na USP foi uma grande aventura e um encanto diário.

Não posso esquecer da equipe do Museu Câmara Cascudo, representada nas figuras do museólogo e amigo Gildo Santos Júnior e do arqueólogo e sempre solícito Moysés Siqueira Neto, ambos fundamentais para a existência deste trabalho, com a sugestão da lacuna institucional representada pelo objeto desta pesquisa. Por falar na coleção, congratulo o professor Nássaro Nasser e os demais profissionais que um dia trabalharam para tornar realidade o que, no fim das contas, motivou esta dissertação.

A pesquisa que aqui encerro não seria possível como tal sem os auxílios financeiros possibilitados pela bolsa de estudos que me foi concedida pela CAPES, além dos auxílios advindos do PROAP, essenciais para que eu pudesse realizar viagens de campo e visitar museus em diversas partes do país.

Por fim, agradeço a todos que resistem e lutam por um ensino público de qualidade no Brasil. Que cada um de nós que aqui vive tenha o direito e a oportunidade de buscar conhecimento e a melhoria de suas histórias pela educação.

RESUMO

SANTOS, Leandro Martan Bezerra. **A Coleção Nássaro Nasser: Arqueologia e Patrimônio Cultural no Museu Câmara Cascudo**. 2022. 107f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

A presente dissertação se dedica ao estudo de elementos teóricos das temáticas da Museologia Crítica, do processo curatorial nos museus e das relações entre patrimônio cultural, memória e identidade social, a partir da análise da Coleção Nássaro Nasser do Museu Câmara Cascudo, instituição vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. São utilizadas fontes bibliográficas, de imprensa, institucionais e documentos oficiais do Pronapa e do pesquisador responsável pelo programa no Rio Grande do Norte, Nássaro Nasser, para percorrer um caminho biográfico inicial sobre o contexto de formação da referida coleção. A partir de revisão bibliográfica que destaca as tendências atuais do debate acadêmico em temáticas tão variadas quanto gestão dos patrimônios cultural e arqueológico, construção identitária, arqueologia pública, pertencimento social e participação comunitária, pretende-se discutir as configurações sociopolíticas quanto a formulação e perpetuação de discursos de memória e de identidades, bem como das dinâmicas de poder nas relações de representação social nos museus. Por fim, promovendo uma revisão de literatura com o estado da arte de trabalhos que reflitam sobre a retomada das atividades dos museus e seus respectivos protocolos adotados, objetiva-se detalhar e compreender as nuances desse novo panorama para as instituições museológicas, especialmente considerando a maior utilização de recursos tecnológicos durante o período de isolamento social.

Palavras-chave: Coleções Arqueológicas; Gestão Patrimonial; Museologia Crítica; Política e Patrimônio; Tecnologia e Museus.

ABSTRACT

SANTOS, Leandro Martan Bezerra. **The Nássaro Nasser Collection: Archaeology and Cultural Heritage at the Câmara Cascudo Museum.** 2022. 107f. Thesis (Master in Archaeology), Graduate Program in Archaeology, University of São Paulo, São Paulo, 2022.

This thesis is dedicated to the study of theoretical elements of Critical Museology, the curatorial process in museums and the relationship among cultural heritage, memory and social identity, based on the analysis of the Nássaro Nasser Collection from the Câmara Cascudo Museum, an institution affiliated to the Federal University of Rio Grande do Norte. Press, institutional and official documents from "Pronapa" are used to go through an initial biographical path about the context of formation of the aforementioned collection. Based on a bibliographic review that highlights current trends in academic debate on topics as varied as cultural and archaeological heritage management, identity construction, public archeology, social belonging and community participation, it is intended to discuss sociopolitical configurations regarding the formulation and perpetuation of memory and identity, as well as power dynamics in the relations of social representation in museums. Finally, promoting a literature review with the state of the art of works that reflect on the resumption of museum activities and their respective adopted protocols, the objective is to detail and understand the nuances of this new panorama for museological institutions, especially considering the greater use of technological resources during the period of social isolation.

Keywords: Archeological Collections; Critical Museology; Cultural Heritage Management; Politics and Heritage; Technology and Museums.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nota em importante jornal natalense sobre limitação de espaço e recursos no Instituto de Antropologia.....	9
Figura 2 - Cópia de ata de fundação do Instituto de Antropologia da então Universidade do Rio Grande do Norte.....	10
Figura 3 - Portaria do Instituto de Antropologia.....	11
Figura 4 - Valentin Calderón, Nasser e Mário Ferreira Simões aprendem seriação cerâmica com Betty Meggers.....	12
Figura 5 - Documento oficial, expedido pela Secretaria de Estado de Interior e Segurança do Rio Grande do Norte, que indicava autorização para auxílio às atividades arqueológicas promovidas por Nássaro Nasser	13
Figura 6 - Lista de cargos e funções exercidas por Nássaro Nasser no Instituto de Antropologia	13
Figura 7 - Bibliografia de disciplina de Mestrado cursada por Nássaro Nasser na Universidade Federal da Bahia	14
Figura 8 - Continuação da bibliografia de disciplina de Mestrado cursada por Nássaro Nasser na Universidade Federal da Bahia	15
Figura 9 - Nássaro Nasser e a cozinheira Luísa, durante almoço no seminário realizado em 1964, observam Clifford Evans e o antropólogo José Loureiro Fernandes abrirem panela de barro	17
Figura 10 - Exemplos de artefatos cerâmicos decorados da Coleção Nássaro Nasser	17
Figura 11 - Mapa com a localização das subtradições atribuídas à cerâmica Tupiguarani, com destaque para a área da chamada fase Curimataú	18
Figura 12 - Trecho de relatório com detalhes dos itens cerâmicos obtidos na atividade de campo e com informações sobre seu respectivo local de coleta	19
Figura 13 - Trecho do relatório de atividades do Instituto de Antropologia no ano de 1965 (em inglês)	19
Figura 14 - Lista de equipamentos e recursos solicitados pelo Instituto de Antropologia ao Smithsonian, no âmbito do Pronapa (em inglês)	20
Figura 15 - Proposta de orçamento para pesquisa de campo do Instituto de Antropologia	21
Figura 16 - Menção na imprensa sobre trabalhos do Pronapa	22
Figura 17 - Mapa de sítios arqueológicos da parte potiguar do rio Curimataú.....	23

Figura 18 - Livro de tomo do MCC	23
Figura 19 - Feito por Nássaro Nasser, cartum que satiriza os integrantes do Pronapa	25
Figura 20 - Produzido por Nássaro Nasser, cartum satiriza integrantes do Pronapa ...	25
Figura 21 - Trecho da relação de atividades profissionais executadas por Nássaro Nasser. Destaca-se o período de duração de sua participação no Pronapa	26
Figura 22 - Relação de publicações de uma das redes sociais do Museu Câmara Cascudo	28
Figura 23 - - Parte do memorial de guerra Centro Cultural Trampolim da Vitória, Parnamirim/RN	32
Figura 24 - Mural “La intervención norteamericana”, em destaque na cúpula da entrada principal do Castelo de Chapultepec, na Cidade do México, México	43
Figura 25 - Fachada do Castelo de Chapultepec, na Cidade do México, México	44
Figura 26 - Exposição no Museu do Ouro do Banco da República, Bogotá, Colômbia	44
Figura 27 - Fachada em reforma do Museu da Misericórdia, localizado no Centro Histórico de Salvador.....	54
Figura 28 - Museu da Cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, exemplo de equipamento museológico inaugurado durante a retomada das atividades na pandemia.....	55
Figura 29 - - Placa de recepção aos visitantes após a reabertura do Museu Rodin Bahia/Palacete das Artes, em Salvador.....	56
Figura 30 - "QR Code" que direciona os visitantes do Museu de Arte da Bahia ao livro virtual de assinaturas.....	58
Figura 31 - Protocolo com sinalização em totem e no chão	58
Figura 32 - Aviso de limitação de público no Museu de Arte Moderna da Bahia.....	59
Figura 33 - Cartaz da exposição Armorial, em exibição no CCBB/RJ.....	59
Figura 34 - Sala de exposição interativa da Cidade da Música da Bahia	60
Figura 35 - Cidade da Música da Bahia, museu inaugurado durante a fase da reabertura das instituições museológicas em Salvador	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Registros de visitação anual do Museu Câmara Cascudo.....	29
Quadro 2 - Relação das exposições atuais do Museu Câmara Cascudo	30

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BINFOR	Banco de Informações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCBB/BH	Centro Cultural Banco do Brasil/Belo Horizonte
CCBB/RJ	Centro Cultural Banco do Brasil/ Rio de Janeiro
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COVID-19	<i>Corona Virus Disease</i>
D.C.	<i>District of Columbia</i>
IA	Instituto de Antropologia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAM	Museu de Arte Moderna de São Paulo
MASP	Museu de Arte Assis Chateaubriand
MCC	Museu Câmara Cascudo
Moma	Museu de Arte Moderna de Nova Iorque
OMS	Organização Mundial da Saúde
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
Pronapa	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
<i>QR Code</i>	Código de Barras QR
RN	Rio Grande do Norte
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 SOBRE AS MOTIVAÇÕES E A NECESSIDADE DE UMA PESQUISA A PARTIR DA COLEÇÃO NÁSSARO NASSER.....	1
1.2 OBJETIVOS	3
1.3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	4
1.4 ESTRUTURA DO TEXTO	7
2. CAMINHOS CRUZADOS E O SURGIMENTO DA COLEÇÃO NÁSSARO NASSER: O MUSEU CÂMARA CASCU DO E O PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS (PRONAPA)	8
2.1 HISTÓRICO DO MUSEU CÂMARA CASCU DO E O INÍCIO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE NÁSSARO NASSER.....	8
2.2 O PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS E A COLETA DA COLEÇÃO NÁSSARO NASSER.....	15
2.3 O MUSEU CÂMARA CASCU DO NOS DIAS ATUAIS.....	28
3. OS PATRIMÔNIOS ARQUEOLÓGICO E CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES.....	34
3.1 GESTÃO PATRIMONIAL E A INTERAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO E COMUNIDADES	34
3.2 UTILIZAÇÕES POLÍTICAS DOS PATRIMÔNIOS CULTURAL E ARQUEOLÓGICO	41
3.3 O PATRIMÔNIO COMO OBJETO DE ESTUDO SOCIAL ARQUEOLÓGICO.....	48
4. O FECHAMENTO E A RETOMADA DOS MUSEUS DURANTE A PANDEMIA: REPENSANDO FORMAS DE VISITAÇÃO E COMUNICAÇÃO	54
4.1 VIRTUALIZAÇÃO DOS MUSEUS: REFLEXÕES E CONSEQUÊNCIAS DOS NOVOS PROCESSOS SOBRE AS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS E SUAS EXPOSIÇÕES	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
APÊNDICE I – IMAGENS COLETADAS NO ARQUIVO DO MUSEU CÂMARA CASCU DO	81

1. INTRODUÇÃO

1.1 SOBRE AS MOTIVAÇÕES E A NECESSIDADE DE UMA PESQUISA A PARTIR DA COLEÇÃO NÁSSARO NASSER

A presente dissertação se dedica ao estudo de elementos teóricos das temáticas da *Museologia Crítica*, do processo curatorial nos museus e das relações entre patrimônio cultural, memória e identidade social, a partir da análise da Coleção Nássaro Nasser do Museu Câmara Cascudo, instituição vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Felizmente, parte da trajetória institucional da coleção foi devidamente documentada, em especial o contexto de sua coleta, com os respectivos registros constantes e disponíveis para consulta no arquivo do Museu Câmara Cascudo, sendo uma das primeiras reuniões de itens arqueológicos componentes deste museu localizado na cidade do Natal, capital do estado potiguar.

Esta pesquisa foi proposta e prevista inicialmente como um projeto de estudo específico sobre a mencionada coleção arqueológica, e contaria com pleno suporte técnico da equipe de profissionais de Arqueologia e de Museologia do Museu Câmara Cascudo – MCC/UFRN. Após modificações necessárias em virtude da ocorrência da pandemia de COVID-19, e o consequente fechamento da instituição em meados de março de 2020, a perspectiva original de estudo foi inviabilizada, com a latente situação pandêmica demandando importantes adequações no conteúdo do projeto e no cronograma de execução do trabalho.

Assim chamada em homenagem ao arqueólogo potiguar Nássaro de Souza Nasser, profissional da então *Universidade do Rio Grande do Norte* e principal responsável pela descoberta e escavação de seus quase cinco mil itens catalogados, trata-se de uma coleção cerâmica pré-colonial coletada na segunda metade da década de 1960, em projeto de pesquisa coordenado pelo casal de arqueólogos estadunidenses Betty Meggers e Clifford Evans, fruto de uma parceria entre a supracitada universidade, o Instituto Smithsonian e o Estado brasileiro, por meio do Pronapa, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas.

A participação do Museu Câmara Cascudo no Pronapa pouco após a criação da instituição teve sua importância, motivação e resultado refletidos por Raquel Barros dos Santos:

O fato de o IA/MCC ter nascido num período de reestruturação da política educacional no Brasil, e de ter participado de uma rede internacional de pesquisas que buscava conhecer o país a partir de aspectos que identificassem cada região, influenciou a maneira como essa instituição conduziu suas pesquisas e estabeleceu o que se

constituiria como patrimônio cultural. Ou seja: o pensamento e as práticas presentes no IA estavam permeadas por visões externas. E assim pergunta-se: A identidade “potiguar” representada no IA/MCC se constituiu segundo a visão de que atores? Foi detectada uma clivagem de interesses: de um lado a elite intelectual com ranço patrimonialista, representado por Câmara Cascudo e de outro, uma intelectualidade voltada para o desenvolvimento da pesquisa, representado por José Nunes Cabral de Carvalho integrado a visões externas como dos pesquisadores norteamericanos Clifford Evans e Betty Meggers. Os dois primeiros diretores do IA/MCC criaram um ambiente de disputa que refletiram na representatividade e apropriação da identidade “potiguar”, cuja leitura remete à marca desses campos em conflito. O espaço de manifestações, tradições, práticas e memórias, tão caro a Cascudo foi focalizado por técnicas científicas introduzidas por pesquisadores de outras instituições, inclusive internacionais (SANTOS, 2013, p. 104).

Após a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, tomei conhecimento da existência da Coleção Nássaro Nasser a partir de diálogos estabelecidos com componentes da equipe técnica do Museu Câmara Cascudo. O grande número de itens que a compõem e o longo período durante o qual esse patrimônio arqueológico permaneceu acondicionado no acervo da instituição logo me chamou a atenção, instigando uma curiosidade intelectual e histórica que me motivou a migrar de área de estudo na academia, encontrando na linha de pesquisa “Arqueologia e Sociedade” um caminho para levar a coleção ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

A necessidade de se realizar revisitações e análises de artefatos já descobertos e pouco estudados é uma questão apontada por Bahn e Renfrew (2007), que consideram a preferência de arqueólogos por novas descobertas e escavações um dos fatores responsáveis pelos baixos índices de divulgação dos achados e das pesquisas arqueológicas. Tal lacuna na atividade arqueológica também foi constatada por Tom Miller, que, em estudo no qual faz um balanço sobre a arqueologia no Rio Grande do Norte, afirma:

O material coletado no campo fica mais difícil de interpretar com cada ano (e pedaço de memória) que passa; a análise deve ser feita antes de se voltar para o campo e coletar mais material para ocupar espaço nas prateleiras e nos depósitos. (...) não devemos esquecer de que a Ciência deve servir ao Homem, não apenas à corrida para prêmios acadêmicos. Nas nossas aulas e nos nossos empreendimentos de divulgação ao público (onde estão?), devemos sair das nossas conchas acadêmicas para levar à comunidade envolvente, da qual fazemos parte, os conhecimentos que podem servir

ao processo decisório frente aos problemas do presente e do futuro (MILLER, 2009, pp. 22-23).

Ademais, é igualmente importante identificar as motivações teóricas que guiam novos conceitos e discussões acadêmicas e práticas nas instituições museológicas. Nos termos defendidos por Cristina Bruno, as relações estabelecidas entre indivíduos e os objetos museológicos:

Não são elaborações espontâneas e sim construções sócio-históricas, frutos de distintos níveis de negociações culturais e subjugadas a um número significativo de procedimentos técnicos e científicos. São operações complexas e vulneráveis a novos julgamentos sobre as heranças culturais, aos revisionismos interpretativos provenientes de diversos campos de conhecimento, às novas conquistas científicas e, notadamente, às múltiplas dimensões das esferas de poder (BRUNO, 2020, p. 23).

O raciocínio da professora Cristina Bruno está também em concordância com a autora portuguesa Alice Semedo (2015), quando esta - ao discorrer sobre as representações sociais, culturais e identitárias presentes em inúmeras exposições museológicas - considera e nos esclarece que “os objetos em museus se relacionam intimamente com o conceito de identidade, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, numa relação simbiótica em que o objeto se torna uma extensão do sujeito ou da cultura a que pertence” (SEMEDO, 2015, p. 9).

Dessa forma, para garantir o efetivo cumprimento da função social exercida por um museu universitário, é necessário que haja um retorno para a sociedade, neste caso em forma de descobertas históricas, científicas e pela apreciação do patrimônio público histórico-cultural, devolvendo o investimento feito no desenvolvimento e na execução dos preceitos de ensino, pesquisa e extensão que norteiam a atividade universitária. Parte da missão deste trabalho é chamar a atenção para alguns desses aspectos, além de buscar ampliar o conhecimento público sobre o patrimônio arqueológico potiguar representado pela Coleção Nássaro Nasser.

1.2 OBJETIVOS

Constituem-se como objetivos deste trabalho:

- Divulgar a Coleção Nássaro Nasser junto ao público acadêmico especializado;
- Percorrer um caminho biográfico inicial sobre a formação da Coleção Nássaro Nasser;

- Discutir as configurações sociopolíticas quanto a formulação e perpetuação de discursos de memória e de identidades, bem como das dinâmicas de poder nas relações de representação social nos museus;
- Promover a discussão teórica acerca de temas correlatos à atividade de um museu, como o estudo das estratégias de apresentação do patrimônio cultural e arqueológico;
- Analisar as ferramentas e estratégias de funcionamento virtual dos museus adotadas durante a fase mais aguda da pandemia de Covid-19;
- Realizar uma revisão de literatura sobre os temas explorados ao longo do trabalho;
- Pensar formas de comunicação museológica nas exposições e em como se dá a participação de seu público-alvo na formulação desses expedientes;
- Reunir trabalhos atuais que reflitam sobre a retomada das atividades dos museus e dos respectivos protocolos de segurança sanitária adotados.

1.3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia de pesquisa inicialmente planejada para este trabalho se basearia em procedimentos de ordem bibliográfica e documental, acompanhados de visitas técnicas a instituições museológicas e a exposições arqueológicas, recursos que foram mantidos mesmo com as mudanças efetuadas em virtude do forte impacto causado pelo cenário de pandemia na condução do projeto. Estudos de caráter qualitativo e, especificamente, de análise laboratorial em contato direto com os artefatos da Coleção Nássaro Nasser, entretanto, foram retirados na nova condução metodológica desta pesquisa.

O estudo bibliográfico, realizado sem grandes empecilhos, utilizou os acervos digitais e as estruturas físicas das bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da Universidade de São Paulo e do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, almejando especialmente a compreensão de questões sobre a relação entre museus, arqueologia e sociedade, com contribuições teóricas advindas do escopo das ciências sociais e humanas.

Para o último capítulo desta dissertação, especificamente e em virtude da própria natureza recente de seu objeto de discussão, buscamos a leitura e utilização de trabalhos elaborados e publicados entre o ano de 2020 e o primeiro semestre de 2022, com o intuito de assegurar a atualidade necessária à teoria explorada para sua elaboração.

Um banco de dados inédito – intitulado *BINFOR* – foi desenvolvido pela equipe técnica do museu, com o intuito de identificar quantitativamente, de modo rápido e eficiente, as características dos artefatos arqueológicos da coleção que passaram por essa análise. Sobre o *BINFOR*, componentes da equipe técnica do Museu Câmara Cascudo esclarecem que:

Buscando o ordenamento das informações, foi desenvolvido a sistematização de um Banco de Informações (BINFOR), no programa Excel, permitindo gerenciar as informações gerais e concomitantemente ao inventário específico do acervo. O BINFOR contém as seguintes categorias: projeto, sítio, código do sítio, código de sítio no MCC, estado, município, localidade, topônimo, fonte d'água, UTM, coordenadas geográficas, intervenção de solo, setor, unidade, nível, camada, coleção, código da coleção, modo de aquisição, data de aquisição, id. das peças, outro id. das peças, tipo de material, classificação, quantidade de material (unidade), peso (g), higienização, triado, analisado, restaurado, horizonte cultural, período, cronologia, descrição, estado de conservação, referência bibliográfica, id. imagem, localização da imagem digital no acervo, local de guarda, estante, id. caixa, número de sacos, forma de acondicionamento, id. estante, localização atual, histórico de movimentação da peça e por fim observações (SILVA et al, 2018, pp. 124-125).

Diante do quadro pandêmico que afetou as condições de acesso à coleção, e visando a obtenção de uma efetiva exequibilidade da pesquisa, dados obtidos na análise quantitativa do banco de informações já existente substituíram a análise qualitativa individual em laboratório de alguns dos itens do acervo.

Assim, somam-se aos métodos de pesquisa mencionados acima e empregados neste trabalho os procedimentos listados a seguir:

- Consultas ao arquivo do Museu Câmara Cascudo;
- Identificação e utilização de documentos oficiais institucionais do Museu Câmara Cascudo e do Pronapa;
- Documentos profissionais do pesquisador Nássaro Nasser;
- Fontes de imprensa;
- Busca e utilização de fotografias e publicações da época do projeto;
- Visitas a diversos museus e exposições, com ênfase em temáticas de Arqueologia e Etnologia.

Uma vez que não foram encontradas nos documentos do Museu Câmara Cascudo imagens que pudessem ser seguramente atribuídas à participação da instituição no Pronapa, um artigo publicado por Betty Meggers foi de fundamental importância para a obtenção de

fotografias relevantes de vários âmbitos e estágios do programa, com diversas fotos e ilustrações com procedência confirmada da época de execução do projeto.

A pesquisa documental, por sua vez, se deu essencialmente junto aos arquivos do Museu Câmara Cascudo. De enorme relevância para esta pesquisa, as abrangentes consultas - realizadas em dezenas de pastas que englobavam todas as pesquisas arqueológicas da instituição no período - culminaram na identificação de importantes documentos oficiais da instituição e do próprio Pronapa, assim como de registros da trajetória acadêmica e profissional do pesquisador Nássaro Nasser, diários de campo e publicações originais sobre a coleção objeto do presente estudo.

A partir da seleção de itens dentre esses documentos encontrados no arquivo do museu, foram destacadas um total de vinte e nove imagens que nos auxiliaram na obtenção de informações, em grande nível de detalhe, sobre a pesquisas realizadas no âmbito do Pronapa no Museu Câmara Cascudo e da trajetória profissional e acadêmica do principal pesquisador responsável na divisão do projeto no Rio Grande do Norte. Embora apenas algumas fotografias desses documentos tenham sido utilizadas ao longo do trabalho, todos os arquivos selecionados estão arrolados e reproduzidos em apêndice estabelecido em sequência ao texto.

Visando contextualizar e mapear a trajetória da história oficial, empregam-se aqui os métodos críticos de análise historiográfica sugeridos por Le Goff (1996) e Pollak (1989, 1992). Este último considerava a memória como uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (1989, p. 9), além de afirmar que:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória (POLLAK, 1992, p. 204).

Ainda a respeito do método de pesquisa documental, nos informa Antônio Severino:

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p. 123).

A experiência de visita a dezenas de outras instituições museológicas também colaborou com a construção de algumas das percepções elencadas ao longo trabalho, assim como

forneceram várias das imagens que ilustram elementos do texto, resultando também na apreensão de diversos procedimentos de construção, montagem e curadoria de exposições de Arqueologia, na assimilação das dinâmicas de funcionamento desses museus e espaços culturais e das práticas de conservação e guarda de artefatos em reservas técnicas, com impacto decisivo na qualidade das observações e considerações tecidas neste trabalho de pesquisa.

Em virtude do acompanhamento de funcionários de algumas das instituições visitadas, obteve-se acesso diferenciado a exposições e aos ambientes de trabalho em acervos de algumas instituições, assim como a observação de protocolos de retorno em museus de seis estados brasileiros. Cabe dedicar especial destaque às visitas técnicas realizadas a instituições museológicas realizadas ao longo desta pesquisa, parte delas com suporte financeiro do PROAP – Programa de Apoio à Pós-Graduação.

1.4 ESTRUTURA DO TEXTO

A estruturação pensada para a dissertação a dividiu em três capítulos, conforme é descrito a seguir.

Em suma, o primeiro capítulo faz um apanhado histórico e documental para traçar o contexto de criação da coleção arqueológica título deste trabalho, especialmente a partir da utilização de documentos oficiais obtidos em visita ao arquivo do Museu Câmara Cascudo. Este mesmo museu tem sua história institucional explorada na sequência dessa parte do texto, assim como seu lugar no circuito museológico do estado, acompanhado de considerações sobre aspectos de alguns dos demais museus do Rio Grande do Norte.

Em seguida, no segundo capítulo da dissertação, é feita uma revisão teórica que destaca as tendências atuais do debate acadêmico em temáticas tão variadas quanto gestão dos patrimônios cultural e arqueológico, construção identitária, pertencimento social e participação comunitária, arqueologia pública e educação patrimonial.

Finalmente, o terceiro e último capítulo continua o procedimento de revisão bibliográfica, trazendo o estado da arte de análises, discussões e pesquisas promovidas por profissionais que se debruçaram sobre a retomada das atividades dos museus, incluindo os de arqueologia e etnologia, após o início da pandemia. Além disso, é retomada a influência das experiências de visitas a instituições museológicas para refletir sobre o processo de virtualização dos museus, com as consequências e impactos de seus novos processos e protocolos de reabertura, implicando em mudanças nas dinâmicas de exposição, interação, curadoria e comunicação museológica.

2. CAMINHOS CRUZADOS E O SURGIMENTO DA COLEÇÃO NÁSSARO NASSER: O MUSEU CÂMARA CASCUDO E O PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS (PRONAPA)

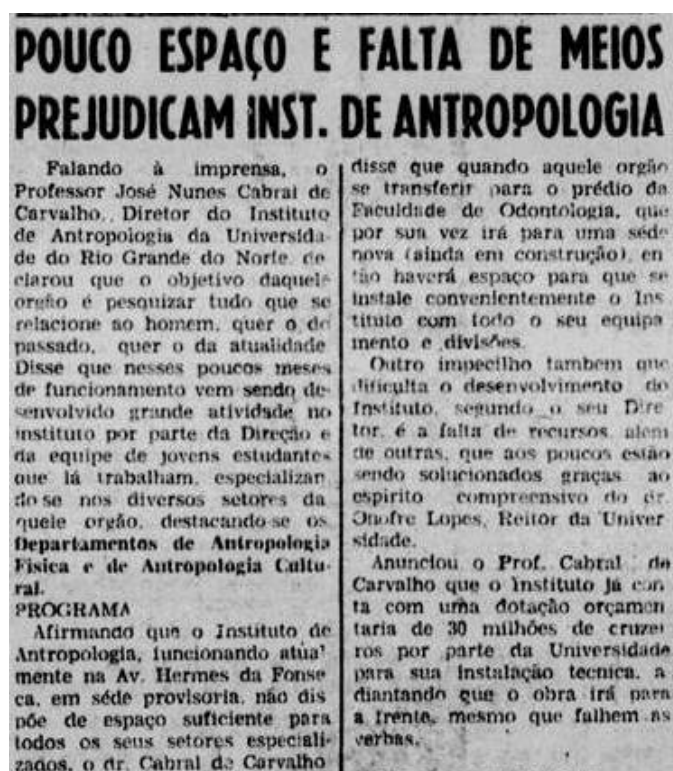
2.1 HISTÓRICO DO MUSEU CÂMARA CASCUDO E O INÍCIO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE NÁSSARO NASSER

Inicialmente nomeado como *Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte*, oficialmente criado em 1960, instituído em 1961 e com atividades iniciadas em 1962, o Museu Câmara Cascudo se destaca regionalmente por ser o principal museu do estado do Rio Grande do Norte, promovendo atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito universitário, além de ser uma referência ativa no roteiro cultural e histórico da cidade de Natal, sua capital, ao receber regularmente grupos escolares e de turistas. As áreas de Antropologia, Arqueologia, Botânica, Paleontologia e Zoologia são algumas das principais temáticas de ensino e constituição de acervos do museu. Em 1973, a instituição passou a ter a atual denominação Museu Câmara Cascudo, assumindo as estruturas administrativa e física do antigo Instituto de Antropologia no ano seguinte, quando este foi suprimido após uma reforma universitária na já federalizada Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Centro de pesquisa projetado por sugestão, dentre outros intelectuais, do renomado antropólogo e historiador cultural potiguar Luís da Câmara Cascudo, amplamente apontado como o maior folclorista brasileiro e primeiro diretor do museu, o Instituto de Antropologia teve seu desenvolvimento inicial impulsionado na esteira do ambiente de criação, em 1958, da universidade que o abrigava. A esse respeito, Jacqueline Silva (2013, p. 2) destaca que em “1959, Luís da Câmara Cascudo, no jornal *A República*, (...) apresentava para a população natalense a ideia de criação de um Instituto de Antropologia (IA) em Natal, mostrando esse espaço como uma ‘força nova’ da Universidade do Rio Grande do Norte”.

Em sua edição de 26 de janeiro de 1963, há no jornal *Diário de Natal*, extinto periódico potiguar cujo acervo tem no Museu Câmara Cascudo seu atual local de guarda, um destaque para a reivindicação feita pelo então diretor do Instituto de Antropologia, o professor José Nunes Cabral de Carvalho, reclamando a realocação da instituição para uma área com maior espaço físico disponível, em projeto que já contava com aporte financeiro para as obras, como se vê no recorte a seguir:

Figura 1 - Nota em importante jornal natalense sobre limitação de espaço e recursos no Instituto de Antropologia

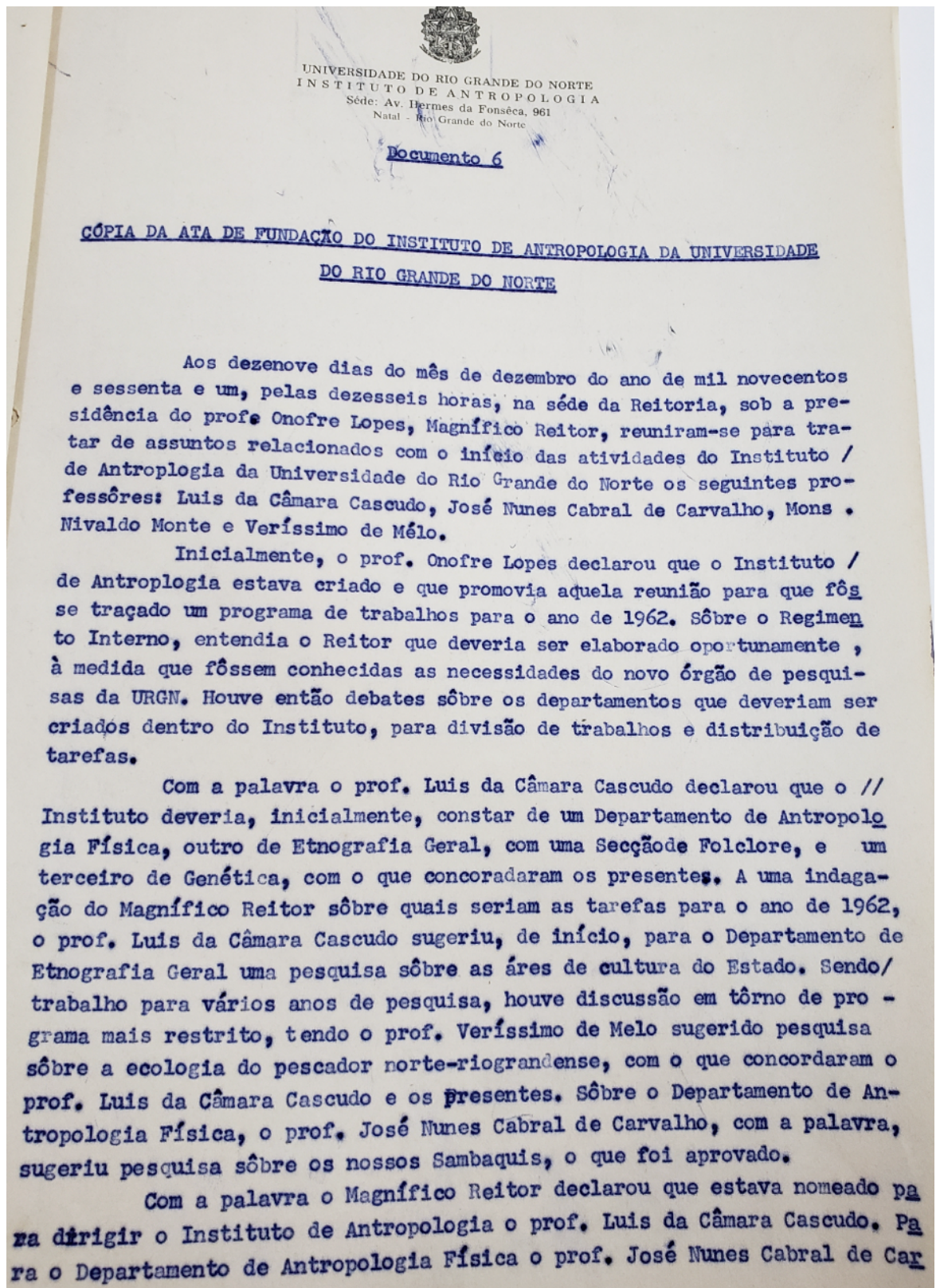


Fonte: Diário de Natal (26 jan. 1963, p. 3).

A movimentação política surtiu o efeito desejado: o Museu Câmara Cascudo passou a ocupar seu prédio atual no ano de 1967, com a inauguração oficial do espaço tendo ocorrido em 1969. Localizado no bairro de Tirol – área de classe média-alta da cidade de Natal, mas que à época de instalação da instituição era um setor de expansão imobiliária da capital do Rio Grande do Norte –, suas instalações receberam mais de vinte e quatro mil visitantes em 2019, último ano com registro completo, grande parte vindos nas visitas escolares que ocorrem com frequência quase diária, além da presença ativa de estudantes, pesquisadores e profissionais envolvidos nas diversas atividades promovidas no local.

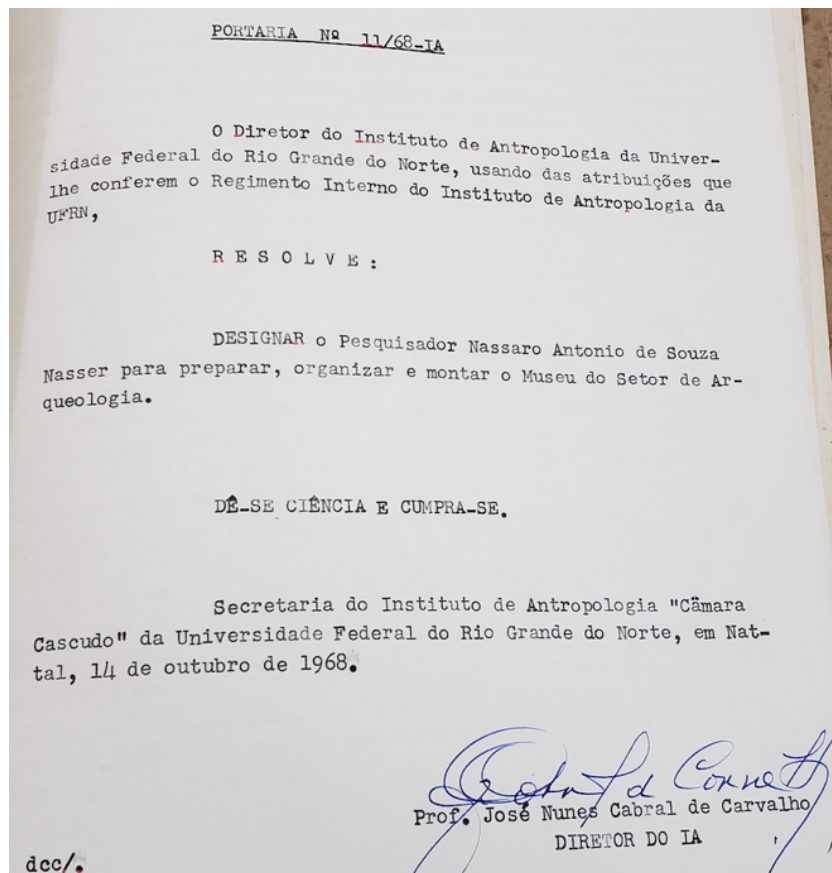
Adotado desde o início de suas atividades, o modelo de divisão setorial firmado no instituto resultou na criação de micro museus dentro de um mesmo ambiente. Tal dinâmica influenciou a caracterização dos espaços expositivos como locais que refletiam e expressavam formações e orientações acadêmicas dos líderes responsáveis por cada montagem, de acordo com sua respectiva disciplina de especialização, conforme nos diz Jacqueline Silva, que atua como museóloga na própria instituição e afirma ser “visível que as coleções do Instituto não se dissociavam dos ideais de seus pesquisadores. Essa prática, de individualização em pequenos museus, construiu formas de prestígio e distinção individual naquele espaço” (SILVA, 2013, p. 4).

Figura 2 - Cópia de ata de fundação do Instituto de Antropologia da então Universidade do Rio Grande do Norte



O setor de Arqueologia do até então Instituto de Antropologia “Câmara Cascudo” teve como seu primeiro chefe o pesquisador Nássaro Nasser, que assumiu o cargo em 1965, mesmo ano em que teve início sua colaboração com o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Já no final de 1968, Nasser passou também a ter a incumbência de organizar um museu para o setor de Arqueologia, conforme atesta a portaria destacada abaixo:

Figura 3 - Portaria do Instituto de Antropologia



Fonte: arquivo do Museu Câmara Cascudo. Imagem: acervo próprio.

Figura central do Museu Câmara Cascudo na execução da divisão potiguar do Pronapa, o professor Nássaro Nasser iniciou a sua trajetória acadêmica com uma formação em Geografia na então Universidade do Rio Grande do Norte, onde teve os primeiros contatos com cadeiras de Antropologia e a partir da qual ingressou de maneira mais significativa e especializada na Arqueologia. Os conhecimentos adquiridos a partir dos cursos de treinamento e preparação para o programa e o contato estabelecido com o renomado casal de arqueólogos estadunidenses Betty Meggers e Clifford Evans, além da experiência de trabalho adquirida e do aprendizado resultante do exercício arqueológico anterior ao programa, ao lado de profissionais do nível de

Mário Ferreira Simões (Museu Paraense Emílio Goeldi) e Valentin Calderón (Universidade Federal da Bahia), moldaram sua trajetória de início e progressão de carreira na universidade e na Arqueologia.

Figura 4 - Valentin Calderón, Nasser e Mário Ferreira Simões aprendem seriação cerâmica com Betty Meggers

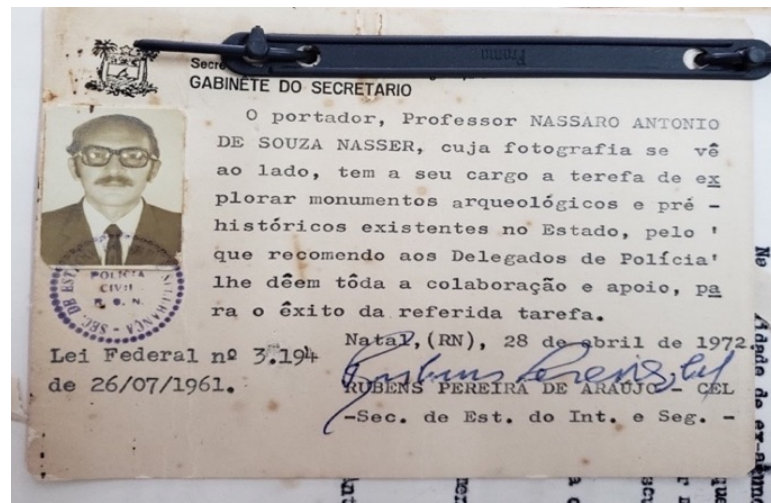


Fonte: Meggers, 2007, p. 35.

Nássaro Nasser, que em 1964 havia sido designado chefe do setor de Antropologia Cultural da instituição, em 1965 passou a ocupar a chefia do recém-criado setor de Arqueologia do Instituto de Antropologia, no qual também deveria trabalhar na preparação e organização do museu do setor enquanto atuava como responsável pela condução do PRONAPA no estado. Enquanto ainda estava no projeto com financiamento estadunidense, Nássaro também foi designado para ocupar a função de representar a diretoria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN nos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará.

De acordo com informação constante na ficha profissional de Nássaro Nasser, preservada no arquivo do Museu Câmara Cascudo e exibida a seguir, em 1972 o arqueólogo passou a portar um documento expedido pela Secretaria de Estado de Interior e Segurança do Rio Grande do Norte, este lhe concedendo autorização para realizar pesquisas exploratórias em monumentos classificados como “arqueológicos e pré-históricos” no estado, indicando o suporte a ser promovido por delegados de polícia.

Figura 5 - Documento oficial, expedido pela Secretaria de Estado de Interior e Segurança do Rio Grande do Norte, que indicava autorização para auxílio às atividades arqueológicas promovidas por Nássaro Nasser



Fonte: arquivo do Museu Câmara Cascudo. Imagem: acervo próprio.

Figura 6 - Lista de cargos e funções exercidas por Nássaro Nasser no Instituto de Antropologia

CARGOS E FUNÇÕES	
1964	- Designado para responder pela Chefia do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Antropologia da UFRN. (doc. 47)
1964	- Colaborou na organização e classificação da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. (doc. 48)
1965	- Responsável pela Chefia do Departamento de Arqueologia do Instituto de Antropologia da UFRN, cargo que continua a ocupar. (doc. 49)
1965	- Responsável pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas no Rio Grande do Norte. (doc. 50)
1966-67	- Representou o corpo discente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFRN, junto ao Departamento de Geografia desta faculdade. (doc. 51)
1970	- Designado para planejar e construir no Instituto de Antropologia da UFRN réplica de um sambaqui. (doc. 52)
1969	- Designado para representar a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, para as questões arqueológicas e pré-históricas, cargo que ocupou até seu afastamento para Mestrado. (doc. 53)
1970-71	- Suplente do prof. Antonio Campos e Silva na representação do extinto Instituto de Antropologia junto ao Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFRN. (doc. 54)
1972	- Titular do CONSEPE como representante do Instituto de Antropologia, situação em que permaneceu até o afastamento para Mestrado. (doc. 54)

Fonte: arquivo do Museu Câmara Cascudo. Imagem: acervo próprio.

Após a bem-sucedida participação no programa, Nasser afastou-se da UFRN para realizar seu mestrado na Universidade Federal da Bahia. Ao voltar de sua experiência em terras baianas, entretanto, o profissional se deparou com o laboratório de trabalho e os materiais arqueológicos frutos de suas escavações fechados e inacessíveis no Câmara Cascudo, o que motivou sua mudança de departamento dentro da instituição, para o Departamento de Ciências Sociais, encerrando sua colaboração com o setor de Arqueologia. Em entrevista concedida a integrantes atuais do setor de Arqueologia da instituição, Nasser não justificou com precisão o que poderia ter levado a esse fechamento do seu laboratório no museu.

As considerações feitas por Jacqueline Souza Silva e Glaudson Freire de Albuquerque (2021), porém, nos dão indícios da situação institucional quando o fechamento ocorreu:

A mudança de instituto para museu, naquela conjuntura de transformações políticas do ensino universitário, significou a impossibilidade do MCC, como museu e órgão suplementar, de lotar professores em seu quadro de funcionários, o que desencadeou uma série de constrangimentos e foi por muito tempo apontado como a principal razão dos problemas enfrentados pelo museu nos anos subsequentes (...) com o passar dos anos o quadro de docentes e servidores técnicos do MCC encolheu em virtude de relações, redistribuições, aposentadorias, falecimentos e, sobretudo, porque o Museu não tinha direito de participação na distribuição oficial de vagas da universidade, o que o prejudicou consideravelmente no cumprimento de suas funções. Sem autonomia para contratar novos profissionais, as atividades de investigação e consulta das coleções do museu diminuíram consideravelmente, tornando-se quase inexpressivas. Com uma produção científica acanhada, o espaço expositivo estagnou: a exposição permaneceu a mesma durante anos, sofrendo apenas pequenas alterações pontuais (SILVA; ALBUQUERQUE, 2021, pp. 120 -121).

Figura 7 - Bibliografia de disciplina de Mestrado cursada por Nássaro Nasser na Universidade Federal da Bahia

2.3 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 - Baldus, Herbert - Bibliografia crítica de Etnologia Brasileira - 1954 e 1968
- 2 - Bates, M. - Human Ecology in Anthropology Today
- 3 - Galvão, Eduardo - Elementos básicos da horticultura de subsistência indígena - Rev.do Museu Paulista
- Aculturação Indígena no Rio Negro in Boletim do Museu Goeldi
- Áreas culturais indígenas do Brasil; 1900/1959. in Boletim Museu Goeldi
- 4 - Kietzman - ed. Indian of Brazil in the XX Century.
- 5 - Lathrap, Donald - "The Hunting" economies of The Tropical Forest zone of South America, in Man The Hunter.
- 6 - Laraja, Roque de Barros - Índios e Castanheiros
e Da Matta, Roberto
- 7 - Meggers, Betty - New World prehistoric cultural development.
- 8 - Mellati, Júlio Cezar - Índios e Criadores
- Índios do Brasil

- 6 -

Fonte: arquivo do Museu Câmara Cascudo. Imagem: acervo próprio.

Figura 8 - Continuação da bibliografia de disciplina de Mestrado cursada por Nássaro Nasser na Universidade Federal da Bahia

9 - Oliveira, Roberto Cardoso de - Sociologia do Brasil Indígena
 - O Índio e o mundo dos brancos
 - O processo de assimilação dos Terena
 - Urbanização e Tribalismo

10 - Ribeiro, Darcy - O Processo Civilizatório
 - Os Índios e a Civilização

11 - Schaden, Egon - Aculturação Indígena
 - Aspectos fundamentais da cultura Guarani

12 - Steward, Julian - Primitive Bands
 - ed. Handbook of South American Indians

13 - Santos, S. Coelho dos - A Integração do Índio na Sociedade Regional

14 - Wagley, Charles e Galvão, Eduardo - Os Índios Tenetehara

Fonte: arquivo do Museu Câmara Cascudo. Imagem: acervo próprio.

Algumas das correntes e doutrinas teóricas estudadas por Nasser em leituras durante a sua Pós-Graduação em Salvador podem ser identificadas nas duas imagens acima destacadas, referentes ao Mestrado em Ciências Humanas realizado pelo arqueólogo na Universidade Federal da Bahia, onde estudou Etnografia e Etnologia e desenvolveu a dissertação intitulada “Economia Tuxá”, em programa de estudos concluído em 1975 (AGOSTINHO, 1979, p. 141).

Em seguida, Nasser realizou um Doutorado em Antropologia na Universidade da Flórida, nos Estados Unidos, onde estudou com auxílio financeiro da CAPES e com licença remunerada de seu cargo de professor assistente na UFRN. Tendo apresentando sua tese ao final de 1982 (NASSER, 1982), foi orientado no Doutorado pelo renomado antropólogo brasileiro Charles Wagley, professor estadunidense com destacado trabalho de pesquisa e considerável número de estudantes que realizaram estudos sobre a região amazônica brasileira (PACE, 2014).

2.2 O PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS E A COLETA DA COLEÇÃO NÁSSARO NASSER

O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA foi uma iniciativa de pesquisa promovida por intermédio de uma parceria entre os governos de Estados Unidos e Brasil - respectivamente nas figuras do Instituto Smithsonian e do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, financiador das instituições brasileiras

colaboradoras do estudo -, tendo lugar entre os anos de 1965 e 1970, com prorrogações e conduções extraoficiais de pesquisa em decorrência do atraso na coleta e processamento dos dados em alguns estados participantes.

Caracterizando-se como uma iniciativa de investigação científica que marcou um dos estágios iniciais da profissionalização da atividade arqueológica brasileira, tendo influenciado gerações de profissionais da área e resultado, dentre outros méritos, na obtenção dos itens componentes da Coleção Nássaro Nasser, o projeto se inscreveu num período de ampliação da pesquisa qualificada em Arqueologia no Brasil, com o surgimento de centros de estudo, especialmente em institutos de antropologia, e prospecção de investimentos e mecanismos de financiamento.

No caso do Pronapa, esse financiamento também decorreu de capital internacional, já que o programa contou com investimento advindo sobretudo dos Estados Unidos, possibilitado por um convênio com o maior organismo museológico daquele país, o Instituto Smithsonian. Detalhes sobre organização, divisão de tarefas e despesas do projeto são obtidos em artigo publicado pela arqueóloga Betty Meggers, sendo ela a própria coordenadora e principal responsável por sua metodologia e execução prática:

Começou em 1965 como uma colaboração entre o Instituto Smithsonian, o qual subsidiou a pesquisa de campo, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) representado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, que subsidiou a publicação e cada instituição participante, que pagou por cada salário e concedeu as facilidades laboratoriais. Desde que o sucesso do Pronapa dependia não apenas do emprego de procedimentos uniformes em campo e laboratório, mas da habilidade de atribuir as fases identificadas em cada estado, em referência às tradições, os participantes se encontraram a cada dois anos de intervalo para comparar seus resultados (MEGGER, 2007, pp. 36-37).

Ainda de acordo com o texto de Meggers (2007), no qual a autora dimensiona a contribuição da arqueologia brasileira a formas de interpretação da linguagem cerâmica, pode-se afirmar que a semente do Pronapa foi plantada a partir de uma iniciativa do antropólogo e etnólogo luso-brasileiro José Loureiro Fernandes, que convidou o casal de arqueólogos estadunidenses composto pela própria Betty Meggers e por Clifford Evans para ministrar cursos com a temática de metodologia e teoria de análise cerâmica no Brasil.

O seminário - realizado ao longo de um mês, com início à altura de 30 de março de 1964 - contou com representantes de quatro das cinco regiões brasileiras, com pesquisadores que trabalhavam nos estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pará, tendo como sedes as cidades de Curitiba e Paranaguá, no Paraná.

Em seguida, ainda segundo o relato pessoal de Betty Meggers, o casal de pesquisadores retornou ao Brasil para a realização de visitas a diversas instituições e arqueólogos que

participaram do seminário, e que viriam a compor a equipe técnica participante do Pronapa, em encontros realizados entre os dias 30 de outubro e 22 de novembro daquele mesmo ano.

Figura 9 - Nássaro Nasser e a cozinheira Luísa, durante almoço no seminário realizado em 1964, observam Clifford Evans e o antropólogo José Loureiro Fernandes abrirem panela de barro



Fonte: Meggers, 2007, p. 51.

Todo o material arqueológico resultante do estágio potiguar da iniciativa está acondicionado no Museu Câmara Cascudo desde sua coleta, ocorrida há pouco mais de cinco décadas. A Coleção Nássaro Nasser conta com quatro mil setecentos e oitenta itens fragmentados, preenchendo atualmente cinquenta e oito caixas na reserva técnica do museu. Destes itens, oitocentas e noventa e quatro peças são de materiais cerâmicos decorados (SILVA et al, 2018). A instituição tem, considerando todas as coleções, mais de quarenta e duas mil peças arqueológicas sob sua responsabilidade. Dessa forma, a Coleção Nássaro Nasser representa a considerável parcela de cerca de 12% de todo o acervo do Museu Câmara Cascudo, estando, porém, praticamente inacessível ao público desde o fim das atividades de pesquisa e coleta.

Figura 10 - Exemplos de artefatos cerâmicos decorados da Coleção Nássaro Nasser



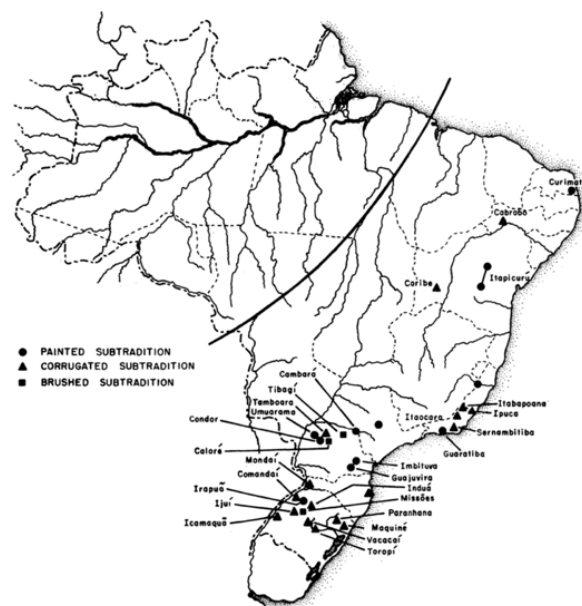
Fonte: SILVA et al, 2018.

Acerca da metodologia empregada no Pronapa, nos esclarece Josilene Aparecida de Oliveira:

Com o objetivo de estabelecer padrões cronológicos a partir de seriações, durante o Pronapa foram realizados trabalhos de campo voltados à coleta de amostras regionais. As seqüências seriadas semelhantes para uma mesma região seriam reunidas em fases, que por sua vez formariam as tradições. Com esta forma de abordagem os pesquisadores deveriam localizar o maior número de sítios possível, dentro de uma área selecionada, já que o ritmo do trabalho estava condicionado a termos financeiros, que previam o fim do Programa para 1970. Os relatórios de pesquisas arqueológicas desenvolvidas durante o Pronapa apresentaram um quadro de resultados que demonstra claramente o emprego do modelo teórico histórico-culturalista, desenvolvido a partir de uma metodologia essencialmente descritiva, com ênfase na análise do artefato, separadamente do contexto de produção (OLIVEIRA, 2017, p. 225).

Segundo o relatório com os resultados preliminares do quarto ano de atividades do projeto no Rio Grande do Norte, produzido pelo próprio Nássaro Nasser e publicado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (1971), os artefatos coletados para a futura coleção foram sinalizados como integrantes da fase “Curimataú”, com procedência vinda da bacia de rio homônimo, localizado entre os municípios potiguares de Vila Flor e Serra de São Bento, no interior do estado. Nesses locais, foram encontrados e catalogados por Nasser dezoito sítios arqueológicos cerâmicos, sendo catorze classificados por ele como *sítios-habitações abertas*, além de quatro tidos como *sítios-cemitérios*.

Figura 11 - Mapa com a localização das subtradições atribuídas à cerâmica Tupiguarani, com destaque para a área da chamada fase Curimataú



Fonte: *American Antiquity*, Vol. 35, No. 1, Jan, 1970, p. 14. Autoria: Pronapa.

Figura 12 - Trecho de relatório com detalhes dos itens cerâmicos obtidos na atividade de campo e com informações sobre seu respectivo local de coleta

Recuro da arqueologia

O material arqueológico, coletado na área da bacia do rio Curimatá, procede de dezesseis sítios cerâmicos, tipologicamente identificados como sítios-habitagens abertos e sítios-cenitérios, sendo os primeiros em número de quatorze e os sítios-cenitérios totalizando quatro. Os sítios habitagens, na sua totalidade, apresentaram refúgio pouco profundo, nunca atingindo mais de 15 cm de espessura. Conseqüentemente, toda amostragem está composta por coleções de superfície.

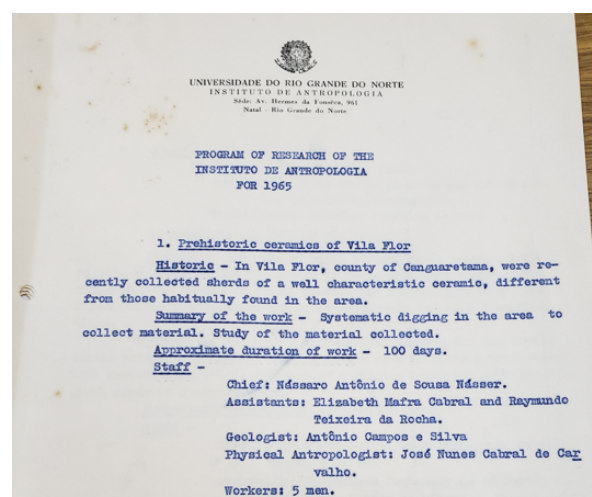
Resultante da constância de certas características básicas da cerâmica, identificou-se apenas uma fase a fase Curimatá. Entretanto, procedente de um sítio na cidade de Vila Flor, verificou-se cerâmica cujos traços diagnósticos, fornecidos pelas formas e motivos decorativos dos recipientes (Nasser, 1967; est. 30-b), sugerem um complexo diferente. Contudo, sua identificação definitiva vai depender de futuras informações.

Fonte: arquivo do Museu Câmara Cascudo. Imagem: acervo próprio.

Detalhes do trabalho de campo realizado e da avaliação do material encontrado constam em ofício, produzido em inglês e com imagem destacada abaixo, com avaliação das atividades do Instituto de Antropologia para o ano de 1965: os materiais, com nomenclatura inicial de “cerâmicas pré-históricas de Vila Flor”, foram classificados pela missão como itens bem caracterizados e distintos dos demais geralmente encontrados na região.

Englobando a escavação e posterior análise primária dos itens coletados, o trabalho teve duração aproximada de cem dias e Nássaro Nasser como chefe da pesquisa, contando também com a colaboração de cinco homens no auxílio dos trabalhos de campo e com a participação do geólogo Antônio Campos e Silva, do antropólogo físico José Nunes Cabral de Carvalho, então diretor do IA, e de Raimundo Teixeira da Rocha e Elizabeth Mafra Cabral como assistentes, ambos posteriormente professores da UFRN, sendo esta última a esposa de Nasser.

Figura 13 - Trecho do relatório de atividades do Instituto de Antropologia no ano de 1965 (em inglês)

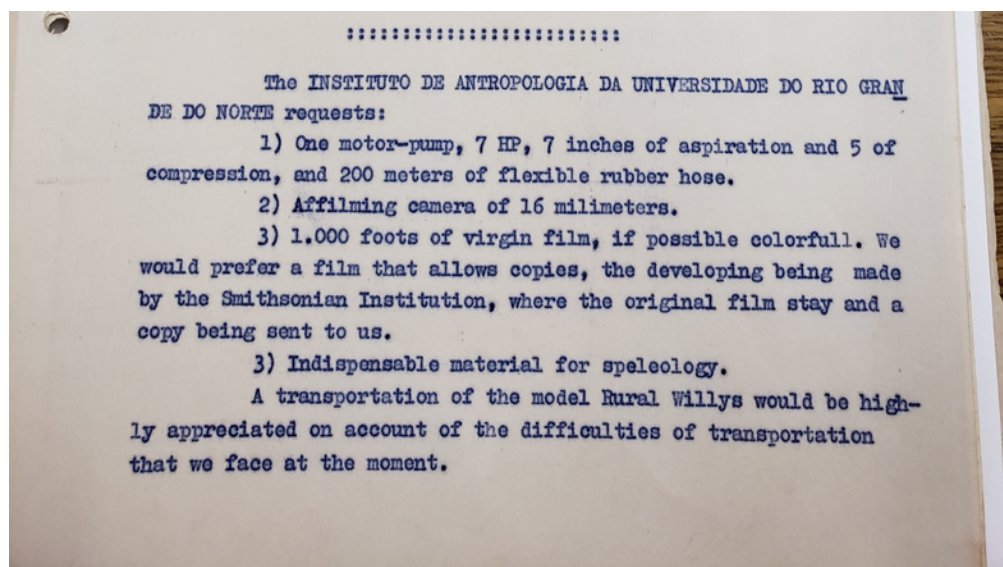


Fonte: arquivo do Museu Câmara Cascudo. Imagem: acervo próprio.

Para a devida execução do projeto, foram realizadas junto ao *Smithsonian* requisições de equipamentos para o Instituto de Antropologia - em documento redigido em língua inglesa e datado no fim de 1964, possivelmente o primeiro pedido da parceria e que também informava as atividades já conduzidas pela instituição natalense e que poderiam interessar aos financiadores estrangeiros. Tal lista, com itens tidos como indispensáveis às necessidades da equipe que realizou a coleta dos itens, pode ser verificada a seguir, em tradução livre:

- Uma motobomba com boa capacidade, acompanhada por 200 metros de mangueira de borracha;
- Uma câmera filmadora 16 milímetros;
- Cerca de 300 metros de filmes virgens, com preferência para os coloridos. Havia, ainda, o indicativo de outra preferência: foram solicitados filmes que possibilitassem cópias, as quais deveriam ser feitas e posteriormente enviadas ao Instituto de Antropologia pelo Smithsonian, que, por sua vez, ficaria com a posse dos filmes originais;
- Materiais indispensáveis para a espeleologia (sem especificação);
- A cessão de um veículo do tipo Rural Willys seria “altamente apreciada”, em virtude das dificuldades de locomoção que a equipe teria para se deslocar entre as diferentes áreas de exploração científica.

Figura 14 - Lista de equipamentos e recursos solicitados pelo Instituto de Antropologia ao Smithsonian, no âmbito do Pronapa (em inglês)



Fonte: arquivo do Museu Câmara Cascudo. Imagem: acervo próprio.

Não foram identificados no arquivo do museu documentos que informassem sobre o efetivo atendimento desses pedidos pela instituição dos Estados Unidos, nem se os equipamentos de maior duração e/ou valor se converteram em propriedades do Instituto de Antropologia - ou se foram devolvidos após a realização do projeto. Há, entretanto, um documento datado de 13 de novembro de 1964 que apresenta as contrapartidas oferecidas pelo IA ao *Smithsonian*, quando da troca de minutas para o estabelecimento da parceria. A mensagem, originalmente escrita em inglês, esclarece tais ofertas:

- Enviar ao Smithsonian uma amostra de cada conjunto (presumido, já que há imprecisão nos termos escritos em inglês no pedido assinado pelo diretor do Instituto de Antropologia à época, José Nunes Cabral de Carvalho);
- Acomodar qualquer pesquisador visitante do Smithsonian que desejasse participar ou supervisionar trabalhos de campo promovidos pelo instituto, ressaltando as despesas de transporte desses pesquisadores que viriam dos Estados Unidos para Natal.

Para a fase da coleta, com quinze dias de atividades de campo previstos, foram orçados os gastos da equipe do projeto com alimentação e hospedagem, além das despesas de contratação de trabalhadores de campo e dos serviços de um guia local, em valores detalhados na figura 15, alocada abaixo:

Figura 15 - Proposta de orçamento para pesquisa de campo do Instituto de Antropologia

<u>Orçamento</u>	
Alimentação e pousada	Cr\$ 270.000,00
Trabalhadores de campo	Cr\$ 90.000,00
Guia	Cr\$ 20.000,00
Total	Cr\$ 390.000,00

Observações sobre os cálculos orçamentários:

- Cobremdo alimentação e pousada, três diárias na base de Cr\$ 6.000,00 "per capita".
- O guia e os trabalhadores de campo (4) tiveram suas diárias calculadas em Cr\$ 2.000,00 e Cr\$ 1.500,00 respectivamente, valor com que usualmente são pagos naquela localidade.
- Todo orçamento foi elabora com base numa permanencia em campo de 15 dias.

Natal, 4 de dezembro de 1964

Fonte: Museu Câmara Cascudo. Imagem: acervo próprio.

Além dos itens cerâmicos, havia o objetivo de, sendo possível, coletar restos ósseos de grupos humanos que viveram nas áreas de coleta para a execução de estudos do departamento de Antropologia Física do Instituto de Antropologia.

Figura 16 - Menção na imprensa sobre trabalhos do Pronapa

IAB conclui estudo sobre povoamento do país na pré-história

O Instituto de Arqueologia Brasileira submeteu, em agosto, ao Smithsonian Institute, em Washington, o seu relatório sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), executado no período de 1965 a 1970, e cujos dados permitirão reconstituir a pré-história de grande parte do território brasileiro.

Para execução do programa, o IAB utilizou recursos no montante de 10 mil dólares e pesquisou cerca de 300 sítios arqueológicos, sobretudo na Guanabara, Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Atualmente, com ajuda financeira de instituições brasileiras, o programa prossegue no Vale do São Francisco.

Cerâmica

O arqueólogo Oudemar Ferreira Dias, responsável pelo programa e diretor de pesquisas do Instituto, informou que o Pronapa foi o primeiro trabalho realizado no Brasil para determinar as rotas de povoamento pré-histórico e as migrações de técnicas e idéias de outros povos para o país. As pesquisas basearam-se principalmente no exame de cerâmica, material que permitiu verificar as variações culturais de um mesmo grupo humano, em épocas diferentes.

Iniciado em julho de 1965 e concluído em junho de 1970, o programa envolveu a participação do IAB e de outras instituições brasileiras dedicadas às pesquisas arqueológicas. Ao todo foram levantados quatro mil sítios arqueológicos, em 11 Estados.

Segundo o Professor Oudemar Dias, um dos resultados das pesquisas do Pronapa foi a comprovação do surgimento da cerâmica no litoral brasileiro no ano 880 antes de Cristo.

Anteriormente a esse trabalho, não havia datações que permitissem fixar a época do aparecimento, no país, de materiais da pré-história.

Programas

No desenvolvimento do Pronapa no Vale do São Francisco, os pesquisadores objetivaram determinar a rota da difusão da pré-história, ligando o norte ao sul do País. Além desse programa, a instituição mantém ainda mais quatro de pesquisas arqueológicas, na Serra Fluminense, no litoral do Estado do Rio, no norte desse Estado e também na Guanabara.

— Na Serra Fluminense — disse o Professor Oudemar Dias — pretendemos aprofundar os conhecimentos sobre um grupo de ceramistas, da chamada "Fase Mucuri". No litoral, o trabalho se concentra no levantamento de populações pré-históricas, sobretudo em Cabo Frio. No norte fluminense, queremos determinar a extensão de fases culturais no Estado e, na Guanabara, com apoio da Divisão do Patrimônio Histórico, estamos realizando trabalhos na Ilha de Guaratiba, através de escavações em ruínas.

Todo o material arqueológico está sendo analisado em laboratório próprio do IAB e do Patrimônio Histórico e, posteriormente, será objeto de publicação. Este ano, o Instituto deverá aplicar recursos no montante de Cr\$ 40 mil em seus trabalhos de campo e em laboratório, sobretudo graças a convênios firmados, entre outras instituições, com a Fundação Blüden, Projeto Rondon, IPIAN, Smithsonian Institute e Divisão do Patrimônio Histórico da Guanabara.

Fonte: O Globo (28 mai. 1973, p. 16).

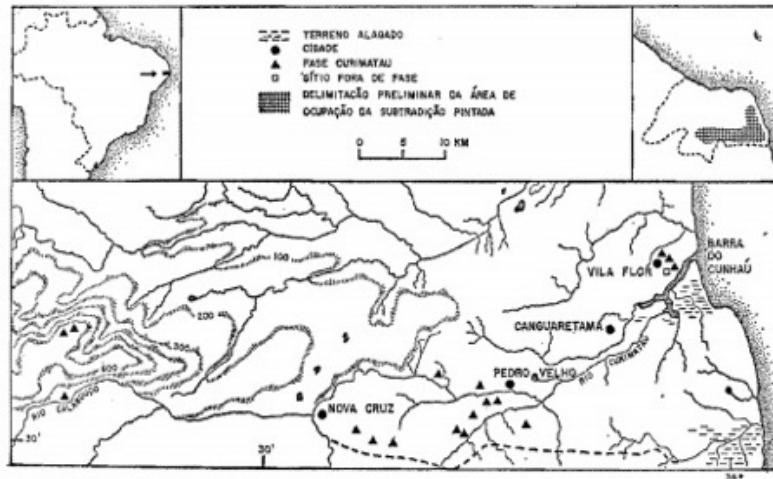
Em documento primordial para que se possa compreender as razões e objetivos para a escolha do local de coleta e elucidar as intenções intelectuais e teóricas na condução da pesquisa, temos Nássaro Nasser e Elizabeth Cabral justificando pontos do projeto em ofício interno do Instituto de Antropologia:

Tendo em vista traçar rotas migratórias e inferir sobre o modo de vida e situação social dos nossos aborígenes, começaremos os trabalhos de escavações arqueológicas na cidade de Vila Flor, local que servirá de ponto de partida para as pesquisas. A escolha recaiu nessa cidade pelas razões seguintes:

- Ter sido local de descoberta de uma igaçaba, cujos cacos encontram-se guardados em nosso Departamento e apresentam-se tipologicamente diferindo em muito aos padrões de decoração de outros achados cerâmicos no Estado, seja Tupi-Guarani ou Cariri.
- Existência de referências sobre um grupo indígena que primitivamente ocupou aquele sítio e cuja descrição coloca-os como bons ceramistas e hábeis canoieiros; os Paiaçuás ou Paiaíás de família linguística desconhecida.
- O parecer dos profs. Clifford Evans e Betty Meggers do Smithsonian Institute e Mário Ferreira Simões do Museu Goeldi, sobre uma acentuada semelhança na decoração dos cacos ali encontrados com exemplares achados na Ilha de Joanes em Marajó. O que pode significar um ramo desgarrado daquele grupo que emigrou para o Nordeste.

- O local onde foram encontrados os cacos localizar-se no centro da cidade, lugar cogitado para edificações públicas, que realizadas prejudicarão definitivamente nosso trabalho naquela localidade. Daí a premência de execução do mesmo (NASSER; CABRAL, 1964, pp. 1 - 2).

Figura 17 - Mapa de sítios arqueológicos da parte potiguar do rio Curimataú



Fonte: NASSER, 1971, p. 180.

Há no arquivo das pesquisas do Museu Câmara Cascudo, ainda, um caderno com uma relação parcial e descrição de itens coletados por Nássaro Nasser e sua esposa, a antropóloga e professora universitária Elizabeth Cabral Nasser, falecida em decorrência da Covid-19 durante a fase de execução da pesquisa desta dissertação. Contendo informações relevantes como local e data de coleta, presume-se que alguns dos artigos assinalados façam parte da Coleção Nássaro Nasser. As informações de campo foram posteriormente reproduzidas nesse livro de tombo que compila parte do acervo da instituição. A figura 18, retirada de um dos cadernos arquivados no museu, destaca itens coletados ainda no período do Pronapa, mas já durante o prazo de prorrogação do projeto, em 1971, com a ressalva da existência do risco de que rasuras no tópico de referência inviabilizem a leitura correta do catálogo para as repetições seguintes:

Figura 18 - Livro de tombo do MCC

99	Fragmento de machado e dispússes laterais larg. 65mm x 52 comp.	Joaquim Guataurus - Sinador (Georgio Luiz)	Nássaro e Pedro	1971	1(um)	
100	Vaso quadrado angular, base luvimite apianada, pontos brancos pi cima, borda pintada, boca 29mm x 23mm, altura 25mm.	Vila Flor	Nássaro e Elizabeth Cabral		1(um)	
101	Vaso forma elipsoidal, boca ampliada, base luvite arredondada, boca 13mm x 8mm, altura de 23mm, decorado com zigzag branco no lado interno.				1(um)	uma funaria
102	Vaso tipo, boca ampliada, base arredondada, altura da boca 67x88mm, altura 23mm, decorado externa com luvite, luvite biolumina, luvite e preto nos lados internos.				1(um)	
103	Vaso quadrado, quadrangular, boca ampliada, base arredondada, altura da boca 45x49mm, altura 23, decorado externamente pi barro luvite.				1(um)	
104	Tijolo elipsoidal, boca ampliada, base apianada, no meio da boca 2019mm, altura de 8mm, apertada, luvite externo e interno de barro luvite.				1(um)	

Fonte: arquivo do Museu Câmara Cascudo. Imagem: acervo próprio.

O Pronapa, entretanto, até hoje é motivo de debates acerca de suas intenções, motivações e resultados; a discussão sobre o impacto da influência da expedição desenvolvida pelo *Smithsonian* – assim como o do trabalho do casal de arqueólogos-chefes - na formação teórica dos profissionais brasileiros é visível na discordância entre Pedro Paulo Funari (2013) e Cristiana Barreto (2000), retratada a seguir:

Para Funari, as motivações políticas serviram de base para o planejamento e para a implementação do programa, já que o programa estaria preocupado e visando “controle do território no contexto da Guerra Fria. Os princípios teóricos e empíricos eram muito reacionários (...), promovendo o conceito de que os povos nativos eram preguiçosos e o país pobre devido às condições naturais” (FUNARI, 2013, p. 24).

Já de acordo com Cristiana Barreto,

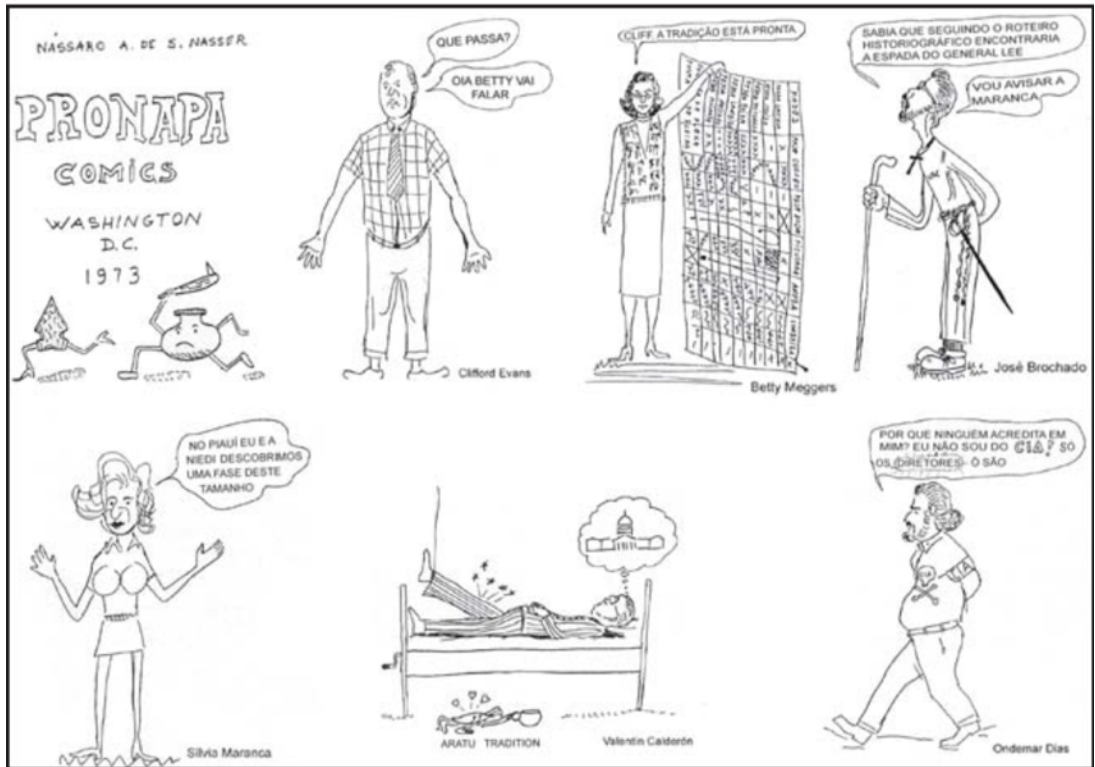
Betty Meggers e Clifford Evans, com suas pesquisas na Amazônia e desdobramentos teóricos, de certa forma, trouxeram à arqueologia da região um pouco do neoevolucionismo da arqueologia americana e da ecologia cultural dos anos 1950 (...). Contudo, fora da Amazônia, onde se deu o treinamento de arqueólogos brasileiros por meio de seminários e participação no Pronapa, esta orientação neo-evolucionista teve pouco impacto na organização da arqueologia brasileira. Assim, apesar de a grande contribuição de Meggers dentro da arqueologia se concentrar em seus argumentos apoiados em teorias de determinismo tecno-ambiental, moldando inclusive sua interpretação da ocupação humana da Amazônia, muito pouco deste corpo teórico foi passado aos muitos arqueólogos brasileiros por ela orientados. (BARRETO, 2000, p. 45).

Ao refletir sobre o Pronapa, Gabriela Martin, autora da obra *Pré-história do Nordeste do Brasil*, faz menção à relativa exclusão da região Nordeste pelo programa (2005, p. 38), enquanto tece elogios na mesma medida em que critica as consequências de sua operação no país:

A arqueologia brasileira pecou, nos seus princípios, pelo pragmatismo, pelo isolamento dos poucos pesquisadores num território imenso e desconhecido arqueologicamente e pela necessidade de uma maior e melhor preparação teórica entre os primeiros grupos de esforçados pesquisadores, quase todos autodidatas. Nesse sentido, o PRONAPA foi benéfico, na medida em que procurou unificar objetivos e metodologias. Não o foi tanto o continuísmo de quem aprendeu ‘a cartilha’ e a ela continuou atrelado sem maiores questionamentos críticos (MARTIN, 2005, p. 155).

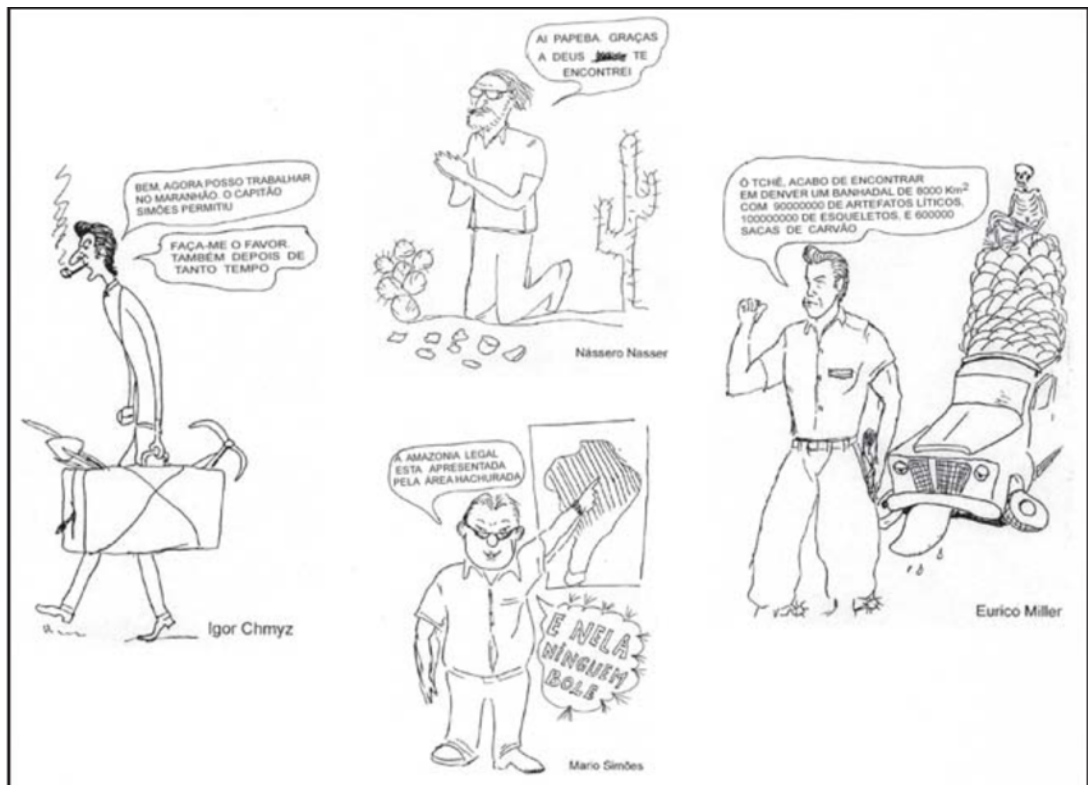
Em relatório com informações sobre as atividades de pesquisa do setor arqueológico do Instituto de Antropologia, Nássaro Nasser detalha e nos dá importantes informações sobre os objetivos do Pronapa, em documento oficial constante no arquivo do Museu Câmara Cascudo: “criação de cronologia relativa para a ocupação pré-europeia do Brasil e levantamento básico de filiações culturais entre sítios e regiões, ambos com elementos básicos para a reconstrução do desenvolvimento cultural e difusão dos grupos pré-históricos” (NASSER, [ca. 1972], n.p.).

Figura 19 - Feito por Nássaro Nasser, cartum que satiriza os integrantes do Pronapa



Fonte: Meggers, 2007, p. 42.

Figura 20 - Produzido por Nássaro Nasser, cartum satiriza integrantes do Pronapa



Fonte: Meggers, 2007, p. 42.

O documento mencionado acima traz ainda a informação de que o financiamento do Instituto Smithsonian ao projeto teria ocorrido de fato até o ano de 1971, possivelmente em virtude do alegado atraso nas pesquisas realizadas no Rio Grande do Norte, o que também ocorreu em outros estados. Já o relatório de atividades do Pronapa no Rio Grande do Norte atesta que o programa, embora inicialmente previsto para ocorrer entre os anos de 1965 e 1970, foi prorrogado e teve suas atividades realizadas por mais dois anos, indo até 1972. O relatório era claro quanto aos objetivos principais do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: promover o estudo global de sítios cerâmicos, líticos e com inscrições rupestres.

Figura 21 - Trecho da relação de atividades profissionais executadas por Nássaro Nasser. Destaca-se o período de duração de sua participação no Pronapa

1965-72 - Participação no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, desenvolvido no Rio Grande do Norte, e que teve o co-patrocínio do Conselho Nacional de Pesquisas, Smithsonian Institution e Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse programa de pesquisas arqueológicas envolveu o estudo global de sítios cerâmicos, líticos e com inscrições rupestres e teve representantes em quase todos estados brasileiros. O PRONAPA foi previsto para cinco anos de duração, porém foi prorrogado por mais dois. (doc. 47)

Fonte: arquivo do Museu Câmara Cascudo. Imagem: acervo próprio.

Qualquer que tenha sido o ano de encerramento das atividades, o seguimento do programa em todo o país ocorreu, entretanto, sem a mesma chancela institucional garantida até 1970. Com base apenas nesta documentação, não está claro se a mudança da oficialidade do projeto e das condições de seu financiamento se deu apenas em âmbito internacional, via *Smithsonian*, ou se também envolveu o término do apoio do Governo Federal brasileiro, ocorrido via CNPq.

A inscrição do Instituto de Antropologia da UFRN na divisão potiguar do Pronapa, a cargo de Nássaro Nasser, resultou ainda em publicações e participações deste pesquisador em eventos acadêmicos internacionais, tais como congressos, seminários e cursos. Além de possibilitarem intercâmbio teórico e um importante aspecto de sua formação profissional, tais participações contribuíram para a divulgação institucional da mencionada unidade universitária e do próprio potencial arqueológico do estado representado. Na anteriormente citada entrevista concedida a integrantes do museu, Nássaro considera que o grande mérito do Pronapa foi o de “despertar” a Arqueologia no Brasil, promovendo treinando a novos profissionais e possibilitando a reunião de indivíduos que exerciam a prática de maneira isolado país afora.

A seguir, empregando documentos oficiais do projeto, relacionamos as participações de Nássaro Nasser em eventos acadêmicos internacionais, com a apresentação de relatórios de atividades que possibilitavam a divulgação nesses seminários dos trabalhos realizados sob a insígnia do Pronapa:

- 37º Congresso Internacional de Americanistas – Mar del Plata, Argentina – 1966;
- 2º Seminário do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Belém, Brasil – 1968 (relatório);
- 3º Seminário do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Lima, Peru – 1970 (relatório);
- 39º Congresso Internacional de Americanistas – Lima, Peru – 1970;
- 4º Seminário do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Washington D.C., Estados Unidos – 1973 (relatório).

O trabalho de dissertação feito por Raquel Santos (2013, pp. 59 - 63) explicita a formação de redes de cooperação acadêmica e intelectual realizada pelo Museu Câmara Cascudo com pesquisadores e representantes de instituições nacionais e internacionais. Conforme a relação feita, foram estabelecidos contatos com, na esfera nacional, o Museu Emílio Goeldi, Museu Paulista, Universidade de São Paulo, Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Museu Nacional etc.

Em caráter internacional, tais procedimentos foram estabelecidos com as seguintes instituições, dentre outras:

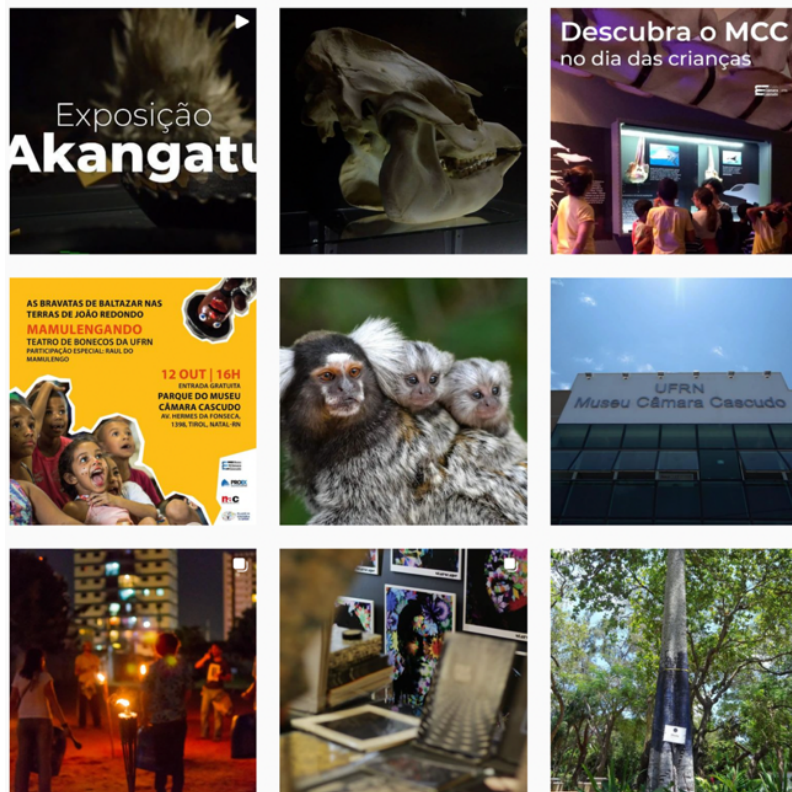
- Universidade de Michigan - Ann Arbor, Estados Unidos;
- Instituto Smithsonian, Estados Unidos;
- Instituto de Folclore de Bucarest, Romênia;
- Museu Etnográfico de Gotemburgo, Suécia;
- Instituto de Antropologia da Universidade da Universidade de Tucumán, Argentina;
- Sociedade Suíça de Americanistas de Genebra, Suíça;
- Museu de Angola, Angola;
- Instituto Indigenista Interamericano, México;
- Instituto de História da Universidade do México, México.

Além do prestígio profissional e institucional obtido na região, na área acadêmica e da oportunidade de uma primeira inserção na dinâmica de atividade arqueológica em escala internacional, as presenças de Nássaro Nasser e do atual Museu Câmara Cascudo na execução do Pronapa resultaram em diversas publicações científicas, participações em congressos nacionais e internacionais e na descoberta de artefatos arqueológicos importantes para a compreensão da ocupação histórica territorial do interior do estado do Rio Grande do Norte.

2.3 O MUSEU CÂMARA CASCUDO NOS DIAS ATUAIS

Com um trabalho de divulgação ativa na *internet*, especialmente utilizando a rede social *Instagram*, aliado a iniciativas de extensão universitária e de integração de departamentos acadêmicos em outras unidades e *campi*, atingiu-se uma constante tendência de crescimento nos índices de visitação que se manteve até o fechamento provisório da instituição, ocorrido devido ao agravamento do cenário pandêmico no Brasil: enquanto os meses de janeiro e fevereiro registraram dois mil quinhentos e doze visitantes em 2019, três mil trezentos e três visitantes prestigiaram o museu nos dois primeiros meses do ano de 2020.

Figura 22 - Relação de publicações de uma das redes sociais do Museu Câmara Cascudo



Fonte: Conta oficial do Museu Câmara Cascudo no Instagram.

Em quadro construído a partir da análise dos dados constantes nos relatórios anuais de gestão do Museu Câmara Cascudo, verifica-se abaixo o gigantesco crescimento obtido nos números totais de presença de público visitante no museu, tendo quase triplicado entre os anos de 2016 e 2019:

Quadro 1 - Registros de visitação anual do Museu Câmara Cascudo

Ano	Número de visitantes
2016	8.829
2017	15.707
2018	20.594
2019	24.050

De acordo com o programa de exposições de longa duração do MCC, realizado no plano museológico planejado para o quinquênio 2015 – 2020, a comunicação considera que:

O Museu Câmara Cascudo vem passando por um importante processo de reformulação geral das estratégias de comunicação museológica, tendo como ponto de partida a criação de novo discurso para a atualização da exposição de longa duração que atenda às demandas contemporâneas de exposições em museus de ciências, como abordagem interdisciplinar dos temas, atualização tecnológica dos elementos de expografia e interatividade e adequação técnico-pedagógica dos conteúdos à missão e objetivos institucionais. A antiga exposição de longa duração da instituição apresentava problemas previsíveis para um discurso com conceito envelhecido em quatro décadas. Não só questões ligadas à mudança de paradigmas da Museologia (e, conseqüentemente, da Museografia) podem ser observadas quando constatamos o envelhecimento do discurso ali apresentado, mas também a questões ligadas à mudança de paradigmas das áreas científicas no decorrer do tempo, o que era mais acentuadamente observável nos temas ligados às ciências humanas (História e Antropologia, mais especificamente) (MUSEU CÂMARA CASCUDO, 2015, p. 52).

Até a pausa em suas atividades, entretanto, não havia qualquer exposição física exclusivamente arqueológica aberta ao público visitante do museu, o que privou seus usuários do acesso à significativa parte do patrimônio arqueológico já encontrado no estado. Tal lacuna, conseqüentemente, impacta de maneira negativa sua própria missão institucional e o cumprimento de sua função social de estudo, preservação e divulgação desse patrimônio.

Apesar disso, inúmeras e louváveis iniciativas para a melhoria do quadro verificado venham sendo protagonizadas pela equipe técnica do museu, conforme se constata ao observar os relatórios anuais de gestão, o exponencial crescimento do público visitante e a obtenção de resultados práticos, como a contemplação, no ano de 2017, em projeto internacional de cooperação institucional junto ao *British Council*, no “Programa de Intercâmbio para Museus, Instituições Culturais e Universidades Criativas”, com a disponibilização de verba no valor vinte mil reais para o envio de servidores à britânica *Whitechapel Gallery*, localizada em Londres.

No quadro abaixo há a listagem de exposições virtuais disponíveis na página do museu na *internet* à altura de outubro de 2021, acompanhadas das respectivas datas de início, todas elas inicialmente instaladas em regime presencial, migradas para a plataforma digital e prorrogadas com prazo indefinido:

Quadro 2 - Relação das exposições atuais do Museu Câmara Cascudo

Título da exposição	Data de instalação
Anatomia comparada	20/05/2016
Engenhos – tradição do açúcar	20/05/2016
Paleontologia	08/07/2016
Iconologia	17/05/2018
Akangatu - *em diálogo com imagens do acervo do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra	20/09/2018
Dinossauros da Bacia Potiguar	20/11/2019
Vibrantes caminhos	20/11/2019
Confluências	13/02/2020

Fonte: página oficial do MCC na internet

A ausência de uma exposição fixa de longo prazo voltada à arqueologia do estado do Rio Grande do Norte, a nosso ver, afeta diretamente a democratização e a sociabilização do conhecimento produzido na instituição, uma vez que a sua atuação repercute em todas as etapas do ensino, desde o contato de crianças e adolescentes em visitas escolares – seu maior público - com as exposições e artefatos arqueológicos – o que poderia estimular a reflexão e o interesse sobre a herança histórica da região - até o acesso de docentes e pesquisadores de pós-graduação aos itens que compõem os acervos arqueológicos.

Numa síntese da situação vivenciada pelo Museu Câmara Cascudo antes do início da mais recente reforma pela qual passou, de acordo com o trabalho apresentado e publicado por Nara da Cunha Pessoa (2018), embora a infraestrutura e princípios museológicos norteadores da instituição tenham sido modificados, parte do organograma e das orientações temáticas e expositivas se manteve, especialmente quando se leva em conta as exposições de longa duração, ou seja, com maior grau de liberdade e autonomia na montagem de projetos temporários.

Sobre esse cenário, em artigo que resume sua dissertação de mestrado sobre o patrimônio arqueológico presente nos museus do Rio Grande do Norte, Abrahão Sanderson Silva constata que:

A arqueologia no Museu Câmara Cascudo se encontra exilada na própria casa que lhe deu abrigo; uma instituição que contribuiu para a formação de diversos profissionais e que agora restringe o espaço da musealização da arqueologia na exposição, limitando o processo de extroversão do patrimônio cultural arqueológico a capacidade comunicacional dos bens pré-coloniais e deixando visível uma camada da estratigrafia do abandono em museus potiguares (SILVA, 2014, p.67).

A situação destacada acima é atestada pela própria equipe técnica do museu, que em recente esforço para pesquisar, catalogar e divulgar a coleção, levantou informações técnicas e produziu um banco de dados, elaborou procedimentos catalográficos, fotografou seus itens componentes e realizou a já mencionada entrevista oral com Nássaro Nasser, em trabalho que resultou também na produção de um artigo científico, cuja publicação apresentou a Coleção Nássaro Nasser à comunidade acadêmica brasileira. De acordo com profissionais da instituição (SILVA et al, 2018, p.120), o que se verificou nas últimas décadas foi uma coleção tratada com precárias condições de preservação e com graves lacunas nas tarefas de estudar, documentar e divulgar o acervo.

Novamente considerando um trabalho desenvolvido por Abraão Sanderson Silva, agora em texto intitulado “A ‘Estratigrafia do Abandono’ em dois museus públicos potiguarês”, tem-se o seguinte panorama sobre a evolução histórica da gestão de coleções arqueológicas da instituição aqui analisada:

O acervo arqueológico do Museu Câmara Cascudo é formado por aquisições de várias partes do Rio Grande do Norte, entretanto, a julgar pelas impressões advindas do estudo dos livros de tomo do Departamento de Arqueologia, o registro, bem como o gerenciamento das peças, foi mal conduzido desde a formação das primeiras coleções. Somando-se a estes casos as dificuldades de relacionamento entre os pesquisadores desta instituição, ocorreu a formação de um quadro que resultou em expressivas perdas nas informações e também significou a ausência de peças que outrora integraram o acervo (...) é como se uma instituição de pesquisa renegasse ao esquecimento, além dos artefatos arqueológicos, também os dados produzidos sob sua alçada institucional. Destarte, observamos que as fontes arqueológicas seguiram no Museu Câmara Cascudo caminhos diferentes, mas que implicaram também em abandono e exílio (SILVA, 2008, pp. 68 – 69).

Uma vez que nos referimos a um estado com carência de museus e outros equipamentos culturais, a restrição prática ao contato dos moradores do Rio Grande do Norte com sua herança histórica acondicionada no Museu Câmara Cascudo se torna desproporcional ao potencial arqueológico verificado no estado, que conta com abundância de registros de pinturas rupestres, artefatos cerâmicos e de antigas áreas de habitação de grupos indígenas.

Trata-se, ainda, de uma região cuja dinâmica de ocupação territorial é diferenciada de grande parte do restante do país, especialmente em consequência do período em que o atual Rio Grande do Norte foi ocupado e esteve sob o domínio da máquina estatal holandesa (1633 – 1654), além da posterior ocorrência da utilização de áreas do estado, com destaque para a capital Natal e sua vizinha Parnamirim, como bases militares estratégicas pelas forças armadas dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, episódios cujas memórias e potencial arqueológico ainda não são explorados em suas completudes.

Recentemente, entretanto, é possível identificar um viés de mudança nesse cenário, tendo em vista a inauguração, em janeiro de 2020, do memorial de guerra Centro Cultural Trampolim da Vitória, localizado na antiga base aérea de *Parnamirim Field*, na Grande Natal - no que veio a ser o Aeroporto Internacional Augusto Severo, desativado em 2014 -, em área utilizada pelos estadunidenses durante o conflito mundial e que expõe, inclusive, itens de cunho arqueológico.

Outros projetos museológicos também fazem parte do acréscimo de investimentos na área, tais como o Museu da Rampa, prestes a ser inaugurado - construído no local que em 1943 recebeu o histórico encontro entre Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt, respectivamente presidentes do Brasil e dos Estados Unidos à época - e o desenvolvimento do Museu da Música Potiguar Brasileira, anunciado pelo Governo do Estado em meados de julho de 2021.

São avanços que, em última instância, tornam latente a discussão sobre a manutenção do protagonismo do Museu Câmara Cascudo no circuito cultural do Rio Grande do Norte, possibilidades de reinserção na dinâmica de exposição arqueológica e a necessidade de reflexão sobre as condições sociopolíticas que permitiram a ocultação, ao longo das últimas cinco décadas, de uma coleção com tamanha magnitude e importância histórica.

Figura 23 - - Parte do memorial de guerra Centro Cultural Trampolim da Vitória, Parnamirim/RN



Fonte: acervo próprio.

Com a oferta museológica de arqueologia no estado se limitando a algumas poucas exposições abertas em instituições localizadas em municípios do interior, além da completa ausência de cursos de Arqueologia nos âmbitos da graduação e da pós-graduação em todo o

estado, verifica-se um contexto que amplifica as dificuldades existentes para as atividades de pesquisa, avaliação científica e consumo social desse patrimônio, mas que – ao mesmo tempo e adotando-se uma conotação otimista - permite ao local uma grande oportunidade de desenvolvimento do campo de trabalho arqueológico, fundamental também para minimizar distorções de caráter colonialista interno na relação entre as próprias regiões do país.

Há, portanto, a possibilidade de formação de um cenário que serviria como uma via de mão dupla, tendo em vista que uma maior utilização das peças componentes do acervo poderia fomentar o interesse do público, enquanto tal acréscimo impactaria na formulação e financiamento de novas exposições e na concretização de projetos museológicos. Assim, pode-se pensar na ampliação de possibilidades trazidas por melhores estratégias de utilização do patrimônio arqueológico, impactando positivamente as condições de representação identitária, cultural e social proporcionadas ao público geral dos museus e às comunidades com relação direta com esse conjunto patrimonial, conforme se verá na discussão promovida no próximo capítulo desta dissertação.

3. OS PATRIMÔNIOS ARQUEOLÓGICO E CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Toda revolução é um confronto de duas forças: a da estrutura e a do movimento. O movimento ataca a estrutura, pretendendo destruí-la, enquanto a estrutura se defende, querendo esmagar o movimento. As características do movimento são: a espontaneidade, a impulsividade, a dinâmica expansibilidade – e sua curta duração. Já as da estrutura são: a inércia, a resistência e uma surpreendente e quase instintiva capacidade de sobrevivência (KAPUŚCIŃSKI, 2012, p. 287).

3.1 GESTÃO PATRIMONIAL E A INTERAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO E COMUNIDADES

Em anos recentes, inúmeras discussões teóricas sobre a centralidade na gestão, utilização e preservação dos patrimônios cultural e museológico foram levantadas por estudiosos da Arqueologia, da Antropologia, da História, da Museologia e da Sociologia. Um dos objetivos deste capítulo é o de se debruçar e refletir acerca de considerações oriundas de autores que se dedicam a pensar essas áreas do conhecimento, promovendo uma revisão sobre algumas das visões fomentadas nesses debates, conforme se verá a seguir.

Para tanto, este capítulo se propõe a discutir três eixos distintos, mas intrinsecamente ligados, de percepções sobre os patrimônios cultural e arqueológico, sendo eles o político, o sociológico e o cultural - a partir de considerações teóricas e revisões da literatura pertinentes a esses temas.

Dessa forma, inicialmente cabe refletir sobre as novas significações discutidas na academia para a construção teórico-legal do que se entende como patrimônio arqueológico. O atual modelo jurídico de classificação e proteção patrimonial, por exemplo, é objeto de análise crítica no texto “Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia”, no qual a arqueóloga Márcia Bezerra (2013) estimula um debate sobre o papel do patrimônio local no cotidiano de comunidades tradicionais e que vivem em áreas com alta incidência de registros arqueológicos, e que há muito incorporaram esses itens antepassados em processos de distintas possibilidades e sentidos para o seu uso, à margem da ideia estatal normatizada do termo.

Uma vez que os vestígios arqueológicos fazem parte do cenário de vida dessas populações, em alguns casos até mesmo enterrados sob suas casas, uma interessante incorrência da análise do citado artigo ocorre quando se verifica uma inversão de valores e perspectivas da prática arqueológica: o leitor é levado a contemplar pensamentos e diálogos acerca dos grupos

com os quais os próprios profissionais arqueólogos passam a conviver – invertendo a lógica de análise da interação do artefato e seu meio para o sujeito e o seu meio, que inclui o artefato.

O trabalho, que chama a atenção por seu caráter antropológico, possui como ponto central a discussão sobre a experiência sensorial trazida pela *coisa arqueológica* e como se dão as relações entre pessoas e objetos nessa perspectiva, refletindo também sobre a primazia dada à visão em detrimento dos demais sentidos. Afinal, deve-se ter como prioridade a preservação absoluta do objeto ou o ideal é garantir a experiência integral à comunidade que o acolhe em seus próprios museus e cotidianos?

Ao questionar os discursos vigentes acerca da competência técnica e da preservação e conservação do patrimônio, Bezerra acertadamente advoga pela incorporação do contexto social no gerenciamento desses artefatos, implicando que a descolonização da arqueologia perpassa por uma melhor integração entre o patrimônio, os sítios arqueológicos e as comunidades localizadas nos seus entornos, conferindo também maior grau de legitimidade identitária aos cidadãos desses grupos.

Seguindo tal linha de raciocínio - e utilizando-se de influências oriundas de disciplinas como Filosofia, Antropologia e Museologia - Camila Wichers sugere “uma análise crítica das narrativas arqueológicas e museológicas” (2017, p. 37) e instiga a desconstrução de premissas da Arqueologia e a reflexão das práticas na atividade a partir de novas perspectivas arqueológicas. Além de tecer comentários sobre as bases sociais de representatividade das práticas arqueológicas e do patrimônio cultural, a autora pontua a limitação das iniciativas que utilizam vestígios arqueológicos para a escrita da história social brasileira.

É alegado no texto que o emprego da Arqueologia na discussão da opinião pública ocorre somente quando da necessidade de legitimação e representação de determinada construção identitária, classificada pela autora como geralmente sendo moderna, branca, masculina e europeia, essa última mesmo que tida em perspectiva, quando existe uma comparação de aspectos positivos de sociedades amazônicas com características outrora verificáveis em algum país europeu. Para Wichers, a prática arqueológica que se desenvolve fora desse contexto e desse intuito de representação obtém como resultado um silenciamento social ainda mais significativo que o papel geral já secundário exercido pela Arqueologia, o que coaduna com o entendimento trazido por Márcia Bezerra para as consequências de um modelo excludente adotado no ordenamento jurídico relacionado à proteção patrimonial.

Há ainda o destaque de que, embora possam atuar de maneira efetiva como ferramentas para a promoção identitária e inclusão na representação de grupos social e culturalmente marginalizados, a combinação entre Arqueologia e Museologia pode atuar de maneira a

aprofundar os distanciamentos resultantes dos processos de exclusão e controle social, se com tal intuito for conduzida, exemplificando a argumentação de que as “narrativas arqueológicas são reproduzidas em museus e em outros campos discursivos, replicando assimetrias e exclusões” (WICHERS, 2017, p. 37).

Nesse sentido, constatou-se publicamente, durante séculos de colonialismo, uma imposição cultural de cujas assimetrias a Arqueologia, por evidente, não escapou. A ideia de “degeneração indígena” (MARTIUS, 1832, apud NOELLI; FERREIRA, 2007, p. 1242) analisada por Francisco Noelli e Lúcio Ferreira (2007) reforça a utilização de meios preconceituosos, colonialistas e alienantes para condicionar e subjugar as diversas culturas indígenas existentes no Brasil.

Tal assimetria nos mecanismos de produção de conhecimento arqueológico também foi abordada por Mariana Cabral (2014) em seu artigo “De cacos, pedras moles e outras marcas: percursos de uma arqueologia não-qualificada”, onde a reflexão sobre o fazer científico da Arqueologia teve início a partir de uma experiência de trabalho da arqueóloga com o grupo indígena Wajãpi, que atualmente vive na região das Guianas e no estado brasileiro do Amapá, no norte amazônico, habitando seu próprio território demarcado.

Após situar a posição geográfica do grupo, Cabral nos esclarece que o interesse dos indígenas Wajãpi pela pesquisa arqueológica pode ter surgido em virtude da visualização de cacos de cerâmica que eram estranhos ao grupo. Assim, despertou-se a curiosidade e o desejo de identificar a origem desses artefatos ocasionalmente encontrados ao longo de corriqueiras caminhadas dos indígenas pela floresta, em exemplo da bem-sucedida inversão de epistemológica feita pela autora, levando para o seu texto o compartilhamento de saberes, isto é, considerando a influência exercida pelo conhecimento tradicional indígena sobre o sistema e as práticas científicas em voga, a fim de se “perceber a arqueologia como uma prática de sentido, em que vestígios materiais são manipulados na construção de narrativas sobre outros tempos” (CABRAL, 2014, p. 319).

Em seguida, fazendo jus ao título do trabalho e a este caminho metodológico, Cabral sugere uma nova qualificação para a disciplina, de ordem mais democrática: trata-se justamente da defesa de uma “arqueologia não-qualificada”, que ao mesmo tempo ainda teria a capacidade de romper com a lógica hierárquica na relação de produção do conhecimento acadêmico.

Para avaliar os impactos das práticas científicas sobre os grupos indígenas, a autora exemplifica com o caso de sua própria experiência: enquanto frequentava uma oficina de formação de pesquisadores indígenas componentes deste grupo, Cabral passou a refletir, durante as interações ocorridas nesse contexto, sobre as próprias bases epistemológicas que

carregava. Em consonância com os escritos do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2002, apud CABRAL, 2014, p. 321) mencionados no texto, chegou-se à perspectiva “de que é possível criar interações entre esses sistemas de conhecimento de forma a produzir pontes entre eles, instigando comparações e traduções” (CABRAL, 2014, p. 319).

Por fim, constatando a difusão e o aumento relevância da prática de pesquisa colaborativa no meio arqueológico, Cabral critica os termos “arqueologia indígena” e “arqueologia alternativa” e emprega a consideração de Cristóbal Gnecco sobre o tema, a saber: “As arqueologias alternativas que mantenham os princípios básicos da arqueologia reforçam a cosmologia ocidental” (GNECCO, 2012, p. 16). Ao concordar com o que é defendido pelo arqueólogo colombiano, Mariana Cabral alega que a adjetivação das práticas arqueológicas que interagem com grupos vivos é uma maneira de limitar e até mesmo domesticar as práticas, soando, no fim das contas, como uma necessidade de chancela do *núcleo duro tradicional* da disciplina.

Em total consonância com a linha argumentativa ressaltada nos parágrafos acima, temos a posição de José Alberione dos Reis – que, inclusive, faz menção direta para introduzir o seu texto a um diálogo traçado com Mariana Cabral -, quando afirma que:

Desde seus inícios, a Arqueologia, enquanto campo de produção de conhecimento científico, não se dispôs e não assumiu possibilidades de compromissos de incluir outras vozes, em seus discursos, que não as da ciência. A voz da Arqueologia tem sido a autoridade absoluta sobre o que dizer, explicar e interpretar sobre as materialidades da vida humana no planeta Terra. Desde que a Arqueologia se inseriu no projeto da Modernidade tem sido assim. Tal projeto, para a Arqueologia, diz o seguinte: existe um passado remoto, distante, oculto; somente o campo do conhecimento arqueológico tem acesso a este passado (REIS, 2017, p. 121).

Concomitantemente à atuação do setor político na esfera patrimonial, a sociedade civil, de maneira geral, ampliou a atenção, o debate e a preocupação com novos temas emergentes na agenda cívica global, como nos exemplifica a geógrafa Simone Scifoni, ao considerar que “patrimônio cultural e o ambiente tornaram-se parte do interesse público, constituindo-se nos chamados ‘direitos sociais amplos’, num processo que vem ocorrendo e se fortalecendo desde os anos 1980” (SCIFONI, 2003, p. 86).

Dinâmica similar é apontada pelo geógrafo Adyr Balastrieri Rodrigues, ao refletir acerca da relação entre patrimônio e território nas possibilidades de execução da atividade turística de base comunitária, conforme se vê no excerto destacado a seguir:

O território não é apenas um produto que resulta da ação humana sobre o espaço, agregando-lhe valor. Ao mesmo tempo em que a sociedade transforma o espaço em território, transforma-se a si mesma, através de um processo contínuo e dialético. Assim o território assume um peso, um cariz, uma identidade, principalmente na sua dimensão zonal. A personalidade que o território adquire, consubstanciada

materialmente pelo poder econômico e político e/ou simbolicamente pelas representações sociais, definirá novas ações humanas, que poderão fortalecer ou desestruturar as territorialidades construídas (RODRIGUES, 2007, p. 17).

Ainda sobre o jogo de poder existente entre a defesa cultural feita por populações locais e a frieza do que foi legislado na política, Lúcio Menezes Ferreira (2013) utiliza o texto “Essas coisas não lhes pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades” para refletir sobre as interações, interpretações e ressignificações existentes a partir do contato e do impacto exercido pelos patrimônios cultural e material sobre as sociedades, indo além da tradicional análise que considera essas interações como uma via de mão única, e que geralmente compreendem apenas a lógica de ação humana sobre os artefatos arqueológicos.

Sendo assim, o autor destaca a relação paradoxal e peculiar existente entre os grupos sociais e a *coisa arqueológica* (FERREIRA, 2013, p. 89): embora integrem todo um ciclo patrimonial local, com a existência de dinâmicas de relação com a comunidade que a abriga, a capacidade de exercer e sofrer influência do contato com as populações, a presença física no local compondo visualmente a paisagem e tendo significação e utilização, tais itens arqueológicos, entretanto, não pertencem exclusivamente a esses grupos quando se leva em conta a esfera jurídico-legal, situação possibilitada e amparada pelos aparatos burocrático, técnico e legal dos Estados que, de acordo com seus próprios interesses, atribuem aos artefatos noções de universalidade nos arranjos de formulação e valorização de identidades nacionais.

Trata-se de uma crítica interessante e pertinente na argumentação do autor, mas que leva consigo, de maneira implícita, uma certa concepção patrimonial de pertencimento exclusivo, quando na prática se podem verificar contextos mediante os quais as esferas de cunho social e cultural interferem nas formas como se dão as mobilizações de recursos técnicos, humanos e econômicos para a preservação desses artefatos, atuando de maneira orgânica e independente de alinhamento estatal, como é o caso de organizações acadêmicas, iniciativas individuais e da própria sociedade civil organizada.

Diante desse quadro, consideramos que com a adoção de ações de análise e gestão críticas sobre o patrimônio cultural-arqueológico se torna possível aprimorar o entendimento sobre as dinâmicas de integração social dos indivíduos à herança histórica dos territórios onde habitam, compreendendo suas participações nos processos de curadoria e legitimação do que é considerado adequado para preservação e exibição, tendo como base o legado histórico deixado pelos povos tradicionais de cada região.

A esse respeito, retomando o texto de Adyr Rodrigues é possível encontrar respaldo para as considerações sobre a intrínseca associação entre a materialidade dos artefatos arqueológicos e a vinculação de pertencimento que estes conferem às comunidades locais:

O patrimônio explicita a relação particular entre a sociedade e certos bens materiais. Assim a dinâmica do patrimônio e sua relação com o território, conduz a uma aproximação do concreto, expresso pela estrutura física dos bens, mobilizando ainda as representações sociais, cada vez mais abstratas, cada vez mais simbólicas dos lugares e por extensão do território. As representações constituem a base da dinâmica das ações de valorização patrimonial que se apoia na construção de valores e sistemas perceptivos específicos dos atores-sujeitos que erigem o território, formando-se, então, a chamada consciência patrimonial (RODRIGUES, 2007, p. 24).

A capacidade da disciplina arqueológica em lidar com questões contemporâneas e possíveis dilemas do futuro são problemas aos quais Ann Stahl (2020) se dedicou no texto “Assembling ‘effective archaeologies’ toward equitable futures”, onde também foi analisar os atuais lugares e papéis da Arqueologia como uma ciência de discurso ativo na reconstrução da ideia de modernidade.

Sob o ponto de vista de uma arqueóloga estadunidense que desenvolveu inúmeros projetos no continente africano, a autora defende, dentre outros aspectos, um modelo de protagonismo participativo enquanto ferramenta de efetividade da prática arqueológica. Tal linha argumentativa se aproxima de discussões que também reverberam na academia brasileira, dialogando com os trabalhos acima abordados de Lúcio Ferreira (2013) e Mariana Cabral (2014), com a defesa de uma Arqueologia engajada – com a disciplina e sua experiência “chamando pra si” algumas responsabilidades, ao mesmo tempo em que reafirmam, perante à sociedade, suas relevâncias.

O texto segue ressaltando a histórica utilização política da Arqueologia na formulação e no embasamento de discursos hegemônicos coloniais. Dessa forma, da mesma maneira que obteve protagonismo no contexto da exploração colonial, Stahl sustenta que a Arqueologia deveria participar - talvez até mesmo protagonizar - uma revisão do papel, das premissas e do conceito de modernidade (2020, p. 42), ideia em cujo histórico a própria disciplina se encontra, e que até hoje auxilia em sua perpetuação, exemplificada no texto pela descrição de projetos especialmente voltados a públicos e visões sociais ocidentais (2020, p. 43).

A sugestão de maneiras com as quais é possível estabelecer esse caminho para o exercício de uma Arqueologia efetiva é um dos grandes méritos do trabalho, estimulando diálogos colaborativos e rearranjos narrativos enquanto expressa possibilidades de obtenção dessas demandas, adequando-se a partir de mudanças na formação profissional dos arqueólogos

e promovendo reflexões com relação aos impactos das variações da atividade no contexto contemporâneo.

Vemos nesse texto uma crítica à necessidade que se criou sobre a arqueologia pública para que esta atuasse também como um elemento justificante, em termos financeiros, da promoção de pesquisa e proteção do patrimônio arqueológico, em detrimento da prática puramente engajada socioculturalmente. Tal visão parece ter lastro na prática arqueológica oriunda dos setores governamentais como sujeitas e pressionadas pelas "planilhas" de custo e lucro, além de uma visão e discurso socialmente propagados a sugerir que regulações e legislações de patrimônio cultural arqueológico atrapalham o crescimento econômico.

Em suma, o que Ann Stahl aponta em seu escrito é a necessidade de formular uma Arqueologia que se preocupe com seus impactos sociais: sobre como são construídas as narrativas de identidade e pertencimento, o que é selecionado como válido de representação e conservação nos acervos, com a própria prática arqueológica, a ser feita de maneira crítica e consciente sobre seus métodos e objetos, de uma forma a abraçar outras epistemologias e conhecimentos que estão fora do referencial acadêmico tradicional do Ocidente.

Uma outra consideração sobre o efeito dos patrimônios cultural e arqueológico no cotidiano das localidades é feita por Juliana Machado (2014), dessa vez tendo como ponto focal a relação das comunidades com as paisagens dos territórios onde vivem, integrando, assim, este elemento ao componente de interação entre esses patrimônios e a sociedade.

Para tanto, a autora, que resume sua tese de doutorado nessa publicação sobre a Ilha Caviana, localizada na região norte do estado do Pará, observa a relação das populações ribeirinhas da ilha com o meio em que vivem, a partir de uma abordagem que considera as transformações verificadas na paisagem da região ao longo da história, assim como o significado dessa paisagem para seus moradores atuais. Ao explicitar as formas de ocupação da ilha e de que maneiras se deram as percepções técnicas e teóricas de arqueólogos de diferentes gerações sobre a região, além de proceder com uma análise das relações das pessoas que a habitam atualmente com o passado de ocupação territorial do lugar,

Após realizar uma ótima descrição geográfica da área em questão, Machado explicita as formas de ocupação da ilha e de que maneiras se deram as percepções técnicas e teóricas de arqueólogos de diferentes gerações sobre a região, além de proceder com uma análise das relações das pessoas que a habitam atualmente com o passado de ocupação territorial do lugar, em especial com relação à formação de dinâmicas identitárias locais.

A importância desse estudo histórico feito por Machado sobre a interação entre a população e o patrimônio do território se destaca com a exposição dos resultados da primeira

pesquisa etnoarqueológica da região, ocorrida há quase cem anos e financiada por um museu da cidade sueca de Gotemburgo - instituição que hoje acomoda itens coletados nesta expedição comandada pelo etnólogo alemão naturalizado brasileiro Curt Nimuendaju. Ao produzir um balanço da atuação arqueológica na região, a autora nos mostra como saldo do projeto a detecção da presença de registros físicos europeus presentes em urnas e artefatos funerários dos indígenas Aruã, o que também auxiliou no estabelecimento de um marco temporal da ocupação colonizadora nessa área do estado paraense.

Por fim, além de constatar a associação histórica dos indígenas que habitaram a ilha com vários dos adversários dos colonizadores portugueses, como holandeses, franceses e espanhóis, Juliana Machado dedicou parte do seu trabalho a interpretações da história oral local, com relatos tradicionais da população ribeirinha sobre a ocupação da ilha, carregadas de especial sentimento de melancolia, de perda do passado e de orgulho nas narrativas do grupo indígena que habitou a região estudada, demonstrando de maneira prática a adequação à boa pesquisa acadêmica das novas e possíveis perspectivas metodológicas.

3.2 UTILIZAÇÕES POLÍTICAS DOS PATRIMÔNIOS CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

Os exercícios de leitura e reflexão aqui propostos englobam também as possibilidades de emprego do patrimônio cultural-arqueológico como fatores de manifestação, formação simbólica e retórica política, que variaram desde a legitimação de modelos de dominação e imposição sociocultural, como foi o caso do colonialismo, até dinâmicas mais recentes capazes de romper com a normatividade identitária, com a construção de narrativas que abarquem diferentes grupos sociais que demandam maior grau de representatividade coletiva.

Tal debate se mostra extremamente importante num momento que requer ponderação sobre o impacto de possíveis retiradas de formas de financiamento governamentais - ou, de maneira indireta, privadas, através de leis de incentivo fiscal específicas para a proteção e promoção do patrimônio cultural nacional -, na investigação, na descoberta, no estudo e na divulgação de bens arqueológicos e em suas atividades relacionadas, compreendendo como esses investimentos refletem na organização e no desenvolvimento do campo acadêmico e na posterior valorização e interesse dados pela sociedade aos bens arqueológicos.

Com esse intuito em mente, incorporamos ao texto a análise feita por Camila de Moraes Wichers (2017), no qual a autora considera que a dinâmica imperialista dos séculos XIX e XX moldou a prática arqueológica e influenciou as instituições museológicas, atuando de acordo com a lógica da construção das identidades nacionais. Wichers reforça que essas identidades construídas no Ocidente foram notadamente machistas e sexistas, e que a Arqueologia e a

Museologia não fugiram do quadro maior relatado, sendo inclusive frutos desse contexto opressor.

Mais adiante, é criticada a falta de apresentação das histórias das coleções nos museus brasileiros através de documentos, contextualização e análise da posição ocupada pelas coleções nos museus, posição teórica aqui defendida e um dos objetivos gerais desta dissertação.

O aumento da importância do conceito de patrimônio nacional, por sua vez, é associado pelos autores Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2009) ao período que engloba o início da Primeira Guerra Mundial e o término da Segunda Grande Guerra, a partir de um pertinente balanço com a produção teórica sobre a temática do patrimônio histórico e cultural. Numa época de ascensão global do nacionalismo, tal como vivenciamos atualmente, a distinção identitária e a exaltação de mitos e marcos de origens étnicas se mostrou fundamental para a execução de manobras de conquistas territoriais, supressão de grupos minoritários e consolidação de fronteiras, especialmente no continente europeu, com o início da queda dos impérios e da era dos extremos, empregando o icônico termo do historiador britânico Eric Hobsbawm (1994).

Tal contexto de criação da noção de patrimônio cultural também é ressaltado por Lucio Ferreira (2013), conforme se destaca no seguinte excerto:

As relações entre as coisas e as legislações arqueológicas, no Ocidente, têm uma longa história de genealogias e apropriações articuladas ao processo de formação da ideia de patrimônio cultural. Quando emergiu na modernidade, o patrimônio cultural foi, sobretudo, criação das instituições jurídicas do Estado. (...) Iniciou-se assim, no Ocidente, o processo histórico que tomou o patrimônio como categoria de pensamento e ação social (FERREIRA, 2013, p. 90).

A valorização do patrimônio cultural se apresenta como uma das principais formas de engajamento e mobilização de um movimento de descolonização do chamado “Sul Global”, utilizando-se termo cunhado e amplamente veiculado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2009). Além de seu uso nas necessárias ações de desconstrução e confrontação de narrativas racistas, evolucionistas, deterministas e eurocêntricas - estas naturalizadas ao longo de séculos de influências e ingerências econômica, política, acadêmica e intelectual presentes na relação “metrópole-colônia” -, o emprego de elementos e discursos de revisão e resgate da memória das trajetórias de grupos social e historicamente marginalizados vêm se consolidando como uma tendência para a apreciação e formulação de estudos patrimoniais.

Apoiado em recente pesquisa sobre a construção da identidade de imigrantes italianos na cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX, o historiador Alexandre Belmonte (2019) observa:

Na tentativa de escrever a sua história, percebemos que a possibilidade de construção de memória e história não está restrita aos documentos ditos oficiais. Está também nas formas de se cumprimentar que incorporamos aos nossos hábitos sociais, na nova cultura material que traziam, nas diferentes nuanças das linguagens que transformamos, que se transformam (BELMONTE, 2019, p. 57).

Tendo agora como exemplo um processo de intervenção política na identidade cultural local de um país, identifica-se nas diversas ações do Estado mexicano sobre o campo das artes a ascensão do movimento artístico muralista no cenário de disputas pela herança cultural após a revolução mexicana (BARBOSA, 2010, p. 112), ou no caso da criação do Museu Nacional de História do México, localizado no icônico Castelo de Chapultepec, símbolo do emprego do papel simbólico da cultura como um fator de contestação de narrativas políticas – e também de perpetuação de novas representações. É levando tais cenários em consideração que Barbosa reflete ao considerar que:

O culto à continuidade revolucionária presente nos murais, álbuns, museus e filmes foi viabilizado graças à uma cultura visual que, à sua maneira, buscou atualizar o passado no momento presente. Criou um culto às origens por meio da veneração de um passado fragmentário e caótico, transformando-o em coeso e fundador. Essa operação só foi possível pela escolha de acontecimentos e de heróis tornados visíveis por meio das imagens estampadas em murais, páginas de álbuns, instalações museológicas e películas (Barbosa, 2010, p. 114).

Figura 24 - Mural “La intervención norteamericana”, em destaque na cúpula da entrada principal do Castelo de Chapultepec, na Cidade do México, México



Autor da obra: Gabriel Flores. Ano: 1970. Fonte: acervo próprio.

Figura 25 - Fachada do Castelo de Chapultepec, na Cidade do México, México



Fonte: acervo próprio.

Em importante colaboração sobre a história do aparato museológico colombiano e sua mobilização para utilização política como mecanismo de coesão identitária nacional, relacionando-a também com a legitimação conferida pelos ditames científicos da época, Fernando Barona Tovar (2016), promove contextualização e nos ensina que:

A história dos museus na Colômbia se encontra associada ao projeto de Modernidade, adiantado pelas elites crioulas uma vez alcançada a independência, que buscava consolidar o nascente Estado-Nação. Assim, funda-se o Museu Nacional em 1823, sob a presidência de Simon Bolívar. (...) Em finais do século XIX e início do século XX, uma série de acontecimentos políticos, sociais e econômicos, dentre os quais cabe destacar a separação do Panamá, puseram no auge o nacionalismo e com ele o resgate e a promoção da ‘história pátria’, que permitiu às coleções da seção de História ocuparem um lugar de importância no museu. (...) Nas décadas de 30 e 40 a denominada ‘República Liberal’ e seu projeto de modernização do Estado institucionalizou a prática da arqueologia. A partir de então, a legitimação do projeto de unificação e centralização de uma identidade nacional se realizou mediante a prática científica, com a qual o museu passou a ser o instrumento de divulgação e promoção dessa identidade, que esteve fundada no descobrimento de um passado indígena glorioso e reforçada no conceito de raça. (...) De igual maneira, a fundação do Museu do Ouro do Banco da República em 1939, cujo objetivo inicial foi a preservação de peças de ourivesaria colombiana, buscava despertar a consciência nacional em torno do estudo de uma raiz cultural pré-hispânica, (...) o Museu era concebido como espaço aberto para transmissão e difusão da identidade nacional (BARONA TOVAR, 2016, pp. 64 - 65, tradução e grifos nossos).

Figura 26 - Exposição no Museu do Ouro do Banco da República, Bogotá, Colômbia



Fonte: acervo próprio.

Analisando a relação entre identidade nacional e arqueologia, Tânia Andrade Lima afirma que:

Os usos do passado, entendido como um dos terrenos simbólicos mais férteis para a construção e legitimação de identidades nacionais, surgiram assim naturalmente, de tal forma que a relação tão próxima entre nacionalismo e arqueologia foi naturalizada, tendo permanecido a salvo de qualquer questionamento ou revisão crítica pelo menos até o pós-guerra. Durante todo esse tempo a arqueologia interpretou registros arqueológicos como histórias de povos específicos (LIMA, 2007, p. 12).

Trata-se, assim, do entendimento teórico trazido por Stuart Hall (1996, apud NOELLI; FERREIRA, 2007, p. 1241) e posteriormente entendido como colonialismo interno, quando se exaltam identidades e determinados grupos étnicos em detrimento de outros, tradicionalmente pensados e representados na Arqueologia através dos grandes museus nacionais e trabalhos intelectuais e acadêmicos que legitimam uma história oficial da nação. A esse respeito, Francisco Noelli e Lúcio Ferreira (2007, p. 1242) alertam que se deve “observar os vestígios arqueológicos como hipotéticos depositários de signos de civilização, observá-los como índices para compor-se uma identidade nacional coroada por culturas indígenas elaboradas”.

Um caso do processo acima descrito verificável na história brasileira é o da alteração de símbolos nacionais a partir da inclusão de grupos indígenas, em movimentação feita durante o período imperial brasileiro e descrita a seguir por Lilia Moritz Schwarcz:

Se em um momento inicial o indianismo foi antes uma forma de obscurecer a inserção da escravidão no país, aos poucos, porém, valendo-se dos poemas épicos, dos romances, das telas grandiosas e das óperas, o movimento passou a exercer uma clara influência sobre setores mais amplos, em particular na corte, cada vez mais acostumada com a introdução de imagens, termos e produtos de inspiração indígena. O indianismo chega também à iconografia política e vai fazer parte da representação do poder imperial e das cerimônias oficiais. Nas imagens da época, ele deixa de ser apenas um modelo estético para se incorporar à própria representação da realeza (...). É assim que junto a alegorias clássicas surgem indígenas quase brancos e idealizados em ambiente tropical (SCHWARCZ, 1998, p. 142).

Cabe-nos, portanto, proceder com os exercícios de reflexão e atuação críticas perante o poder exercido pelos “silêncios na história” (TROUILLOT, 1995), que praticamente tornam invisíveis grupos étnicos inteiros. Essa capacidade de mobilização é constatada no museu pela presença de correntes teóricas como a museologia crítica (BRUNO, 2020; CURY, 2020), além da maior atenção empregada à arqueologia pública.

A defesa de melhor representação e participação de grupos indígenas a partir desses movimentos é, por exemplo, encontrada no trabalho de Marília Xavier Cury, onde a autora aborda práticas de descolonização a partir da análise de circuitos museais com protagonismo indígena, como se vê no seguinte excerto:

Os museus antropológicos se transformam pela colaboração e outras metodologias que permitem a participação ativa dos indígenas em suas ações, projetos, atividades etc. Isso implica que esses museus dependem dos indígenas e do processo de indigenização para a sua descolonização (...) a colaboração é melhor definida como “parceria”, que pode ocorrer, talvez seja necessária, mas sempre definida pelos indígenas, senão seria mais uma forma de apropriação de não indígenas sobre indígenas. A colocação é forte, mas ajuda ao entendimento do papel dos museus indígenas e as relações que podem estabelecer com parceiros, sempre vislumbrando a autonomia de gestão museal (CURY, 2017, p. 107).

Por outro lado, os autores Criado Boado, González-Ruibal e Pablo González (2018) defendem energicamente um novo modelo de arqueologia pública, rompendo de maneira radical com o *status quo* da disciplina. Três medidas são sugeridas para a formação de uma arqueologia pública crítica que esteja apta a enfrentar o cenário político de emergência do populismo reacionário e que seriam, para os autores do manifesto, capazes de ampliar as possibilidades de atuação e influência da disciplina arqueológica. Para estes:

Provocação, engajamento e educação, mais do que bajulação e colaboração, deveriam se tornar os novos conceitos-chave a guiar nosso relacionamento com a sociedade, ou pelo menos com aqueles setores da sociedade que permaneceram fora do nosso radar. Para concluir, nós precisamos tornar a arqueologia outra vez política (BOADO; GONZALEZ; GONZALEZ-RUIBAL, 2018, p. 513, tradução nossa).

De acordo com essa argumentação, o estado atual da arqueologia pública privilegia uma multiparticipação que carece de uma definição exata e da prática de inclusão do “povo” de cada lugar, além de considerarem que esse tipo de abordagem aponte para uma lógica econômica neoliberal. A partir dessa crítica, a Arqueologia multicultural é tida no texto como limitada e incapaz de resolver os problemas decorrentes do desequilíbrio na representação sociocultural de populações historicamente sub-representadas.

O modelo de arqueologia propício para enfrentar os novos desafios sociais do século XXI seria, na visão desses autores, capaz de provocar e chamar a atenção da população em geral, um modelo de arqueologia que possa ser utilizado nas salas de aula e que gere um engajamento cívico que enseje respeito e credenciais de uma “autoridade pelo conhecimento” para os arqueólogos. Em outras palavras, algo que os possibilite estar no cerne dos debates de grande interesse público, espaço social habilmente ocupado por economistas, historiadores, cientistas políticos e sociólogos, que muitas vezes ditam e/ou impactam os rumos políticos de várias sociedades.

Outros autores, entretanto, apostam na ampla divulgação científica e em estratégias de comunicação e educação patrimonial para lograr uma valorização da atividade arqueológica, da relevância dos museus na sociedade e dos próprios artefatos, costumes e manifestações culturais

inseridos nessa noção de patrimônio: Rossano Bastos considera que os intuítos educativos “devem estar presentes como forma de sociabilização do conhecimento adquirido em pesquisas de natureza finita e têm como objeto de estudo os bens culturais que tenham alcance social e que sejam de usufruto comum do povo e a ele pertença” (BASTOS, 2010, p. 172).

Os pesquisadores Susana Gómez Martínez, Lúgia Rafael e Cláudio Torres (2016), em análise do projeto museológico de arqueologia da Vila Museu de Mértola, em Portugal, ponderam que:

É a educação patrimonial que pode contribuir em maior medida para salvaguardar o patrimônio do passado e a divulgação junto da população. No entanto, dificilmente podemos convencer os cidadãos a apropriar-se dessa herança se esta se mantém ocultada pela complexa e encriptada linguagem científica. É imprescindível divulgá-la sem demoras e com linguagem clara, acessível e atrativa. A valorização da herança histórica local é vital para dignificar os valores da coletividade (...). Quando a comunidade é consciente do valor do seu legado cultural, este transforma-se, também, num elemento identificador da comunidade, incrementando a sua autoestima e coesão social (MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 72).

Marina La Salle e Rich Hutchings (2014), ambos então afiliados à *University of British Columbia*, Canadá, produziram o trabalho “Teaching anti-colonial archaeology” com o intuito de promover e estimular novas discussões e abordagens sobre formas mais adequadas e atualizadas de ensino da Arqueologia nas universidades, especialmente tendo em conta as demandas socioeducativas contemporâneas.

Grosso modo, no artigo são discutidas metodologias e abordagens alternativas de ensino para uma prática arqueológica politicamente engajada, não-opressiva e anticolonialista, que idealmente se fariam presentes em iniciativas de um modelo educativo crítico.

Parte fundamental do texto se encontra nos “princípios básicos que guiam nossas práticas arqueológicas e, por consequência, estratégias de ensino” (HUTCHINGS; LA SALLE, 2014, p. 41, tradução nossa). Os três princípios elencados determinam que a Arqueologia é atual e expressa o contexto presente, atuando em estrita relação com mecanismos ideológicos, ideários e subjetivos, replicando a sociedade em que atua; a disciplina arqueológica é política, especialmente tendo-se em conta o protagonismo e ativismo acadêmico defendido por Hutchings e La Salle, questionando as dinâmicas de poder que a própria disciplina ajuda a perpetuar; a Arqueologia é pessoal, relacionando-se com noções de herança cultural e identitária e considerando o impacto e as consequências da atuação arqueológica para a sociedade.

Após uma revisão inicial sobre os princípios arqueológicos ensinados nos manuais acadêmicos tradicionais e nas salas de aula, os autores defendem que sejam exercidas pelos professores de arqueologia posições com atuação e ativismos latentes e explícitos,

especialmente em cursos universitários de caráter introdutório, também apontando para uma necessidade de utilização das posições de mediadores acadêmicos como ferramentas de efetividade na promoção de reflexões e mudanças epistemológicas, abordando e instigando abertamente os alunos a desafiar o *status quo* teórico da disciplina.

3.3 O PATRIMÔNIO COMO OBJETO DE ESTUDO SOCIAL ARQUEOLÓGICO

A necessidade de identificação do objeto de estudo fundamental da Arqueologia foi o mote para uma série de discussões teóricas levadas a cabo no periódico *Archaeological Dialogues*, publicado em 2018 pela Universidade de Cambridge. Em virtude do papel exercido pela ontologia da disciplina arqueológica e seus objetos sobre as diferentes definições atribuídas aos patrimônios culturais, parte dessas argumentações será refletida a seguir.

No primeiro dos textos publicados no periódico, o qual dá ensejo à toda a discussão subsequente, Assaf Nativ (2018) - da Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel - tece provocações e pondera sobre o objeto fundamental da Arqueologia, o que opta por tratar como “o arqueológico”. Neste artigo, Nativ busca afastar a disciplina arqueológica do domínio das ciências sociais e humanas, evitando que aspectos advindos da esfera social possam interferir na análise dos objetos arqueológicos, tidos como os meios e os fins da atividade arqueológica.

Um dos conceitos mais caros a Nativ nesta análise é o da estaticidade inerente aos artefatos arqueológicos, algo que despertará a atenção de outros autores na discussão que é seguida. Em termos gerais, numa argumentação que permeia a dualidade estaticidade-dinamismo, o autor defende que a condição de fenômeno cultural situa o objeto de estudo arqueológico como uma contraparte da esfera social em que se encontra, considerando que “ser estático, nesse entendimento, não é sobre a capacidade de ação. Trata-se de um modo particular de ser, no qual as relações não são nem casuais, nem históricas ou teleológicas” (NATIV, 2018, p. 9, tradução nossa).

Dessa forma, encontramos sua ideia principal do distanciamento entre o objeto e seu contexto social resumida no seguinte trecho do trabalho, que explicita a lógica adotada e fonte de críticas alocadas mais adiante:

Como notado, “o arqueológico” e o social são modos distintos de existência cultural, separados por uma fina, porém efetiva linha da superfície da Terra. É claro, tal fronteira é permeável. As coisas podem se mover em ambas as direções. Partes do social podem (e são) enterradas, e coisas enterradas podem ser (e são) levadas até a superfície. Assim o social pode se tornar arqueológico e vice-versa. Em todo caso, entretanto, algo é sacrificado. Embora fenômenos ambíguos não sejam difíceis de se encontrar (cabos ópticos, sistemas de esgotos, componentes parcialmente enterrados, etc.), na maior parte dos casos é uma situação de jogo de soma zero; algo se está de um lado ou de outro. A escavação desfaz o arqueológico; o enterramento desfaz o social (NATIV, 2018, p. 12, tradução nossa).

Gavin Lucas (2018), professor do departamento de Arqueologia da Universidade da Islândia, utiliza no artigo “The unburied. On archaeological objects and objectives” uma abordagem baseada na lógica para promover a desconstrução dos argumentos que Assaf Nativ traz em “On the object of archaeology”.

Em suma, Lucas alega que uma vez que Nativ advoga que o objeto de estudo arqueológico é o que se encontra enterrado, ele nos é desconhecido - embora o próprio autor considere que “o arqueológico” não deixe de sê-lo mesmo quando não for escavado (NATIV, 2018, p. 10). Ao se tornar conhecido, cristalizado e estático – portanto, um objeto arqueológico - significa que esse item não está mais enterrado, deixando de ser arqueológico pela própria definição de Assaf Nativ, colocando-o, assim, em aparente contradição.

No nosso entendimento - indo além do argumento de Lucas, mas seguindo o seu raciocínio quando entende que, para Nativ, a “estaticidade” retorna ao objeto após a sua cristalização -, tal ideia de esterilização do artefato ignora possibilidades de estudos acadêmicos feitos em acervos, uso simbólico do patrimônio na construção de uma determinada identidade, como a partir da exposição dos objetos em museus, além de minimizar noções de patrimônio cultural, experiências de sociabilização, ressignificação e vivências de grupos historicamente ligados a estes itens.

Gavin Lucas, contudo, elogia o texto de Assaf Nativ ao reconhecer sua pertinência como instrumento de estímulo ao debate e à reflexão, considerando que a discussão não trata apenas da defesa de uma filosofia aplicada à arqueologia, e sim de uma filosofia própria da arqueologia.

Entretanto, utilizando Stonehenge como exemplo capital do equívoco teórico de Nativ, Gavin Lucas critica o privilégio da escavação sobre os *surveys*, ressaltando também que o texto comentado desconsidera a relação desses objetos com o que é geológico, submarino e com o que está na superfície da terra. As arqueologias do contemporâneo e da paisagem, nesse sentido, seriam anuladas pela formulação de Assaf Nativ, além de culminar na minimização do papel hoje exercido pela disciplina arqueológica ao encampar discussões em evidência na sociedade, tais como gênero, racismo, desigualdade social e preservação ambiental.

Além do mais, tomando emprestado do texto o exemplo de Stonehenge, consideramos que se a temporalidade independe quando se utiliza a lógica de “o que está enterrado *versus* o que está na esfera social”, e que temáticas contemporâneas da pesquisa arqueológica ou itens e patrimônios que não estejam debaixo da terra são ignorados, seria correto supor que quaisquer itens que tenham sido recentemente enterrados, por exemplo, seriam objetos arqueológicos

mais válidos e valiosos que o Stonehenge, artefatos não enterrados e que ao longo da história compuseram a esfera social e a paisagem de sua região.

Por fim, argumentando que a Arqueologia é relevante justamente por seu aspecto social, Lucas considera que as ideias do primeiro texto teriam um caráter reacionário, especialmente quando o autor levanta a necessidade de uma “Arqueologia despolitizada”, o que poderia trazer o “*estado das coisas*” da prática arqueológica ao cenário de algumas décadas atrás.

Vinculado à Universidade de Leicester, Reino Unido, Matt Edgeworth (2018), por sua vez, adota em “Further notes on the archaeological object” uma postura crítica mais suave que a utilizada por Gavin Lucas. Concordando em partes com o que foi defendido por Nativ, Edgeworth, entretanto, não invalida Lucas, e sim potencializa algumas de suas críticas. O autor, se não defende o raciocínio de Nativ, ou ao menos evita criticá-lo em dois dos três tópicos do seu texto, concordando com a premissa principal de que o objeto arqueológico se constitui no que está enterrado.

À margem das discussões trazidas à tona nos textos acima destacados, Cristóbal Gnecco (2012) utiliza a vacância de consenso conceitual para celebrar a ascensão de práticas, métodos e considerações epistemológicas distintas do que vem sendo usual na academia:

A arqueologia está baseada na ideia compartilhada de que o passado está enterrado e de alguma maneira cifrado/codificado nas coisas. (...) O bom desempenho no processo de encontrar/decodificar é a essência do jogo. O significado dado a esse processo tem mudado ao longo dos anos, desde o senso comum não regulamentado até os protocolos científicos altamente ritualizados. O movimento mais importante (revolucionário) em arqueologia nas últimas três ou quatro décadas tem sido levar pessoas vivas (ou suas culturas, como sejam definidas) para fortalecer a hermenêutica arqueológica (GNECCO, 2012, p. 10).

Em “Bridging the gap in archaeological theory: an alternative account of scientific ‘progress’ in archaeology”, Oscar Moro Abadía (2017) defende que uma discussão sobre o progresso da ciência pode estabelecer uma aproximação entre as diferentes, e muitas vezes conflitantes, escolas teóricas do pensamento arqueológico. Para esse autor, empregar análises mais precisas sobre as descobertas arqueológicas, revisar continuamente conceitos estabelecidos na literatura e obter melhores definições sobre os objetos de estudo da Arqueologia seria mais proveitoso do que acumular novos objetos e evidências.

Assim, o foco na desconstrução e reflexão de conceitos que se mostraram equivocados, preconceituosos, enviesados e falsos ao longo da história científica garantiria um progresso da disciplina pelo criticismo, com a atividade arqueológica deixando-se guiar não por uma verdade definitiva, mas pela distância do erro. Diante disso, Abadía considera que a aplicação desses

preceitos permitiria a discussão sobre o progresso da ciência pelos dois grupos dominantes na teoria arqueológica, sem inviabilizá-los.

Já o arqueólogo espanhol Alfredo Gonzalez-Ruibal (2008) analisa princípios epistemológicos da chamada “arqueologia do passado contemporâneo”, especialmente a partir do que o autor classifica como “supermodernidade”. Termo cunhado pelo antropólogo francês Marc Augé (1992), a *supermodernidade* seria, no entendimento de Gonzalez-Ruibal, um tópico de interesse não apenas de arqueólogos, mas também de cientistas sociais - de maneira ampla - e artistas. Assumiria, logo, o papel de uma disciplina que se relaciona com a Antropologia, a Sociologia e as Histórias Contemporânea, da Arte e da Arquitetura (AUGÉ, 1992, apud GONZALEZ-RUIBAL, 2008, p.2).

De acordo com o autor, não há uma definição restrita com relação a objeto, escopo e base teórica empregadas para projetos de pesquisa na área de arqueologia do contemporâneo. Embora o autor ressalte que alguns estudos até utilizem a nomenclatura “arqueologia”, a ligação desses projetos com a prática arqueológica é limitada, tendo maior ligação, por sua vez, com os estudos de cultura material. Dessa forma, são levantadas no artigo o que Gonzalez-Ruibal considera como as principais questões epistemológicas sobre o assunto: por que se deve fazer essa arqueologia? Quais as diferenças para as outras práticas? E qual seria a natureza das evidências utilizadas nesse processo?

O espanhol segue seu manifesto estabelecendo uma senha para a supermodernidade: caracteriza-se como o período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, marcado pelo aumento dos meios de devastação e, conseqüentemente, proliferação de sítios arqueológicos. São aspectos relevantes dessa dinâmica a velocidade dos acontecimentos, desenvolvimento tecnológico, de novas formas de comunicação e transporte e adoção de novos modos de trabalho, globalização e conflitos com maior capacidade bélica. A arqueologia da supermodernidade explora a natureza material resultante desses processos, cujas destruições ocorrem nas mesmas velocidades de criação e consumo.

Nesses termos, a “supermodernidade” pode ser encarada como o equivalente teórico aos termos pós-moderno e pós-industrial. Há a ressalva, porém, de que, diferentemente do termo “pós”, não há nesse termo uma indicação de posterioridade, e sim de exagero. Ou seja, não se trata de uma modernidade que atropelou algo anterior, e sim que amplia e qualifica o já existente.

De acordo com essa perspectiva, são quatro os tópicos que interessariam aos estudos da supermodernidade: a Mediação, a Materialidade, Política, Lugar e Memória. Para que esses estudos ocorram da maneira devida, Alfredo Gonzalez-Ruibal defende que é preciso preencher

as lacunas deixadas pelos arqueólogos que relegavam os séculos XX e XXI aos estudos de cultura material, reforçando também a necessidade de construção de um recurso teórico retórico específico para abordar o passado recente através da disciplina arqueológica.

A partir da argumentação defendida, a aparente falta de interesse pelo tema ocorreria pela existência de uma memória latente ou até pelo vivenciamento dos eventos que poderiam se converter em objetos de estudo. Assim, existiria entre os profissionais da área um certo estranhamento pela pesquisa sobre algo dessa natureza dentro da disciplina arqueológica.

Estamos diante, sobretudo, de uma abordagem política sobre o patrimônio arqueológico: o caráter destrutivo da nossa contemporaneidade teria algo a nos dizer enquanto integrantes de uma sociedade. Há no texto, ainda, um esclarecimento e a amplificação do que é considerado como “destruído”.

Para Gonzalez-Ruibal, a destruição apontada não trata apenas de lugares com total devastação física, como é o caso exemplificativo de Chernobyl, na Ucrânia. Ocorre também, a partir de uma abordagem claramente oriunda da Sociologia e da Geografia, com a destruição social gradual das localidades, como a originada por um período de ressaca econômica (e aqui utilizamos como exemplo a cidade estadunidense de Detroit, antiga potência industrial dos Estados Unidos) ou por mudanças nas dinâmicas sociais, como é o caso de regiões que experimentaram inversões de sua pirâmide demográfica, em áreas interioranas que foram pouco a pouco abandonadas em virtude do êxodo rural ou de áreas urbanas assoladas com a falta de oportunidades e perspectivas profissionais para seus habitantes. Em outras palavras, nos é sugerida uma análise crítica da capacidade destrutiva adjacente à supermodernidade, a partir da materialidade arqueológica e de trabalhos que não limitem o objeto de estudo a esse contexto específico.

Em linhas gerais, buscou-se ao longo deste capítulo a promoção de uma reflexão sobre a capilaridade da política exercida sobre os arranjos patrimoniais, a capacidade influenciadora da musealização da arqueologia e de alguns outros aspectos decorrentes das interações sociais ocorridas nas áreas de habitação e no espaço do museu, tais como a preservação do patrimônio arqueológico, sua visibilidade social e configurações sociológicas sobre disputas políticas quanto a formulação e perpetuação de discursos de memória e de identidades sociais, num cenário de constante equilíbrio e jogos de poderes e de busca por espaços de legitimidade de representação e a demanda, especialmente verificada em movimentos mais recentes, pela efetiva valorização identitária de povos tradicionais brasileiros.

Vislumram-se como desafios teóricos futuros para as disciplinas abordadas a habilidade para identificar e mensurar a tendência de movimentação da Arqueologia Pública e

da Museologia Crítica em direção ao cerne do debate sobre patrimônio cultural, fazendo dessas áreas ferramentas que possam apontar e constranger os silenciamentos sociais que, se não mais reinam sozinhos na escrita teórica e na aplicação metodológica, ainda se impõem na prática.

4. O FECHAMENTO E A RETOMADA DOS MUSEUS DURANTE A PANDEMIA: REPENSANDO FORMAS DE VISITAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Inicialmente, e de maneira breve e geral, cabe aqui destacar alguns pontos fundamentais sobre o contexto pandêmico atual, sem a intenção de nos aprofundarmos no tema, mas facilitando o entendimento sobre as adequações necessárias e sua linha temporal correspondente, pensando as repercussões que a situação emergencial trouxe aos museus.

Declarada internacionalmente com tal nomenclatura e gravidade pela Organização Mundial da Saúde – OMS em 11 de março de 2020, no Brasil a pandemia de Covid-19 inicialmente culminou em uma declaração de estado de calamidade pública, aprovado nove dias depois dessa determinação em escala global.

De maneira imediata e diante de um cenário sem precedentes na história recente, foram levantadas dúvidas sobre o funcionamento e a própria capacidade de sobrevivência de instituições museológicas, tendo em vista as enormes incertezas iniciais sobre os impactos sanitários, sociais e econômicos e sobre a duração do período requerido de isolamento social.

Em contrapartida, houve instituições que fizeram uso do tempo em que permaneceram fechadas para a execução de grandes reformas visando a melhoria de suas estruturas físicas, tais como fachadas, salas de exposição, itens de segurança, reserva técnica e em adequações de acessibilidade, entre outras.

Figura 27 - Fachada em reforma do Museu da Misericórdia, localizado no Centro Histórico de Salvador



Fonte: acervo próprio.

Há casos, inclusive, de museus que foram inaugurados durante a fase de flexibilização das medidas de prevenção contra a pandemia e de retorno do público visitante, em instituições cujos projetos estavam em fase mais avançada de suas obras de construção ou reforma.

Figura 28 - Museu da Cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, exemplo de equipamento museológico inaugurado durante a retomada das atividades na pandemia



Fonte: acervo próprio.

O Museu Câmara Cascudo, por sua vez, iniciou a suspensão indeterminada de suas atividades em 18 de março de 2020, ainda antes aprovação no Congresso da medida acima mencionada, portanto. O esperado retorno da instituição ocorreu apenas em 8 de março de 2022, quase dois anos após a interrupção de suas atividades.

A respeito das preocupações trazidas pelo fechamento abrupto dos museus, Nicole Marziale nos demonstra um caminho para importantes reflexões sobre o futuro dessas instituições:

Se, antes da eclosão da pandemia, já se evidenciava a necessidade de reafirmação do papel social dos museus, de modo que diversos tipos de museus pudessem, aprendendo com os museus comunitários, atentar para as necessidades de seu entorno, atuando como espaços de resistência em prol da própria manutenção democrática em países ameaçados pela intolerância, durante e após a pandemia, tal reafirmação se faz ainda mais urgente. (...) abre-se uma oportunidade para que diversas instituições possam repensar suas missões, atuando mais em prol do desenvolvimento e representatividade de suas comunidades (MARZIALE, 2021, p. 48).

A tais considerações se junta o manifesto feito por Fabiola Olvera, quando conclui que:

Pela primeira vez se criaram laços de colaboração mais estreitos entre as instituições a nível mundial; (...) conseguimos preparar pontes e através de dezenas de conferências e colóquios compartilhamos a incerteza, o desalento, mas também se falou que é momento de uma mudança radical (OLVERA, 2021, p. 176, tradução nossa).

A recente literatura criada acerca do funcionamento das instituições museológicas nos contextos de fechamento e de reabertura dos espaços físicos também engloba trabalhos comparativos com o objetivo de recolher e organizar detalhes estatísticos (VARGAS; PÉREZ; YUSIM, 2021) ou de analisar o impacto dos estudos de público para o planejamento dos museus durante a pandemia (NÚÑEZ; ROTEN, 2021).

A sugestão para ampliação da atenção dada pela academia aos temas da museologia durante a pandemia leva em conta recortes de pesquisa diversos, como se vê no excerto a seguir:

Ao observarmos esse cenário desafiador que os museus enfrentam desde o início da pandemia, torna-se essencial que pesquisas, levantamentos e análises sejam feitos, a fim de observar as múltiplas potencialidades, limites e reverberações do uso das tecnologias para potencializar a comunicação museológica e, da mesma forma, que estudos sejam elaborados em níveis regional e nacional, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Pesquisas sobre esse momento ímpar na história dos museus são necessárias para compreender a postura e mesmo qual a função das instituições museológicas em seu sentido mais amplo, isto é, como estas se articulam para manterem-se relevantes à sociedade mesmo quando encontram-se de portas fechadas (AQUINO; MATTIA; VARGAS, 2021, p. 103).

Figura 29 - - Placa de recepção aos visitantes após a reabertura do Museu Rodin Bahia/Palacete das Artes, em Salvador



Fonte: acervo próprio.

Ademais, a pandemia deixou, ainda, uma janela de oportunidade para pesquisadores analisarem os procedimentos de gestão dos museus, possíveis perspectivas de mudança em suas estratégias de montagem e curadoria exposicional, ou de estudar como se deu a recepção ao público na reabertura desses espaços culturais.

Para ilustrar este último tópico, inclusive, é válido ressaltar os inúmeros e distintos protocolos de visitação empregados pelos museus, variando conforme os decretos de cada município ou estado e a respectiva fase da retomada às atividades em que se encontrava. Algumas das exigências comuns, com maior ou menor de grau de efetividade prática, estão listadas abaixo:

- Apresentação de documento comprobatório de vacinação contra a Covid-19, popularmente conhecido como “passaporte da vacina”;
- Utilização de máscaras de proteção durante todo o período de visitação;
- Limitação de público para determinadas salas e para os museus como um todo;
- Mudanças na ventilação dos ambientes, com abertura de janelas ou com mudanças nos sistemas de controle de temperatura e filtragem do ar;
- Emprego de tapetes especiais para a sanitização de calçados;
- Utilização de álcool para limpeza das mãos, com posicionamento de dispensadores de álcool em gel em locais estratégicos;
- Delimitação de uma distância mínima de separação entre os visitantes;
- Aferição de temperatura;
- Sinalização de medidas preventivas em pisos e paredes;
- Adoção de circuitos e horários pré-definidos ou com tempo máximo de permanência;
- Diminuição do uso de ingressos e comprovantes físicos;
- Maior utilização de *QR Code*;
- Venda virtual de ingresso;
- Apresentação de ingressos eletrônicos utilizando aparelhos do tipo *smartphone*;
- Diminuição do uso de encartes físicos, que retornaram após a flexibilização de algumas medidas preventivas;
- Assinatura de livro de visita virtual;
- Diminuição e divisão de passeios realizados com grupos de visitantes;
- Alteração no número permitido de guias e monitores de visita;
- Exigência de agendamento de visitas.

Figura 30 - "QR Code" que direciona os visitantes do Museu de Arte da Bahia ao livro virtual de assinaturas



Fonte: acervo próprio.

Figura 31 - Protocolo com sinalização em totem e no chão



Fonte: acervo próprio.

Figura 32 - Aviso de limitação de público no Museu de Arte Moderna da Bahia



Fonte: acervo próprio.

Entretanto, com a total e recente retirada dos protocolos de prevenção em numerosos municípios brasileiros, já é possível frequentar museus sem que haja a observância de grande parte das exigências listadas acima. Um exemplo em evidência dessa possibilidade é a exposição *Armorial*, atualmente em exibição no Centro Cultural Banco do Brasil da cidade do Rio de Janeiro, visitada após o decreto emitido pelo Governo Federal determinando o fim, ao menos em termos institucionais, do estado de emergência em saúde causado pela pandemia em que o país se encontrava até a data de sua assinatura, à altura de 22 de abril de 2022.

Figura 33 - Cartaz da exposição *Armorial*, em exibição no CCBB/RJ



Fonte: acervo próprio.

Um caso de museu com destaque em número de visitantes e com grande nível de adaptação às demandas trazidas pela pandemia é o novíssimo *Cidade da Música da Bahia* - inaugurado em setembro de 2021, ainda durante a fase inicial de flexibilização das atividades no estado. Tal museu utiliza diversos processos digitais, abarcando desde a venda de ingressos sem os comprovantes físicos tradicionais - embora não utilize código de barras ou outro meio digital no momento de entrada na exposição, e sim um recibo de papel - , criação de *quiz* com interação nas telas disponíveis na exposição e nos aparelhos celulares particulares, cabines de vídeo individuais, para duplas e trios, indo até a reserva prévia de horários para visitação, o que, nesta circunstância, inicialmente limitou o número de visitantes a cento e cinquenta pessoas a cada uma hora e trinta minutos.

Figura 34 - Sala de exposi o interativa da Cidade da Música da Bahia



Fonte: acervo próprio.

Figura 35 - Cidade da Música da Bahia, museu inaugurado durante a fase da reabertura das instituições museológicas em Salvador



Fonte: acervo próprio.

A demanda reprimida durante a quase totalidade dos anos de 2020 e 2021, juntamente com a extensa lista de iniciativas, sugere a intensificação da procura por museus como fonte de lazer, criando também certa expectativa para o aumento da importância dos museus na rotina dos circuitos culturais do país, influenciando em possíveis incrementos na distribuição e alocação de recursos financeiros que financiam as atividades institucionais.

4.1 VIRTUALIZAÇÃO DOS MUSEUS: REFLEXÕES E CONSEQUÊNCIAS DOS NOVOS PROCESSOS SOBRE AS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS E SUAS EXPOSIÇÕES

Na sequência da absorção inicial do impacto causado pelo fechamento completo das instituições museológicas, uma ampla parcela desses equipamentos culturais buscou novas formas de permitir o acesso do público às exposições, itens do acervo e aos programas educativos - junto a entidades governamentais, a empresas privadas e ao terceiro setor, a partir de iniciativas individuais e outras de coordenação coletiva ou a partir de grupos de estudo.

Museus colombianos, por exemplo, participaram de levantamento analisado por Roberto Cuervo e Edna Calderón (2021), a partir de questionários aplicados pelo programa “Fortalecimento de Museus”, do Museu Nacional da Colômbia, ainda em abril de 2020 - ou seja, pouco tempo após o fechamento das instituições. Nesse estudo, detectou-se que praticamente dois terços dos museus locais informaram a implementação de alguma estratégia de operação virtual enquanto estavam com atividades suspensas (CUERVO; CALDERÓN, 2021, p. 81).

Em outro trabalho de pesquisa voltado à realidade museológica colombiana, em estudo de caso feito pela antropóloga Beatriz Duque sobre o Museu de Antioquia, é proposto que a “inovação digital seguirá mudando as dinâmicas do museu, das coleções, das práticas e das pesquisas com o fim de melhorar a compreensão do mundo após uma crise mundial, e deve ter como propósito contribuir em prol da dignidade humana e da justiça social” (DUQUE, 2021, p. 111, tradução nossa).

Já acerca da realidade encontrada no Brasil, um estudo de destaque foi promovido por André Fabrício Silva (2021). Nesse trabalho, o autor procedeu com a realização de um panorama, com amplitude nacional, de diversas iniciativas de virtualização de instituições museológicas brasileiras, destacando ações de interação promovidas no Museu de Arte Moderna da Bahia; no Museu da Gente Sergipana, em Aracaju, Sergipe; no Museu do Homem do Nordeste, na cidade do Recife, Pernambuco; nos paulistanos Museu de Arte Assis Chateaubriand - MASP e Museu de Arte Moderna de São Paulo - MAM; nas instituições Centro Cultural Banco do Brasil de Belo Horizonte – CCBB/BH, Memorial Minas Vale e Casa Fiat de Cultura, em Minas Gerais; no Museu Oscar Niemeyer, no Paraná; no Museu Paraense Emílio Goeldi, no Pará; no Museu Casa de Cora Coralina, em Goiás, e, finalmente, no Museu Nacional da República, em Brasília, Distrito Federal. Houve ressalva até mesmo para a ausência das interações estudadas, como foi o caso do macapaense Museu Sacaca, localizado na capital do estado do Amapá.

A seguir, trazemos algumas das considerações feitas a partir da mencionada pesquisa:

Os casos analisados das ações promovidas pelos museus brasileiros diante da impossibilidade de abrirem suas portas, que se referem a experiências unicamente virtuais, demonstraram em certa medida que essas experiências caracterizam-se muito mais como interativas do que reflexivas. O museu se diferencia por ações específicas no comunicar, o que tende a provocar no indivíduo uma reflexão a partir do contato com os objetos. Nesse sentido, as narrativas, as iluminações, os textos, influenciam na percepção do sujeito. Isso ainda não é reproduzido de maneira semelhante no ambiente virtual, porque este requer uma outra linguagem museológica. A maioria das ações dos museus no espaço virtual destacam-se mais como interativas, principalmente no ambiente “instagramável” e no uso das hashtags, cuja única função é entreter e atrair um número maior de seguidores, mas não reflete a experiência museológica dentro do museu em si. Isso reverbera nas ações educativas, nas visitas e em todas as ações virtuais dos museus. Portanto, o desafio dos museus brasileiros é proporcionar uma experiência museológica que busque trazer uma reflexão em que o indivíduo se transforme a partir da experiência virtual (SILVA, 2021, pp. 18-19).

As autoras Alice Ribeiro, Luisa Massarani e Douglas Falcão (2022) questionaram gestores de oitenta e nove museus de ciências brasileiros sobre os principais pontos de impacto causados pela pandemia. Com o objetivo de identificar e mensurar a influência exercida pelos fechamentos das instituições sobre o futuro funcionamento e seus recursos financeiros, a investigação também trouxe à tona questões que preocupavam as equipes técnicas desses museus, ao mesmo tempo em que refletia sobre a ampliação de suas presenças virtuais:

Em um cenário desafiador para a educação formal, que teve que se adaptar às aulas remotas, museus de todo o mundo buscaram a manutenção de suas ações educativas e sociais. Se antes da pandemia o uso de tecnologias digitais pelos museus se apresentava como um potencial ainda pouco explorado, no contexto pandêmico a presença online dos museus se expandiu, consolidando as tecnologias digitais como importantes ferramentas para a manutenção do contato com os públicos, através de atividades remotas e do diálogo por meio de websites e redes sociais (RIBEIRO; MASSARANI; FALCÃO, 2022, p. 250).

A maior utilização da tecnologia durante o período também foi abordada de maneira positiva no trabalho de Sara Seilert e Mariah Boelsums (2020), como se vê a seguir:

Qualidades da associação entre cultura e tecnologia, fundamental para a atualização dos espaços culturais. (...) esta relação não é baseada no conceito de substituição e sim de acréscimo, deve ser encarada como mais uma das ferramentas de fruição, de compartilhamento de conhecimento, de contato e de produção artística. Os museus virtuais não significam, necessariamente, a obsolescência e a conseqüente exclusão dos museus físicos. Assim como não cabe mais, em pleno século XXI, a visão negacionista em relação ao uso de tecnologias e em relação à incorporação parcial dos museus em meio digital. Pelo contrário, é momento de estudo sobre as demandas particulares de cada museu e a associação de soluções digitais pertinentes a cada uma dessas demandas identificadas. (...) Além das dificuldades enfrentadas pelos museus para gerar, administrar e disponibilizar dados digitalmente, devemos considerar também as limitações de acesso do público a esses dados, pois apesar da internet conceitualmente estar relacionada à democratização das informações, na prática ainda estamos muito distantes de garantir acesso universal e amplo às tecnologias e à internet no Brasil, o que dilata ainda mais as distâncias socioeconômicas de acesso. De uma maneira que ainda não conseguimos dimensionar, estamos passando por uma revisão transformadora. Além de ter de se preparar para uma nova dinâmica no mundo

real e no espaço físico, os museus estão se dando conta de que há todo um novo espaço virtual a ser ocupado (SEILERT; BOELSUMS, 2020, p. 189).

A nosso ver, as ações com caráter participativo virtual durante a pandemia tiveram importância inestimável para os museus que as promoveram, especialmente quando se tem em conta aspectos aqui divididos em dois grupos distintos, de acordo com os benefícios:

a) Para os próprios museus:

- Manutenção das atividades do museu;
- Cumprimento do cronograma de exposições;
- Divulgação institucional;
- Intercâmbio de práticas profissionais, com realização de encontros, palestras, simpósios e congressos virtuais;
- Angariação de recursos financeiros, a partir de exposição virtual patrocinada e inscrição em editais de financiamento emergencial;
- Atender à função social de cada instituição.

b) Para o público dos museus:

- Como alternativa de lazer e cultura nos momentos mais críticos de isolamento social;
- Representação como plataforma educativa;
- Manutenção de pesquisas acadêmicas – ainda que parcialmente, a depender da natureza de cada projeto;
- Oportunidade de digitalização dos acervos e criação de exposições inteiramente virtuais, ou de partes componentes de futuras exposições híbridas e de painéis comunicativos/interativos de exposições físicas;
- Acessibilidade aos patrimônios históricos e culturais locais.

Em texto que problematiza o não-cumprimento, em sua amplitude, do direito de acesso ao patrimônio cultural, Viviane Sarraf concorda e enxerga nas Humanidades Digitais um potencial de correção de lacunas de comunicação e interação com públicos mais diversos, sugerindo que:

A presença no espaço físico dos museus, em um passado recente, tinha cada vez menos sentido para as pessoas, que estavam dando preferência a consumir seus conteúdos por meio do ambiente virtual. Entretanto com as transformações

ambientais, sociais, econômicas e de saúde pública (...), a fruição e o consumo do patrimônio cultural online deixaram de ser apenas uma preferência, passando a ser a única possibilidade existente por quase um ano e com retorno ao fechamento dos espaços físicos dos museus (SARRAF, 2021, p. 130).

A autora segue com as suas considerações sobre as mudanças na forma de apresentação dos museus, atestando que:

Para que os museus cumpram sua Função Social e Educativa no atual contexto social, levando em conta que os indivíduos dedicam grande parte de seu tempo nas redes sociais, é necessário criar novas formas de existência nesses espaços, considerando o ambiente da Infosfera, além de manter seu ambiente físico, a preservação de suas coleções e a qualidade de seus serviços presenciais, que ainda se configuram em espaços de encontro com o patrimônio e com o outro (SARRAF, 2021, p. 135).

Concordamos com a linha de raciocínio seguida por Viviane Sarraf, na medida em que consideramos a interseção entre museologia e tecnologia um caminho metodológico e prático que já ultrapassou seu ponto de não-retorno, em processo acelerado pela necessidade compulsória de adaptação à nova realidade potencializada pela pandemia de Covid-19.

Nesse novo dilema curatorial estabelecido entre o digital e o físico, é válido questionar o triunfo da originalidade e unicidade dos itens arqueológicos acondicionados em reserva técnica. Para tanto, faremos uso de um conceito caro à sociologia para uma breve reflexão sobre a relação entre o real e o virtual no objeto de estudo da disciplina arqueológica.

À luz da teoria crítica do sociólogo alemão Walter Benjamin apresentados no texto "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica" (1955), pretende-se aqui explorar novos caminhos do que o autor entende por "aura", além de utilizar sua percepção sobre aspectos culturais para compreender as alterações na valoração da experiência tradicional de ida ao museu.

Em que pesem as evidentes diferenças temáticas entre o que foi publicado por Walter Benjamin, em texto que trata especialmente de obras de arte e do cinema, tentar-se-á aplicar para o tema deste trabalho parte do raciocínio teórico empregado pelo supracitado autor na orientação da discussão acerca dos adventos tecnológicos aptos à reprodução técnica - seja de obras ou de eventos físicos - e sua capacidade de interferência em experiências já consolidadas como tal.

De acordo com o entendimento de Benjamin, o conceito de "aura" estabelece suas bases na singularidade do processo de criação de, por exemplo, um objeto de caráter artístico - acompanhando-o continuamente e se intensificando ao longo de toda sua trajetória física (elementos temporais) - e de suas características gerais (elementos espaciais).

O autor trata do significado social do termo "aura" e de sua importância para a intensidade de uma verdadeira experiência de contemplação. Em termos gerais, esse tipo de experiência é possível, em exemplo de acordo com o raciocínio do autor, ao se observar a pintura no teto de uma determinada catedral, com seus desenhos especialmente pensados para a visualização somente naquele lugar, com seus cheiros, clima e suas nuances particulares, por vezes cercada de outras obras de arte que ajudam a formar seu contexto de exposição, assim como os demais elementos peculiares ao espaço em que esse teto se encontra.

Ao perder sua aura, o objeto corre o risco de também perder sua importância, tornando-se algo trivial, como ocorre, a título de exemplificação, com um item arqueológico disposto em museu ou exposição entre outras tantas dezenas ou centenas de "semelhante" valor, totalmente afastadas do cenário propício para tal, sendo rapidamente observada por espectadores muitas vezes alheios aos verdadeiros (ou ao menos ao inaugurais) significados ali contidos.

Nesse sentido, Benjamin nos esclarece, já em tom de preocupação:

Em suma, o que é a aura? É uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante por mais perto que ela esteja. Observar, em repouso, numa tarde de verão, uma cadeia de montanhas no horizonte, ou um galho, que projeta sua sombra sobre nós, significa respirar a aura dessas montanhas, desse galho. (...) Fazer as coisas 'ficarem mais próximas' é uma preocupação tão apaixonada das massas modernas como sua tendência a superar o caráter único de todos os fatos através da sua reprodutibilidade (BENJAMIN, 1955, p. 3).

A experiência, assim, é entendida pelo sociólogo como algo essencialmente peculiar, que decorre da junção da observação do que ali ocorre com os fatores físicos e emocionais que a integram, proporcionando em cada indivíduo uma reação distinta - podendo despertar recursos da ordem da memória, ou ser componente de rituais de significação tradicionais -, mas em conformidade com uma disposição de utilidade, artística ou autoral já planejada.

Nessa conversão da experiência de "visita" virtual e participação em uma finalidade em si mesma, identificam-se trabalhos que pensam as atividades dos museus a partir de uma lógica da inclusão do elemento digital, como é o caso do recente trabalho de Glória Calippo (2022), que discute a representação da Arqueologia nas redes sociais e enfatiza o crescimento da presença virtual do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, ou nas considerações de Jacqueline Silva e Glaudson Albuquerque (2021) sobre o próprio Museu Câmara Cascudo, conforme se constata no excerto transcrito a seguir:

Em contínua transformação, os museus universitários chegaram ao século XXI ainda buscando resolver problemas antigos e tendo que enfrentar inúmeros novos desafios, que ultrapassam o meio acadêmico e perpassam o museológico e o social. Temas como inclusão de minorias e justiça social, novas tecnologias, turismo cultural e de massa, arquitetura inclusiva, participação comunitária, democratização das coleções,

entre tantos outros, são constantes em tempos em que a sociedade cobra cada vez mais das instituições museológicas e das universidades (SILVA; ALBUQUERQUE, 2021, p. 117).

Walter Benjamin, ainda que em outro contexto teórico, nos faz refletir sobre o hibridismo dessa nova forma de pensar o objeto arqueológico e sua relação com o museu ao afirmar que "retirar o objeto do seu invólucro, destruir sua aura, é a característica de uma forma de percepção cuja capacidade de captar 'o semelhante no mundo' é tão aguda, que graças à reprodução ela consegue captá-lo até no fenômeno único." (BENJAMIN, 1955, p. 3).

Nesse sentido, trazemos a consideração feita por Fabíola Andréa Silva, ao defender que "Os museus têm papel importante, pois os acervos que eles guardam são constituídos de objetos potencialmente vivos e, enquanto existirem como realidade material, seus significados poderão ser sempre reelaborados e atualizados" (SILVA, 2016, p. 133).

Aplicando essa linha de raciocínio para a atual realidade com maior influência do elemento digital nas instituições, os autores Waldemir Costa Júnior e Zeida Thomé definem o museu virtual da seguinte maneira:

Configura-se, assim, como espaço virtual e interativo de construção de conhecimento e de aprendizagem, considerando que o sujeito age sobre o patrimônio cultural, descobre os objetos existentes, desconstrói e reconstrói todo o conhecimento ali presente para inventar o novo. Nesse sentido, potencializa as ações dos sujeitos-visitantes, tornando-os curadores do seu próprio museu e proporcionando uma experiência construtivista, ao mesmo tempo local e global, dinâmica, multidisciplinar e em contínua atualização (COSTA JR; THOMÉ, 2022, p. 5).

Diversos estudos publicados ao longo dos últimos dois anos acompanharam essa tendência contextualmente forçada à experimentação digital dos museus – o que, para muitas das instituições que optaram por manter-se ativas durante a pandemia, ocorreu inicialmente de maneira total e brusca, sem possibilidade de contestação e sem tempo para adaptações planejadas. Um dos trabalhos bem-sucedidos nesse sentido foi o de Federico Abiuso, Tatiana Kravetz e Ruben Venticinque (2021), que sistematizou as estratégias adotadas pelo Museu Nacional de Belas Artes, localizado em Buenos Aires, Argentina.

Já o trabalho feito por Alejandro Terenzani (2022) é exemplo de um estudo conduzido com o objetivo de identificar estratégias e comparar atividades virtuais promovidas durante a pandemia, no qual foram analisadas as páginas virtuais – institucionais e em redes sociais - de sete dos principais museus do mundo, todos os selecionados localizados em países europeus e nos Estados Unidos e postos em perspectiva secundária direta com instituições venezuelanas

Na dissertação de mestrado “A comunicação cultural estratégica em tempos de pandemia: como conectar museus e públicos”, em trabalho tematicamente orientado para a atuação do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque - Moma durante a pandemia, Camilla

Mortean (2021) dá destaque à presença online da instituição, o que possibilitou rápida resposta institucional e adequação às necessidades e demandas decorrentes do período pandêmico inicial.

Casos como o do evento “Semana dos Museus” de 2022, que permaneceu com atividades virtuais mesmo com a reabertura das instituições, nos dão indícios de que a prática pode continuar de maneira definitiva, a partir da apresentação de diferentes propostas e abordagens comunicativas com o público dos museus.

Outro fator para se observar é a utilização extensiva de elementos tecnológicos - em especial em museus inaugurados durante a pandemia e cujas visitas se dão integradas com aspectos interativos e digitais, presentes em toda a cadeia de funcionamento dos museus, incorporando as mudanças oriundas da situação pandêmica vivida, além de trabalhos com foco em mapear a realização de eventos e as interações em diversas plataformas e redes sociais, em refletir sobre o início - ou ampliação - da utilização da tecnologia como um legado, seja ele positivo ou negativo.

Com o retorno das atividades presenciais e certa prática e habilidade dos profissionais dos museus no manejo de exposições, torna-se importante acompanhar a gradativa incorporação do saldo tecnológico do período a portas fechadas à estruturação expositiva museológica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o passo dado nesta dissertação seja, junto com os demais trabalhos já publicados sobre a Coleção Nássaro Nasser e o histórico de pesquisas do Pronapa, mais uma base de informações para futuros estudos sobre esse período prolífico da arqueologia brasileira, assim como no avanço de novas atividades de estudo e criação de biografias de coleções arqueológicas, refletindo sobre a sua trajetória a partir de detalhes acerca de seus contextos de criação e financiamento.

A partir da descrição do contexto de incorporação da coleção ao acervo do atual Museu Câmara Cascudo, entendemos a participação de Nássaro Nasser e do antigo Instituto de Antropologia no Pronapa não apenas como uma expedição que resultou em mera aquisição de acervo arqueológico, mas também como uma iniciativa que rendeu outros frutos diversos, tais como:

- A especialização e a qualificação do corpo técnico do Museu Câmara Cascudo;
- A consequente integração da instituição a uma rede de colaboração internacional;
- O próprio despertar da Arqueologia como uma área de interesse institucional, inclusive com a criação de um departamento específico;
- Um ponto de partida para novas ações de coleta e exposição.

Buscou-se aqui, como elemento primordial, a compreensão do posicionamento dos museus na esfera cultural da sociedade brasileira. De maneira mais específica ao recorte de pesquisa estabelecido, ao considerarmos a relação entre sujeito e identidade, enxergamos nos museus universitários e nas instituições de âmbito e alcance local a capacidade de atuação em microescala, com possibilidade de uma regionalização mais efetiva das representações costumeiramente nacionais e excludentes, integrando populações à dinâmica de coesão social.

A partir de um estudo de uma única, porém relevante, coleção arqueológica integrante de um museus universitário, foi possível destacar reflexões sobre as possibilidades de construção de identidades sociais a partir dos patrimônios culturais e arqueológicos, assim como acerca dos novos papéis exercidos pela tecnologia na representação e na comunicação dos acervos arqueológicos utilizados em exposições

Como resultado do que foi destacado nos objetivos iniciais, consideramos que maneiras de superar os desafios enfrentados para a aplicação prática desse cenário são visíveis quando as

disciplinas de Arqueologia e Museologia apontam para um caminho de intensa contestação política, justificando iniciativas teóricas como a deste trabalho, especialmente quando se utilizam as reivindicações sociais e o patrimônio cultural e arqueológico para emponderar populações outrora ignoradas, silenciadas (TROUILLOT, 1995), fora dos corredores da exaltação nacional, em cenário de constante equilíbrio e jogos de poderes e de busca por espaços de legitimidade de representação social.

Ao refletir sobre o papel da atividade política e do colonialismo na construção desse cenário, Noelli e Ferreira nos mostram que:

Não há um ponto arquimediano em que as representações sobre o passado sejam purgadas das pressões políticas e posições institucionais contemporâneas. (...) também a dimensão propriamente cultural ou científica do colonialismo, aquela que justificou as missões civilizadoras, isto é, as narrativas ou representações, arqueológicas ou não, que colocaram as sociedades indígenas em posição de inferioridade cultural, classificando-as como bárbaras, primitivas e (...) degeneradas (NOELLI; FERREIRA, 2007, p. 1241).

As ingerências dos poderes econômico, político e até mesmo militar - conforme mostram Bonomo e Farro (2014), em estudo sobre a arqueologia latino-americana durante o início do século XX - não atuam apenas no espaço da atividade arqueológica, como também se verificam de maneira ativa nas instituições museológicas, pautando as esferas de administração da curadoria, organização, de produção de discurso e da promoção e valorização do que é mostrado ou ocultado nas prateleiras dos museus.

Navarro e Tsagaraki comentam sobre as condicionantes exercidas sobre os museus:

O museu, como qualquer outra instituição produto da ação humana, se move num espaço que condiciona e determina seu desenvolvimento, assim como seu perfil institucional. Este espaço é mercado por coordenadas que limitam, em vários níveis de ação, a gestão e a operação do mesmo. As coordenadas ou fatores que indicam os graus de liberdade e ação do museu são os fatores históricos, profissionais e sociais (NAVARRO; TSAGARAKI, 2010, p. 51, tradução nossa).

Assim como Marília Cury nos ensina:

Musealização, então, é um processo de seleção, suspensão, retirada de objetos de certo circuito (de uso ou funcionalidade, simbólico, econômico e outros), o reposicionamento dele numa instituição, o museu, mantida por uma gestão, cuja administração permite que os musealia recebam cuidados. Esse movimento requer seleção e criticidade – distanciamento e objetividade – e escolha e vontade – preferência e subjetividade. E por mais que se diga que os objetos têm em si uma representatividade de dada circunstância complexa, a realidade, eles falam igualmente daqueles que os escolheram para finalidades diversas, simbólicas fundamentalmente. A musealidade como construção social e os seus estudos apoiados na musealização dão corpo à Museologia como disciplina científica (CURY, 2020, p. 135).

As mensagens - explícitas e implícitas - emitidas por um museu estão intrinsecamente relacionadas à política adotada pela instituição. A chancela diretiva, por sua vez, pode ser influenciada e até direcionada pelos órgãos e entes governamentais que financiam a instituição, ou em decorrência da ação de patrocinadores da esfera privada.

Nesse sentido, é primordial compreender o lugar do museu na esfera social, evidenciada na consideração a seguir de Alice Semedo:

Os museus são, então, mais do que instituições de exposição de objetos; são lugares de interação entre identidades pessoais e coletivas, entre memória e história, apresentando-se, desde o século XIX, enquanto lugares essenciais de exposição do patrimônio e da identidade nacional. A visita a estes espaços é parte essencial da experiência do desenvolvimento da imaginação histórica. Um dos grandes desafios do museu tem sido, precisamente, o de representar visualmente o papel desempenhado pela história na formação das nações (SEMEDO, 2015, p. 11).

Defendemos que é papel do museu, num contexto de ampliação do conceito de patrimônio, permitir de maneira efetiva a inserção dos povos tradicionais outrora ignorados, dando-lhes voz ativa na construção de um ambiente de criação de conhecimento e de marcas de representação de seus grupos, incorporando-os às “narrativas nacionais”, nos termos de Alice Semedo (2015). Sobre a importância de tal disputa de poderes e narrativas e do papel exercido pelos museus nessa conjuntura, Maurício Silva esclarece que:

O desafio colocado pela preservação do patrimônio cultural brasileiro parte da complexidade da realidade cultural e das ações democráticas de eleger e perpetuar indicadores que sejam significativos para a dinâmica de diversidade sociocultural. (...) há um jogo de forças e interesses envolvidos (políticos, econômicos e sociais) que criam referenciais do que pode ser preservado, como, onde e para quem. Logo, a atuação de instituições públicas tem um papel importantíssimo no que tange à negociação dessas questões, em um esforço para ampliar as discussões a todas as parcelas da sociedade. (...) Por mais que a arqueologia tente ampliar sua atuação ao publicar seus dados e fazer trabalhos de divulgação científica, ainda está muito restrita a pares e distante da sociedade como um todo (SILVA, 2015, p. 135).

Afinal de contas, como escreve e nos explica a museóloga Cristina Oliveira Bruno, a “cumplicidade entre os estudos de cultura material e as coleções museológicas permite, ainda hoje, que os museus desempenhem uma função social com desdobramentos educacionais, científicos, econômicos e culturais” (BRUNO, 2009, p. 25).

Em outras palavras, uma das funções sociais aqui defendidas para as instituições museológicas é a de possibilitar a total integração social dos indivíduos às heranças histórica e arqueológica dos territórios onde habitam, tendo como base o legado deixado pelos povos tradicionais, evitando os “silêncios museológicos” notadamente destacados por Sally Price (2016).

De igual forma, Zanirato nos mostra que:

Usos sociais correspondem aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade em geral na identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram a sua identidade. Isso implica que a população se sinta identificada com os elementos a serem conservados, que se reconheça neles, para que eles se tornem, de fato, representativos dela e para ela. O reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens acarreta esforços comuns para sua conservação e, quanto mais coletivo e representativo eles forem, mais protegidos estarão (ZANIRATO, 2009, p. 139).

Se, de fato, a noção de pertencimento a uma determinada identidade acarreta melhores condições de preservação e valorização desses aspectos identitários, a representação de grupos historicamente esquecidos e ignorados no espaço do museu viabilizaria um incremento na demanda por consumo cultural nessa sociedade e nessas instituições, configurando-se num fator estimulante à manutenção e até lançamentos de novos projetos que melhor empreguem os acervos institucionais.

Por fim, os temas aqui propostos também convêm à tentativa de se reinstalar exposições arqueológicas no Museu Câmara Cascudo e possibilitar a promoção de atividades que ampliem o público potencial e seu nível de interesse na supracitada instituição, tendo em vista também a insuficiente oferta de atividades e mostras arqueológicas na cidade do Natal.

Com a coleção praticamente inacessível ao público em geral desde o fim de suas atividades de pesquisa e coleta, permanecendo em verdadeira situação de esquecimento no acervo do principal museu da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, é imprescindível, ainda, sugerir novos estudos – mais amplos e de caráter sistemático - que reflitam a correlação entre a não-frutificação de centros de formações locais nos quais houve atuação do Pronapa, em diálogo direto com as realidades encontradas em instituições de outros estados brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADÍA, Oscar Moro. Bridging the gap in archaeological theory: an alternative account of scientific “progress” in archaeology. **World Archaeology**, 49(2), p. 271-280, 2017.

ABIUSO, Federico; KRAVETZ, Tatiana; VENTICINQUE, Ruben. Estrategias de difusión y exposición del Museo Nacional de Bellas Artes durante la cuarentena. In: XIV Jornadas de Sociología, 2022. **Anais...** Disponível em https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/82875836/1058_581-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1654418589&Signature=SluW9vla9OE0KbC4~gAcPiqVpKJ24JD7G~8CfK5fUypIUheSbu~lc5g1mL-XQy76d3hPqF7wlbVn~14I5q0RYeT2dThG4WWfVKCxP9-wq5DEuUVdV81v1PJnMuZoWrbtgWJQBCjGmqGh~dDNTDk3yHx2xbDfp0p6vjciBMBqUecVMD8c4CrEq-TjWxb4pJ5B1f7PrSNSv-JGYDLB2hVvf9E8kUUUbIJkhP7ioDjexeW38Cd4MsD~jO-Ev11kMJB3~k2Vf7oeUGbsPvpOn05Ky7m8iBTvGbzcjvACWnPbpdQ7HHgzGqJiB5WbMQDzNWxVKhhgFt6GVHKBEOlfhVa7Fw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 24 mai. 2022.

AGOSTINHO, Pedro. Ensino Pós-Graduado, teoria e pesquisa antropológica – uma experiência na Universidade da Bahia. **Revista de Antropologia**, p. 133-142, 1979.

AQUINO, Vanessa; MATTIA, Gabriela; VARGAS, Aline. Museus em [im] previsível transformação: as proposições dos museus gaúchos no ciberespaço durante a 14ª Primavera dos Museus. In: SCHIAVON, Carmem; et al. (org.). **Patrimônios em perspectivas: histórias, memórias e identidades**. p. 102-112. Porto Alegre: Casalettras, 2021.

AUGÉ, Marc. **Non-lieux: introduction à une anthropologie de la sur-modernité**. Paris: Seuil, 1992.

BAHN, Paul; RENFREW, Colin. **Arqueología - Teorías, Métodos y Práctica**. Madrid: Akal, 2007.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A revolução mexicana**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARONA TOVAR, Fernando. Museos, antropología e identidades culturales en Colombia. In: LIMA FILHO, Manuel; ABREU, R.; ATHIAS, R. **Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas**. p. 57 -71. Recife: Editora UFPE, 2016.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, n. 44, p. 32-51, 2000. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30093>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BASTOS, Rossano Lopes. **Uma arqueologia dos desaparecidos: identidades vulneráveis e memórias partidas**. São Paulo: Superintendência do IPHAN em São Paulo, 2010.

BELMONTE, Alexandre. Italianos no Rio de Janeiro (1840 – 1860): história social e construção da identidade italiana na cidade. In: AZEVEDO, André; SARMIENTO, Érica;

AMARO, Fausto (org.). **Rio de Janeiro – uma cidade em perspectiva**. p. 54-67. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2019.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. 1955. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4179833/mod_resource/content/1/A%20OBRA%20DE%20ARTE%20NA%20ERA%20DE%20SUA%20REPRODUTIBILIDADE%20T%C3%89CNICA.pdf. Acesso em: 12 mai. 2022.

BEZERRA, Márcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista de Arqueologia Pública**, 7, p. 107-122, 2013.

BONONO, Mariano; FARRO, Máximo. El contexto sociohistórico de las investigaciones de Samuel K. Lothrop en el delta del Paraná, Argentina. **Chungará – Revista de Antropología Chilena**. v. 46, n. 1, P. 131-144, 2014.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Estudos de cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio. **Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia**. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Rio de Janeiro: 2009.

_____. Museologia: entre abandono e destino. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 17, p. 19-28, 2020.

CABRAL, Mariana Petry. De cacos, pedras moles e outras marcas: percursos de uma arqueologia não-qualificada. Amazônica. **Revista de Antropologia**, 6, p. 314-331, 2014.

CALIPPO, Glória. Arqueologias nas redes sociais: o passado representado em tempos de pandemia. **Revista de Arqueologia**, v. 35, n. 1, p. 205-222, 2022.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

COSTA JR, Waldemir Rodrigues; THOMÉ, Zeina Rebouças Corrêa. Museus Virtuais: o Museu da Pessoa na Construção do Conhecimento Histórico e Geográfico pela Criança em Tempos de Pandemia de Covid-19. **EaD em Foco**, v. 12, n. 1, 2022.

CUERVO, Roberto; CALDERÓN, Edna. Los museos colombianos en tiempos de pandemia. **Revista Proyección Social**, v. 5, n. 1, p. 76-84, jan. 2022.

CURY, Marília Xavier. Circuitos museais para a visita crítica: descolonização e protagonismo indígena. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 7, p. 87-113, 2017.

_____. Metamuseologia: Reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 17, p. 129–146, 2020.

DIÁRIO DE NATAL. **Pouco espaço e falta de meios prejudicam Inst. de Antropologia**. Natal: ed. 26 jan. 1963.

DUQUE, Beatriz Salazar. La transformación de los museos en tiempos de pandemia. **Revista de Extensión Cultural**, v. 66, 2021.

EDGEWORTH, M. Further notes on the archaeological object. **Archaeological Dialogues**, 25(1), p. 25-28, 2018.

FERREIRA, Lucio Menezes. Essas coisas não lhes pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. **Revista de Arqueologia Pública**, 7(1), p. 87-106, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. **Ciência e Cultura [online]**. Vol.65, n. 2, 2013. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200010. Acesso em: 26 jun. 2021.

_____; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GNECCO, Cristóbal. “Escavando” arqueologias alternativas. **Revista de Arqueologia (SAB)**, 25(2), p. 8-22, 2012.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. time to destroy: an archaeology of supermodernity. **Current Anthropology**, 49(2), p. 247-279, 2008.

_____; GONZÁLEZ, Pablo Alonso; CRIADO-BOADO, Felipe. Against reactionary populism: towards a new public archaeology, **Antiquity** 362, p. 507-515, 2018.

HALL, Stuart. When was the postcolonial? In: CHAMBERS, Iain; CURTI, Lidia; BALZANO, Wanda (ed.). **The post-colonial question: common skies, divided horizons**. Londres: Routledge. p.242-260, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Age of extremes: the short twentieth century 1914 – 1991**. Londres: Michael Joseph, 1994.

HUTCHINGS, Rich; LA SALLE, Marina. Teaching anti-colonial archaeology. **Archaeologies. Journal of the World Archaeological Congress**, 10 (1), p. 27-69, 2014.

OLIVEIRA, Josilene Aparecida de. História da arqueologia paranaense: um balanço da produção arqueológica no Paraná no período de 1876-2001. **Diálogos**, v. 6, n. 1, p. 223 - 226, 20 jun. 2017.

KAPUŚCIŃSKI, Ryszard. **O xá dos xás**. 1a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

LIMA, Tânia Andrade. A arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha. **Canindé**, Xingó, n. 9, p. 11-24, 2007.

LUCAS, Gavin. The unburied. On archaeological objects and objectives. **Archaeological Dialogues**, 25(1), p. 21-25, 2018.

MACHADO, Juliana Salles. Ilha Caviana: sobre suas paisagens, tempos e transformações. Amazônica. **Revista de Antropologia**, 6, p. 283-313, 2014.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Editora Universitária UFPE, 1997.

MARTÍNEZ, Susana Gómez; RAFAEL, Lígia; TORRES, Cláudio. Mértola Vila Museu: um projeto arqueológico de desenvolvimento integrado. **Revista Arqueologia Pública**, v. 10, n. 3, p. 55-80, out. 2016.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. O Estado de direito entre os autóctones do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v.11, p. 20-82. 1907 (1832). Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:martius-1906-direito>. Acesso em 13 mai. 2021.

MARZIALE, Nicole Palucci A importância da reafirmação da função social dos museus: antes, durante e depois da pandemia. Perspectivas de mudança?. **O Público e o Privado**, v. 19, n. 38, p. 23-53, jan/abr. 2021.

MEGGERS, Betty. A contribuição do Brasil à interpretação da linguagem cerâmica. **Arqueologia: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas**, Curitiba, v. 4 (especial), p. 31-56, 2007. Disponível em: <http://journals.kvasirpublishing.com/arq/article/viewFile/105/126>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MILLER, Tom. Arqueologia no Rio Grande do Norte: balanço e perspectivas. In: XVII Semana de Humanidades - CCHLA/UFRN, 2009, Natal. **Anais...** Natal, 2009.

MORTEAN, Camilla Kruke. **A comunicação cultural estratégica em tempos de pandemia: como conectar museus e públicos**. 2021, 100 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Comunicação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/50978/1/ulflickrmortean_tm.pdf. Acesso em 28 abr. 2022.

MUSEU CÂMARA CASCUDO. **Relatório de Gestão 2020**. Natal, [entre 2020 e 2021]. Disponível em: <https://mcc.ufrn.br/storage/documents/utsh28dvyanc3jlp2t2jhajzmvby37.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

_____. **Plano Museológico 2015 – 2020**. Natal, 2015. Disponível em: <https://mcc.ufrn.br/storage/documents/gxzb13bxhhmojuneytq1cresw17ruw.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

_____. **Portaria 11/68 do Instituto de Antropologia**. Natal, 1968.

_____. **Relatório de Gestão 2019**. Natal, [entre 2019 e 2020]. Disponível em: <https://mcc.ufrn.br/storage/documents/3b5cv2eo2s71h36m0mpfx1psurf3c7.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

NASSER, Nássaro. Considerações preliminares sobre a arqueologia. **Publicações Avulsas do Museu Goeldi**. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do quarto ano 1968 – 1969. n. 15. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971.

- _____. **Atividades de Pesquisa do Departamento de Arqueologia**. Natal, [ca. 1972], n.p.
- _____. **Tribes that endured: four Brazilian cases**. 1982, 221 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade da Flórida, Gainesville, 1982. Disponível em: <https://ufdcimages.uflib.ufl.edu/AA/00/05/23/56/00001/tribesthatendure00nass.pdf>. Acesso em 22. fev. 2022.
- _____; CABRAL, Elizabeth Mafra. **Pesquisa em sítio de cerâmica arqueológica em Vila Flor**. p. 1 – 2, 1964.
- NATIV, Assaf. On the object of archaeology. **Archaeological Dialogues**, 25(1), p. 1-21, 2018.
- NAVARRO, Óscar; TSAGARAKI, Christina. Museos en la crisis: una visión desde la museología crítica. **Museos.es**, n. 5-6, p. 50-57, 2009-2010.
- NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p. 1239-1264, set.-dez. 2007.
- NÚÑEZ, Rebeca; ROTEN, Pablo. Estudio de públicos como estrategia de comunicación externa y virtual em um contexto de pandemia. **Cultura en Red**, v. 10, n. 1, p. 97-111, 2021.
- O GLOBO. **IAB conclui estudo sobre o povoamento do país na pré-história**. Rio de Janeiro: ed. 28 mai., vespertino, 1973.
- OLVERA, Fabiola Hernández. Pandemia y museos, ¿Llegó el momento de la transformación?. **Revista de Arte Ibero Nierika**, n. 19, p. 173-178, 2021.
- PACE, Richard. O legado de Charles Wagley: uma introdução. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 9, n. 3, p. 597-602, set.-dez. 2014.
- PESSOA, Nara da Cunha. O museu está vivo (?) - O momento atual do Museu Câmara Cascudo. In: IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, UFBA – Salvador, 2018. **Anais...** Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14172.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.
- POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- _____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- PRICE, Sally. Higienização da cultura, poder e produção de exposições museológicas. In: LIMA FILHO, Manuel; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato (org.). **Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas**. Recife: UFPE: ABA, p. 273-283, 2016.
- PRONAPA. Brazilian Archaeology in 1968: An Interim Report on the National Program of Archaeological Research. **American Antiquity**, vol. 35, No. 1, pp. 1–23, jan. 1970. doi:10.2307/278174.

REIS, José Alberione dos. Há uma condição de possibilidade de diálogo entre regimes de conversação e regimes de conhecimentos: de um lado as cosmologias ameríndias e suas materialidades e, de outro, a arqueologia. **Revista de Arqueologia**, 30(1), p.120-143, 2017.

RIBEIRO, Alice; MASSARANI, Luisa; FALCÃO, Douglas. Museus de ciências e Covid-19: análise dos impactos da pandemia no Brasil. **Museologia e Patrimônio**, vol. 15, n. 1, p. 243-269, 2022.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Território, patrimônio e turismo com base local – uma relação inequívoca. In: SEABRA, Giovanni (org.). **Turismo de Base Local – Identidade cultural e desenvolvimento regional**. p. 15 – 30. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Una epistemología desde el sur: la reinvenición del conocimiento y la emancipación social**. México: Siglo XXI, CLACSO, 2009.

SANTOS, Raquel Barros dos. **Antropologia, arqueologia e identidade no nascimento do Museu Câmara Cascudo (1960-1973)**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.unirio.br/ppg-pmus/raquel_barros_dos_santos.pdf. Acesso em: 27 jul. 2021.

SARRAF, Viviane Panelli. Direito e Acesso ao Patrimônio Cultural: Reflexões sobre Humanidades Digitais no contexto dos Museus e os novos desafios da Pandemia do Covid-19. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 10, n. especial, dez. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCIFONI, Simoni. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 14, p. 77-88, 2003.

SEILERT, Sara; BOELSUMS, Mariah. #MuseuEmCasa: desafios enfrentados pelo Museu Nacional da República em tempos de pandemia e isolamento social. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 7, n. 3, p. 184-190, 2020.

SEMEDO, Alice. Representações e identidade em exposições de museus. In: MOLINA PUCHE, Sebastián; CUENCA LÓPEZ, José María (Coord.). **Enseñanza de la historia y formación de identidades colectivas**. Saragoza: Asociación Proyecto Clío. Nº 41, 2015. Disponível em: <http://clio.rediris.es/n41/articulos/mono/MonAsemedo2015.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual.** – São Paulo: Corte, 2007.

SILVA, Abrahão Sanderson. Musealização da arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguares. **Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso)**, v. 26/27, p. 59-76, 2014.

_____. A Estratigrafia do Abandono: dois museus públicos potiguares. **O público e o privado**, v. 6, n. 12 jul. dez, p. 59-71, 2008.

SILVA, André Fabrício. Pandemia, museu e virtualidade: a experiência museológica no “novo normal” e a ressignificação museal no ambiente virtual. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 29, 2021.

SILVA, Fabíola Andréa. A curadoria da coleção Asurini do Xingu no WeltMuseum Wien. In: Marília Xavier Cury. (Org.). **Direitos Indígenas no Museu. Novos procedimentos para uma nova política à gestão de acervos em discussão**. p. 129-134. São Paulo: ACAM Portinari/Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2016.

SILVA, Jacqueline Souza. O instituto de Antropologia e o seu museu expositor: os primórdios e a criação do Museu Câmara Cascudo/UFRN. In: XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Natal, 2013. **Anais...** Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364752636_ARQUIVO_artigo-anpuh-31marco.pdf. Acesso em: 24 jul. 2021.

_____; ALBUQUERQUE, Glaudson Freire de. Contornando velhas dificuldades perante novas demandas: o Museu Câmara Cascudo da UFRN como estudo de caso. **Revista CPC**, v. 16, n. 32, p. 112-143, 2021.

SILVA, Luciano; et al. Coleção Nássaro Nasser: A Cerâmica Decorada no Acervo Arqueológico do Museu Câmara Cascudo, UFRN. **CLIO Arqueológica**. v. 33. n. 3. P. 118 – 135, 2018. Disponível em https://www3.ufpe.br/clioarq/images/documentos/V33N3-2018/artigo4_2018-3.pdf. Acesso em: 26 mai. 2021.

SILVA, Maurício André da. **Memórias e Histórias no sudoeste Amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia**. 2015, 224f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-27052015-112059/pt-br.php>. Acesso em: 04 dez. 2019.

STAHL, Ann. Assembling “effective archaeologies” toward equitable futures. **American Anthropologist**, 122 (1), p. 37-50, 2020.

TERENZANI, Alejandro. Museos, redes sociales y pandemia. **Revista Invecom “Estudios transdisciplinarios en comunicación y sociedad”**, v. 2, n. 2, p. 238-257, 2022.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.

VARGAS, Amilcar; PÉREZ, Esther Mínguez; YUSIM, Ricardo Ignacio. La adaptación digital de los museos post Covid-19: oportunidades y retos para su transformación tecnológica. El caso de Casa Batlló en Barcelona. **Her&Mus. Heritage & Museography**, v. 22, p. 81-103, 2021.

WICHERS, Camila de Moraes. Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura: provocações feministas. **Revista de Arqueologia (SAB)**, 30(2), p. 35-50, 2017.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**, Unesp, 2009.

APÊNDICE I – IMAGENS COLETADAS NO ARQUIVO DO MUSEU CÂMARA CASCUDO

- no médio São Francisco, em Poções e no sambaqui da Ilha do Casqueiro na Bahia. Esses trabalhos receberam a orientação do prof. Valentin Caldeon da Universidade Federal da Bahia. (doc. 5a)
- 1966 - Estudo das inscrições rupestres localizadas na Chapada do Apodi (RN), segundo projeto do Departamento de Arqueologia do I.A. da UFRN por nós elaborado.
- 1965-72 - Participação no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, desenvolvido no Rio Grande do Norte, e que teve o co-patrocínio do Conselho Nacional de Pesquisas, Smithsonian Institution e Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse programa de pesquisas arqueológicas envolveu o estudo global de sítios cerâmicos, líticos e com inscrições rupestres e teve representantes em quase todos os estados brasileiros. O PRONAPA foi previsto para cinco anos de duração, porém foi prorrogado por mais dois. (doc. 47)
- 1968 - Participação em pesquisa paleontológica no Lajedo da Escada, município de Mossoró, promovida pelo Departamento de Paleontologia do então Instituto de Antropologia da UFRN. (doc. 21)
- 1971 - Viagem de inspeção a jazidas fossilíferas da Chapada do Araripe, Ceará, como representante do então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (doc. 22)
- 1972-73 - Participação em reconhecimentos de campo entre os Kiriri de Mirandela e Tuxá de Rodelas, Bahia, como tarefa do Curso de Mestrado em Ciências Humanas da UFBA. (doc. 23)
- 1973-74 - Trabalho de campo entre os índios Tuxá de Rodelas Bahia, como parte do Projeto de Pesquisa sobre Populações Indígenas da Bahia. O material coletado servirá para a elaboração da tese de Mestrado. (doc. 24).

TRABALHOS PUBLICADOS OU EM FASE DE PUBLICAÇÃO

1 - Publicados

- 1968a- "Geografia - 1". Curso de Madureza. Setor Rádio e TV Educação, Natal 76 p. (co-autoria) (doc.25)
- 1968b- "Geografia - 2". MEC. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Serviço de Assistência Rural. SERTE, NATAL. 56 p. (co-autoria) (doc.26)
- 1968c- "Geografia- 3". MEC. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Serviço de Assistência Rural. SERTE, Natal. 66 p. (co-autoria) (doc.27)
- 1970 - "Brazilian archaeology in 1978: an interim report on the National Program of Archeology Research". in: American Antiquity. Society for American Archaeology, Washington. vol. 35 nº 1 pp.1-35 (co-autoria) doc.28
- 1967 - "Notas preliminares sobre a arqueologia da foz do sistema Curimataú-Cunhaú". in: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Publ.Avulsas Mus. Pa. Emílio Goeldi, Belém. (doc. 29)
- 1971 - "Considerações preliminares sobre a arqueologia da bacia do rio Curimataú". in: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (4). Publ.Avulsas Mus.Pa. Emílio Goeldi, Belém. (doc.30)
- 1974 - "Nova contribuição à arqueologia do Rio Grande do Norte". in: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Publ.Avulsas Mus.Pa. Emílio Goeldi, Belém. (doc.31)
- 1969 - "Arqueologia brasileira em 1968, um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas". Publ.Avulsas Mus.Pa.Emílio Goeldi, Belém. (doc. 32) (co-autoria)
- 1966 - "Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica" Manuais de Arqueologia nº1. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Curitiba. (doc. 33)

- 1969 - "Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica".
Parte II. Manuais de Arqueologia nº 1. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Curitiba. (colaborador)
(doc.34)
- 1964 - "Informação sobre inscrições rupestres no Rio Grande Norte". in: Arq.Inst.Antrop., Natal. v.1 nº2 pp.91-124
(co-autoria) (doc.35)
- 1970 - "considerações preliminares sobre a arqueologia da bacia do rio Curimataú". in: Arq.Inst.Antrop., Natal.
(doc. 36).

2 - Em fase de publicação

- s/d - "Interrelação entre o padrão de povoamento arqueológico e ambiente natural na área da bacia do rio Curimataú". A ser publicado nos Anais do 39º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Lima, Perú.
- s/d - "Os Tuxá: breve informação". A ser publicado na Revista do Museu do Índio, FUNAI.

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E SEMINÁRIOS

1 - Congressos

- 1966 - 37º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Mar del Plata, Argentina, com apresentação de trabalho no Simpósio 4: "Programa Coordenado de Investigación Arqueologica en Brasil" (doc.37)
- 1970 - 39º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Lima, Perú, com apresentação de trabalho no Simpósio 6: "Algunos resultados de las recientes investigaciones arqueológicas en el Brasil". (doc.38)

2 - Seminários

- 1973 - 4º Seminário do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, realizado em Washington, D.C., Estados Unidos, com leitura de relatório sobre a situação arqueológica do Estado.

- 1964 - Seminário de Ensino e Pesquisas em Jazidas Cerâmicas, realizado em Curitiba, Paraná, e patrocinado pelo CEPA, Fulbright Commission, CAPES e Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná. (doc. 40) Participação como bolsista da CAPES.
- 1968 - II Seminário do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, realizado em Belém, Pará, no Museu Paraense Emílio Goeldi, com apresentação de relatório sobre as investigações arqueológicas no Rio G. do Norte. (doc. 41)
- 1970 - III Seminário do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, realizado em Lima, Peru, com apresentação de relatório sobre a situação arqueológica do Rio G. do Norte. (doc. 38).
- 1973 - Seminário sobre As Relações da Arqueologia com a Antropologia, na Cadeira de Antropologia I, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Participação como coordenador desse seminário. (doc. 42)
- 1968 - Seminário promovido pelo Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no qual proferiu palestra sobre material arqueológico de São Rafael, RN. (doc. 43).

CONFERÊNCIAS E PALESTRAS

- 1966 - "Notas preliminares sobre a arqueologia da foz do sistema Curimataú-Cunhaú", no Simpósio 4 do 37º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Mar del Plata, Argentina.
- 1970 - "Interrelacion entre el patrón de poblamento arqueológico y el ambiente natural del area de la hoyá del Rio Curimataú, Rio Grande do Norte", no Simpósio 6 do 39º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Lima, Peru.

CARGOS E FUNÇÕES

- 1964 - Designado para responder pela Chefia do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Antropologia da UFRN. (doc. 47)
- 1964 - Colaborou na organização e classificação da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. (doc. 48)
- 1965 - Responsável pela Chefia do Departamento de Arqueologia do Instituto de Antropologia da UFRN, cargo que continua a ocupar. (doc. 49)
- 1965 - Responsável pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas no Rio Grande do Norte. (doc. 50)
- 1966-67 - Representou o corpo discente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFRN, junto ao Departamento de Geografia desta faculdade. (doc. 51)
- 1970 - Designado para planejar e construir no Instituto de Antropologia da UFRN réplica de um sambaquí. (doc. 52)
- 1969 - Designado para representar a então Distância do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, para as questões arqueológicas e pré-históricas, cargo que ocupou até seu afastamento para Mestrado. (doc. 53)
- 1970-71 - Suplente do prof. Antonio Campos e Silva na representação do extinto Instituto de Antropologia junto ao Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFRN. (doc. 54)
- 1972 - Titular do CONSEPE como representante do Instituto de Antropologia, situação em que permaneceu até o afastamento para Mestrado. (doc. 54)

do-se relacioná-los com nossas preocupações teóricas pessoais de caráter mais amplo.

Nos seminários sob a supervisão do professor foram discutidos conceitos que muitas vezes levavam a calorosos debates até chegar-se a um esclarecimento satisfatório do tema em questão.

Ao final do curso apresentamos um "paper" cujo tema foi: "DESINTEGRAÇÃO E ACOMODAÇÃO EM DUAS TRIBOS TUPÍ"

2.3 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 - Baldus, Herbert - Bibliografia crítica de Etnologia Brasileira - 1954 e 1968
- 2 - Bates, M. - Human Ecology in Anthropology Today
- 3 - Galvão, Eduardo - Elementos básicos da horticultura de subsistência indígena - Rev.do Museu Paulista
- Aculturação Indígena no Rio Negro in Boletim do Museu Goeldi
- Áreas culturais indígenas do Brasil; 1900/1959. in Boletim Museu Goeldi
- 4 - Kietzman - ed. Indian of Brazil in the XX Century.
- 5 - Lathrap, Donald - "The Hunting" economies of The Tropical Forest zone of South America, in Man The Hunter.
- 6 - Laraia, Roque de Barros - Índios e Castanheiros e Da Matta, Roberto
- 7 - Meggers, Betty - New World prehistoric cultural development.
- 8 - Mellati, Júlio Cezar - Índios e Criadores
- Índios do Brasil

- 9 - Oliveira, Roberto Cardoso de - Sociologia do Brasil Indígena
 - O Índio e o mundo dos brancos
 - O processo de assimilação dos Terena
 - Urbanização e Tribalismo
- 10 - Ribeiro, Darcy - O Processo Civilizatório
 - Os Índios e a Civilização
- 11 - Schaden, Egon - Aculturação Indígena
 - Aspectos fundamentais da cultura Guarani
- 12 - Steward, Julian - Primitive Bands
 - ed. Handbook of South American Indians
- 13 - Santos, S. Coelho dos - A Integração do Índio na Sociedade Regional
- 14 - Wagley, Charles e Galvão, Eduardo - Os Índios Tenetehara

2.4 - SISTEMA DE AFERIÇÃO DO RENDIMENTO DOS ALUNOS

A aferição do rendimento foi feita com base nos seminários discutidos em classe, e um "paper" elaborado no final do curso sobre o tema - "DESINTEGRAÇÃO E ACOMODAÇÃO EM DUAS TRIBOS TUPI".

2.5 - CARGA HORÁRIA, NÚMERO DE CRÉDITOS CORRESPONDENTES E GRAU OU CONCEITO OBTIDO

A carga horária do curso foi de 60 (sessenta) horas, correspondente a 4 (quatro) créditos.

Obtivemos aprovação no referido curso com o conceito "S" - superior.



PROCESSO Nº 11740 FIA.02
 Instituto de Antropologia da U. F. R. N.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
 INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA "CÂMARA CASCUDO"

CERTIDÃO


CERTIFICO, para os fins que se fizerem necessários, que o Professor NASSARO ANTONIO DE SOUZA NASSER, lotado no Instituto de Antropologia "Câmara Cascudo" da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, responde pela Chefia do Departamento de Arqueologia desde a sua criação. O referido é verdade. Dou fé. Dada e passada aos 15 (quinze) dias do mês de maio do ano de 1970 (mil novecentos e setenta), em Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Dagmar Cortez das Chagas
 Dagmar Cortez das Chagas
 SECRETÁRIA

VISTO:

José Nunes Cabral de Carvalho
 Prof. José Nunes Cabral de Carvalho
 DIRETOR DO I.A.C.C.

dcc/.


MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA

PORTARIA Nº 11/68-IA

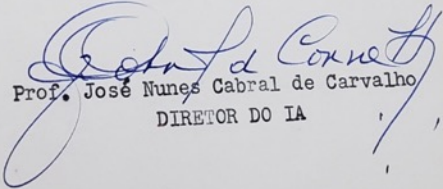
O Diretor do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, usando das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno do Instituto de Antropologia da UFRN,

R E S O L V E :

DESIGNAR o Pesquisador Nassaro Antonio de Souza Nasser para preparar, organizar e montar o Museu do Setor de Arqueologia.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPA-SE.

Secretaria do Instituto de Antropologia "Câmara Cascudo" da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, 14 de outubro de 1968.


Prof. José Nunes Cabral de Carvalho
DIRETOR DO IA

dec/.

161



Fragmento cerâmico da fase Curimatá, destacando-se a decoração em linhas sinuosas paralelas sobrepostas às paralelas estreitas verticais em preto sobre o engôbe branco.

Observa-se a faixa vermelha abaixo da borda e uma segunda, após a decoração semelhante a de cima.



Igaçaba apresentando decoração em faixas largas alternadas em preto e vermelho sobre o engôbe branco. Os traços decorativos situam-se na face interna caracterizando o uso ritual.

7000

ATIVIDADES DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

O Departamento de Arqueologia vem desenvolvendo três programas básicos de pesquisa: 1) Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas; 2) Estudos de Ecologia Cultural; 3) Arte Rupestre no Rio Grande do Norte.

1 - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA).

1.1 - Objetiva a criação de cronologia relativa para a ocupação pré-europeia do Brasil e levantamento básico de filiações culturais entre sítios e regiões, ambos como elementos básicos para a reconstrução do desenvolvimento cultural e difusão dos grupos pré-históricos.

1.2 - Nassaro Antonio de Souza Nasser é o pesquisador responsável pelo PRONAPA no Rio Grande do Norte.

1.3 - A Smithsonian Institution financiou o PRONAPA até 1971.

Observações: O PRONAPA é um programa de âmbito nacional, tendo como instituições ligadas ao seu desenvolvimento o Conselho Nacional de Pesquisas, Smithsonian Institution e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Oficialmente previsto para ter duração de cinco anos, foi concluído em 1970. Entretanto por motivo de atraso de pesquisas em algumas regiões, deverá, não mais com o cunho oficial que recebia, continuar por mais alguns anos. No nosso Estado, em suas linhas gerais, o programa terá andamento.

2 - Estudos de Ecologia Cultural

2.1 - Objetiva o estudo, no nível de culturas pré-históricas, da interrelação entre cultura e ambiente. É uma tentativa de verificar se a situação mesológica funcionou como elemento inibidor ou estimulador do processo cultural, principalmente no nível adaptativo de cada grupo aborígene.

2.2 - Nassaro Antonio de Souza Nasser em colaboração com os Departamentos de Geologia e Antropologia Biológica.

2.3 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através de diárias de campo e transporte, é o órgão financiador.

3 - Arte Rupestre no Rio Grande do Norte

3.1 - Objetiva o levantamento dos sítios com arte rupestre e conseqüente estudo para concluir sobre quem a desenvolveu, quando e por quê.

3.2 - Nassaro Antonio de Souza Nasser (responsável) tendo como colaboradores os estagiários Heloisa Maria Galvão e Pedro Roberto Pinheiro de Souza

3.3 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional financia parte do trabalho.

Nassaro Antonio de Souza Nasser
Nassaro Antonio de Souza Nasser
Chefe do Depart. de Arqueologia



UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA
Sede: Av. Hermes da Fonseca, 961
Natal - Rio Grande do Norte

Documento 6

CÓPIA DA ATA DE FUNDACÃO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE
DO RIO GRANDE DO NORTE

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e um, pelas dezesseis horas, na sede da Reitoria, sob a presidência do prof. Onofre Lopes, Magnífico Reitor, reuniram-se para tratar de assuntos relacionados com o início das atividades do Instituto / de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte os seguintes professores: Luis da Câmara Cascudo, José Nunes Cabral de Carvalho, Mons. Nivaldo Monte e Veríssimo de Melo.

Inicialmente, o prof. Onofre Lopes declarou que o Instituto / de Antropologia estava criado e que promovia aquela reunião para que fôsse traçado um programa de trabalhos para o ano de 1962. Sobre o Regimento Interno, entendia o Reitor que deveria ser elaborado oportunamente, à medida que fôsse conhecidas as necessidades do novo órgão de pesquisas da URGN. Houve então debates sobre os departamentos que deveriam ser criados dentro do Instituto, para divisão de trabalhos e distribuição de tarefas.

Com a palavra o prof. Luis da Câmara Cascudo declarou que o // Instituto deveria, inicialmente, constar de um Departamento de Antropologia Física, outro de Etnografia Geral, com uma Seção de Folclore, e um terceiro de Genética, com o que concordaram os presentes. A uma indagação do Magnífico Reitor sobre quais seriam as tarefas para o ano de 1962, o prof. Luis da Câmara Cascudo sugeriu, de início, para o Departamento de Etnografia Geral uma pesquisa sobre as áreas de cultura do Estado. Sendo / trabalho para vários anos de pesquisa, houve discussão em torno de programa mais restrito, tendo o prof. Veríssimo de Melo sugerido pesquisa sobre a ecologia do pescador norte-riograndense, com o que concordaram o prof. Luis da Câmara Cascudo e os presentes. Sobre o Departamento de Antropologia Física, o prof. José Nunes Cabral de Carvalho, com a palavra, sugeriu pesquisa sobre os nossos Sambaquis, o que foi aprovado.

Com a palavra o Magnífico Reitor declarou que estava nomeado para dirigir o Instituto de Antropologia o prof. Luis da Câmara Cascudo. Para o Departamento de Antropologia Física o prof. José Nunes Cabral de Car



UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE
 INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA
 Séde: Av. Hermes da Fonseca, 961
 Natal - Rio Grande do Norte

valho; para o Departamento de Etnografia Geral o prof. Luis da Câmara Cascudo; para a Secção de Folclore, o prof. Veríssimo de Mélo; e para o Departamento de Genética o prof. Mons. Nivaldo Monte.

Houve ainda troca de sugestões sobre o material necessário ao início das pesquisas, tendo o Magnífico Reitor assegurado todo o apoio à realização das tarefas programadas. Antes de encerrar a sessão, o Magnífico Reitor marcou nova reunião para o mês de janeiro, quando serão conhecidos detalhes dos planos de trabalho / do Instituto e encaminhadas providências necessárias à sua concretização. E para constar, eu, Veríssimo de Mélo, servindo de Secretário, redigi a presente ata, que vai assinada pelo Magnífico Reitor e todos os presentes, depois de aprovada.

(Assinam) Prof. Onofre Lopes da Silva
 Prof. Luis da Câmara Cascudo
 Mons. Nivaldo Monte
 Veríssimo de Mélo
 José Nunes Cabral de Carvalho



UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE
 INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA
 Sede: Av. Hermes da Fonseca, 961
 Natal - Rio Grande do Norte

PROGRAM OF RESEARCH OF THE
 INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA
 FOR 1965

1. Prehistoric ceramics of Vila Flor

Historic - In Vila Flor, county of Canguaretama, were recently collected sherds of a well characteristic ceramic, different from those habitually found in the area.

Summary of the work - Systematic digging in the area to collect material. Study of the material collected.

Approximate duration of work - 100 days.

Staff -

Chief: Nássaro Antônio de Sousa Násser.

Assistants: Elizabeth Mafra Cabral and Raymundo
 Teixeira da Rocha.

Geologist: Antônio Campos e Silva

Physical Anthropologist: José Nunes Cabral de Carvalho.

Workers: 5 men.

2. Variation of the ocean level during the Quaternary period.

Historic - The several proofs of variation of the ocean level during the Quaternary period (terraces, beach rocks, etc.) have been studied very briefly without a deeper coordination. Our research intends to relate them geocronologically. The research include the areas of Tibáú, Areia Branca, São Bento do Norte, Touros, Natal and Barra do Cunhaú. At Tibáú some preliminary studies have been made.

Summary of the work - Leveling and mapping of the beach rocks and terraces. Collecting of malacological material at the actual beach and beach rocks or other types of deposits. Classification of the material collected. Textural and structural study of the sediments. Correlation of the levels. Radio-carbon dating.

Approximate duration of work - 60 days.



UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE
 INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA
 Sede: Av. Hermes da Fonseca, 961
 Natal - Rio Grande do Norte

Staff -

Chief: Elizabeth Mafra Cabral.

Assistants: Nássaro Antônio de Sousa Násser and
 Raymundo Teixeira da Rocha.

Note - For a best work, the State was divided in four
 regions, the first of them was studied.

5. Caverns of the Olho d'Água da Escada.

Historic - The Olho d'Água da Escada region presents a
 very great number of caverns, in some of them are found fossil ma
 mmals.

Summary of the work - Speleological investigation. Col
 lecting of fossils and sediments. Paleontological and sedimentolo
 gical studies.

Approximate duration of work - 30 days.

Staff -

Chief: José Nunes Cabral de Carvalho.

Assistants: Manoel Daylor Teixeira de Vascon
 celos, Dario Dantas da Silva, Therizi
 nha Wanderley de Sá Leitão, Leon Dinis
 Dantas de Oliveira.

Geologist : Antônio Campos e Silva

.....

The INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO RIO GRAN
 DE DO NORTE requests:

- 1) One motor-pump, 7 HP, 7 inches of aspiration and 5 of
 compression, and 200 meters of flexible rubber hose.
- 2) Affilming camera of 16 milimeters.
- 3) 1.000 focts of virgin film, if possible colorfull. We
 would prefer a film that allows copies, the developing being made
 by the Smithsonian Institution, where the original film stay and a
 copy being sent to us.
- 3) Indispensable material for speleology.

A transportation of the model Rural Willys would be high-
 ly appreciated on account of the difficulties of transportation
 that we face at the moment.



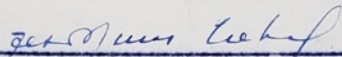
UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA
Sede: Av. Hermes da Fonseca, 961
Natal - Rio Grande do Norte

P. 4

The INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA, on the other hand, assumes the following compromises:

- 1) To send to the Smithsonian Institution one sample of each collected.
- 2) Provide accommodations to any visitant researcher from the Smithsonian Institution who wishes to participate or supervise the field work, not including the transportation from the United States to Natal.

Natal. November, 13, 1964



José Nunes Cabral de Carvalho
Diretor do Instituto de Antropologia

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE
 INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA
 - NATAL -

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA CULTURAL
SEÇÃO DE ARQUEOLOGIA

Pesquisa em Sítio de Cerâmica Arqueológica em Vila Flor

Como início de um plano de pesquisas sistemáticas em Sítios Cerâmicos a ser efetuado em todo Estado, tendo em vista traçar rotas migratórias e inferir sobre o modo de vida e situação social dos nossos aborígenes, começaremos os trabalhos de escavações arqueológicas na cidade de Vila Flor, local que servirá de ponto de partida para as pesquisas. A escolha recaiu nessa cidade pelas razões seguintes:

- a) Ter sido local de descoberta de uma igaçaba, cujos cacos encontram-se guardados em nosso Departamento e apresentam-se tipologicamente diferindo em muito aos padrões de decoração de outros achados cerâmicos no Estado, seja Tupi-Guarani ou Cariri.
- b) Existência de referência sobre um grupo indígena que primitivamente ocupou aquele sítio e cuja descrição coloca-os como bons ceramistas e hábeis canoeiros; os Paiaguás ou Paiaíás de família linguística desconhecida.
- c) O parecer dos profs. Clifford Evans e Betty Meggers do Smithsonian Institution e Mário Ferreira Lima do Museu Goelde, sobre uma acentuada semelhança na decoração dos cacos ali encontrados com exemplares achados na Ilha de Joanes em Marajó. O que pode significar um ramo desgarrado daquele grupo que emigrou para o Nordeste.
- d) O local onde foram encontrados os cacos localizar-se no centro da cidade, lugar cogitado para edificações públicas, que realizadas prejudicarão definitivamente nosso trabalho naquela localidade. Daí a premência de execução do mesmo.

Sumário dos trabalhos

Serão efetuados os seguintes tipos de trabalho na localidade:

- a) Levantamento e prospecção de toda área circunvizinha, principalmente as margens do rio Gramació onde esperamos localizar novos sítios cerâmicos.

- b) Escavações sistemáticas na área para coleta de material
- c) Coletar, se possível, restos ósseos para estudos somáticos, pelo Dep. de Antropologia Física, dos antigos grupos humanos ali sediados.
- Obs. Todo material recolhido, será posteriormente estudado em laboratório para interpretação.

Material necessário ao trabalho de campo

Vide relação anexa no final do relatório.

Orçamento

Alimentação e pousada	Cr\$ 270.000,00
Trabalhadores de campo	Cr\$ 90.000,00
Guia	Cr\$ <u>30.000,00</u>
Total	Cr\$ 390.000,00

Observações sobre os cálculos orçamentários:

- a) Cobrindo alimentação e pousada, três diárias na base de Cr\$ 6.000,00 "per capita".
- b) O guia e os trabalhadores de campo (4) tiveram suas diárias calculadas em Cr\$ 2.000,00 e Cr\$ 1.500,00 respectivamente, valor com que usualmente são pagos naquela localidade.
- c) Todo orçamento foi elaborado com base numa permanência em campo de 15 dias.

Natal, 4 de dezembro de 1964

Nassar A. de Souza Nasser
Nassar A. de Souza Nasser

Elizabeth Mafra Cabral
Elizabeth Mafra Cabral

Consideração preliminares sobre a arqueologia da bacia do rio Curimataú.

Mássaro A. de Souza Nasser
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ambiente geográfico

O material arqueológico, cujos estudos são agora divulgados, procede da região da bacia do rio Curimataú, em território norte-rio-grandense, situado entre Vila Flor e Serra de São Bento. Para maior comodidade na descrição, dividimos essa área em três setores: a) Baixo Curimataú, da foz até a cidade de Pedro Velho, compreendendo o Cunhau; b) Médio Curimataú, de Pedro Velho a Nova Cruz, na confluência do rio Calabouço que serve de divisa entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba; c) Alto Curimataú, da mencionada confluência às nascentes do Calabouço, no maciço da Serra de São Bento. Essa compartimentação revela, na realidade, três quadros morfoclimáticos bem distintos.

Na faixa leste, aparecem os tabuleiros arenosos, cujos bordos são escarpados em falésias e o conjunto modelado por amplos estuários afogados, fazendo-se sentir a ação da maré até a cidade de Canguaretama. A orla litorânea é balizada por duas, ao que parece, responsáveis, não apenas por generalizada torção dos estuários para o norte, como também pelo grande número de lagoas sub-litorâneas na área. A vegetação neste trecho é integrada por quatro feições bem marcadas. Dominando os tabuleiros encontra-se a cobertura homônima, do tipo savana ou campo cerrado (apud. Laroche, 1967: 125). Ao longo dos estuários afogados o manguezal distribui-se densamente. Nas vertentes, ao longo dos vales, às vezes galgando mesmo à alto dos tabuleiros, a floresta costeira, perene-folia, latifoliada e higrófila, teima em resistir aos roçados que ano a ano lhe reduzem a área. Finalmente, na orla costeira é característica a vegetação psamófila.

Os solos variam de latossolos bem nítidos aos hidromórficos das baixadas. Os últimos, imprestáveis para a agricultura pela salinidade; os primeiros, com curto ciclo de rendimento, pela lixiviação intensa no caso da remoção da cobertura florestal primitiva. Em termos de textura predominam os solos areno-argilosos ou argilo arenosos, não raro se encontrando áreas de arenoso franco bem ventilado e permeável.

O regime climático é do tipo As' de Köppen: (Guerra, 1964: 114). Quantitativamente a área figura dentre as mais chuvosas do Estado, com totais superiores a 1.000 mm anuais, decres

cente de leste para oeste.

O Médio Curimataí tem como feição dominante a topografia colinosa, modelada em rochas ígneas e metamórficas, que começam a aflorar em Pedro Velho, passando gradativamente para oeste em relevo menos ondulado, verdadeiro pediplano, que vai morrer abruptamente de encontro ao maciço da Serra de São Bento, cujos flancos vêm cortar em ângulo agudo a superfície aplainada. O clima passa gradativamente para semi-árido, refletindo-se na vegetação caducifolia, herbácea-lenhosa, estacional ou quase. Os solos são do tipo latossolo, regossolo ou mesmo litossolo; arenoso ou areno-argiloso, lixiviados e, onde a rocha favorece, um pouco rico em nutrientes minerais.

O Alto Curimataí, caracteriza-se pela presença de um núcleo residual do maciço da Borborema, que recebe o nome local de serras de São Bento, Japi e outros. O relevo é íngreme, marcado por amplas vertentes rochosas de ângulos acentuados. Os solos, areno-argilosos ou argilo-arenosos, às vezes ausentes, apresentam, não áreas ricas em nutrientes, assegurando colheitas regulares. Nas vertentes nuas, o solo encontra-se totalmente ausente, aflorando o granito porfiróide que constitui a rocha cominante da área. A vegetação, reduzida a cactáceas e bromeláceas nas áreas de afloramento rochoso, é arbustiva e subarbórea, apresentando ainda feições arbóreas, que chegam a configurar verdadeiras fisionomias subflorestais. Embora faltem dados climáticos sobre a área serrana, o clima é consideravelmente atenuado em termos de temperatura e os totais pluviométricos apresentam-se bem mais elevados que na superfície aplainada do nível inferior.

Resumo da arqueologia

O material arqueológico, coletado na área da bacia do rio Curimataí, procede de dezoito sítios cerâmicos, tipologicamente identificados como sítios-habitações abertos e sítios-cemitérios, sendo os primeiros em números de quatorze e os sítios-cemitérios totalizando quatro. Os sítios habitações, na sua totalidade, apresentaram refugo pouco profundo, nunca atingindo mais de 15 cm de espessura. Consequentemente, toda amostragem está composta por coleções de superfície.

Resultante da constância de certas características básicas da cerâmica, identificou-se apenas uma fase: a fase Curimataí. Entretanto, procedente de um sítio na cidade de Vila Flor, verificou-se cerâmica cujos traços diagnósticos, fornecidos pelas formas e motivos decorativos dos recipientes (Nasser, 1967; est. 30-b), sugerem um complexo diferente. Contudo, sua identificação definitiva vai depender de futuras informações.

O material lítico procedente da área, com exceção de um tembetá de amazonita e alisadores de arenito, é resultado de acha-

dos furtivos e completamente descontextuados culturalmente.

Fase Curimataú

Esta fase cerâmica encontra-se representada ao longo da área da bacia do rio Curimataú. Seus sítios, identificados como de habitação do tipo aberto e cemitério, localizavam-se preferencialmente em áreas primitivamente recobertas pela mata e/ou em terrenos cujo solo, arenoso e permeável, é favorável ao cultivo de roça. Não se notou grande relação entre a situação dos sítios e a proximidade dos cursos de água - os restos culturais foram coletados variavelmente entre 100 e 1000 metros das margens dos rios -, evidenciando, talvez, a pouca dependência de transportes fluviais, por conta do regime de intermitência dos rios. Nas áreas de maior altitude, notou-se a tendência para o estabelecimento dos sítios em meia encosta, enquanto nas terras baixas a preferência tendia para os planos.

As dimensões dos sítios-habitações apresentaram grande variação, com a ocupação cobrindo áreas de 80 até 9600 m². Os sítios considerados de tamanho médio (25 x 30m) foram mais frequentes. Os formatos também variaram entre irregularmente circulares ou elípticos. Na realidade o contorno foi estabelecido grosseiramente, porquanto os sítios encontravam-se bastante revolvidos pelo constante trabalho agrícola desenvolvido na região.

Os sepultamentos, produtos de descobertas acidentais, ficavam afastados dos locais de habitação e apresentaram pouca densidade. Todos eram secundários, usando-se como urna, via de regra, vasilhames comuns. Igualmente não constatou-se tampa apropriada para as urnas, sendo, inclusive, empregado assador.

Em nenhum sítio desta fase registrou-se refugo bastante espesso para escavação estratigráfica, depreendendo-se deste fato curto período ocupacional e/ou pouca densidade demográfica.

Cerâmica - A cerâmica constitui o traço mais característico desta fase, revelando-se predominante o tipo sem decoração - dos cacos coletados, em média, 82% correspondem aos tipos simples, 13,5 aos decorados pintados e 4,5 são decorados plásticamente.

A classificação da cerâmica simples através do tempêro, evidenciou três tipos: Pirari Simples, temperado com cacos triturados, bolas de argila e grãos de quartzo angulosos e sub-angulosos; Cunhaú Simples, com tempêro argilo arenoso, compacto, grãos de quartzo leitoso, angulosos e sub-angulosos que chegam a atingir 3 cm e, em menor frequência, feldspato e hematita; Pequerí Simples, com tempêro predominantemente arenoso, grande quantidade de grãos de quartzo angulosos e subangulosos, além do feldspato.

O método de manufatura mais usual em todos os tipos é o acordeado, embora em pequena escala verifique-se o modelado. A queima apresenta oxidação incompleta. A cor do núcleo, nos tipos simples Pirari e Cunhaú,

varia do cinza escuro ao claro e, eventualmente, ao alaranjado. No Pequeri Simples predomina o marrom escuro e claro. Nestes a pasta é friável e áspera ao tato.

O tratamento de superfície, tanto externa como internamente, é irregular, sendo comum as marcas deixadas pelo instrumento alisador. A cor varia do cinza escuro ao claro, com o marrom predominando no Pequeri Simples. Nos tipos Pirari Simples e Cunhau Simples verifica-se tendência para o engrossamento das paredes dos vasilhames, chegando, em alguns casos, até 4,5 cm de espessura.

Em reduzida quantidade coletou-se cacos temperados com areia fina, paredes delgadas, superfícies bem polidas e banho vermelho.

A técnica decorativa diagnóstica é a pintura em vermelho e preto sobre engobo branco, aplicada geralmente recobrimdo o interior dos vasilhames, a partir da borda ou face externa do lábio - nos vasos de boca constricta esta técnica é aplicada externamente. O vermelho sobre branco, o vermelho em duas tonalidades, o banho vermelho sobre as superfícies internas e externas, mais raramente, o preto são outras técnicas usadas. A pintura envolve motivos lineares ou curvilíneos em criações simples ou complicados desenhos abstratos. A decoração plástica mais frequente é a borda entalhada, associada à borda direta com lábio arredondado e forma plano circular ou elipsóide, sugerindo assadores. Seguem-lhe o acanalado e o escovado. De forma reduzida aparecem ainda o corrugado incipiente e técnicas combinadas como escovado-acanalado e escovado-corrugado. Em alguns recipientes notou-se a distribuição do acanalamento apenas no espaço entre o bojo e a base, sendo o restante simples.

Há grande pluralidade de formas com recipientes grandes, médios e pequenos em meia calota, elipsóide, esférica e carenada. Os lábios são planos, arredondados, apontados, biselados e dentados. As bordas igualmente variadas, são diretas, extrovertidas, verticais e inclinadas interna e externamente. O contorno das bocas varia em circular, elíptica e quadrangular. As bases são arredondadas, irregularmente planas e levemente cônicas. Registrou-se ainda bolos de argila queimada e, como apêndices, prováveis asas.

Material lítico - Em relação à cerâmica é pouco expressivo o material lítico ligado à fase Curimataú. Como exemplar bem definido, apenas coletou-se um tembetá de amazonita, medindo 4,5 cm de comprimento e alisadores de arenito, com sulco em meia cana.

Considerações preliminares

A descrição de fases cerâmicas registradas em outras regiões, identificadas como componetes da Tradição Tupiguarani, permite a análise afiliativa da fase Curimataú. Neste sentido, procurou-se correlacionar traços diagnósticos qualitativa e quantitativamente

significativos como tempêro, técnicas e motivos decorativos dos recipientes cerâmicos. Como refôrço, considerou-se ainda as similaridades de ordem ecológico-cultural, preferência no estabelecimento dos sítios-habitações e pretensa forma de exploração econômica do ambiente geográfico. Dêste modo, pôde-se, num contexto mais amplo, identificar a fase Curimataú como integrante da Tradição Tupiguarani (cf. Arqueologia Brasileira em 1968, 1969; 18). Por outro lado, de maneira particularizante, os traços diagnósticos desta fase se correlacionam com as fases Irapuã, Umuarama, Condor, Cambará e Itapicuru (Miller, 1969; Chmyz, 1967a-69; Calderon, 1967-69), componentes da subtradição Pintada, caracterizada pela alta frequência de decoração por pintura. Esse correlacionamento, por sua vez, vai implicar na origem não local da fase Curimataú.

Quanto à velocidade e direção tomada por êste complexo cerâmico no Estado, carecemos de informações mais positivas. De um ponto de vista estático, baseado em dados fornecidos pela verificação "in loco" e registro de achados ocasionais, a área de ocupação, até o momento constatada, compreende a faixa costeira oriental e prolongamento em direção oeste na região sul.

A situação cronológica relativa ao período inicial da ocupação ainda é desconhecida. Pode-se apenas colocar a fase Curimataú relativamente temporal à fase Itapicuru, definida na Bahia, cuja datação pelo C-14 indica A.D. 1270⁻130 (Arqueologia ..., 1969; 20). Quanto ao final da ocupação, considerando-se dados etno-históricos (Nasser, 1967; 125), coincidiria com o período de fixação do elemento europeu no Estado. Espera-se que a continuidade dos trabalhos de campo e descobertas de novos sítios venha a solucionar o problema.

A forma de economia praticada por essa fase pode ser considerada basicamente de subsistência, tendo como principal elemento, produtos de uma agricultura incipiente, processada de forma itinerante; sugerido pela alta frequência de assadores, encontrados em vários sítios, cuja presença está ligada ao processamento da mandioca brava. Em adição, a preferência observada na localização dos sítios-habitações, viria reforçar esta hipótese. A própria cerâmica, após reconstituição das formas e volume dos recipientes, leva a inferir-se sobre o preparo e conservação de alimentos e bebidas de origem vegetal. Não obstante a ausência de artefatos ligados à caça, pesca e coleta pode depreender-se sua prática por analogia com as atividades de grupos indígenas portadores de equipamento material similar. Mesmo a potencialidade ambiental em relação a essas atividades, poderia reforçar êste ponto de vista.

Agradecimentos

Os agradecimentos do autor à Profa. Elizabeth M. Cabral Nasser, colaboradora incansável durante os trabalhos de campo e laboratório; ao Prof. Antonio C. e Silva pela colaboração nos estudos de configuração geográfica da área pesquisada; aos demais colegas do I.A., que, de uma forma ou de outra prestaram sua ajuda ao Dep. de Arqueologia; e aos Srs. Wilson Ramalho e Genar Bezerril pelo auxílio que deram no decurso dos trabalhos de campo.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARQUEOLOGIA Brasileira em 1968
- 1969 - Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Publ. Avulsas, Mus. Pa. Emilio Goeldi, Belém, 12: 40 p. 10 fig. 6 est.
- Calderon, Valentin
- 1967 - "Noticias preliminar sobre as sequências arqueológicas do médio São Francisco e da Chapada Diamantina, Estado da Bahia". In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares. 1965-7. Publ. Avulsas, Mus. Pa. Emilio Goeldi, Belém, 10: 135-52 il.
- Chaves, Igmar - "Nota prévia sobre a arqueologia das regiões central e sudoeste do Estado da Bahia" In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares. 1966-7. Publ. Avulsas, Mus. Pa. Emilio Goeldi, Belém, 6: 59-73 il.
- Chmyz, Igor
- 1967a - "Dados parciais sobre a arqueologia do Vale do rio Paranapanema". In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares. 1966-7. Pbl. Avulsas, Mus. Pa. Emilio Goeldi, Belém, 10: 95-108 il.
- Guerra, Antonio Teixeira
- 1964 - "Tipos climáticos do Brasil". In: Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro, Ed. Delta S.A., 110-115 v. 1 ed. 2
- Laroche, François Albert
- 1967 - "Estudo dos trabalhos de pesquisas agrícolas realizadas pela SUDENE em tabuleiros costeiros do Nordeste". In: SUDENE-Bol. Rec Nat., Recife, v.5, n. 2/4 p. 117-74.
- Miller, Eurico Th.
- 1969 - "Pesquisas arqueológicas efetuadas no noroeste do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai)". In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares. 1966-7. Publ. Avulsas, Mus. Pa. Emilio Goeldi, Belém, 10: 33-54 il.
- Nasser, Nássaro A. de Souza
- 1967 - "Notas preliminares sobre a arqueologia da foz do sistema Curimataú-Cunhaú". In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares. 1965-6. Publ. Avulsas, Mus. Pa. Emilio Goeldi, Belém, 6: 121-8 il.



"11"

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
MUSEU "CÂMARA CASCUDO"
Criado a 22 de novembro de 1960

* Sítio Arqueológico: São Lourenço
Local: Fazenda São Lourenço
Autor: A. F. G. Laroche e A. S. S. Laroche
Ano: 1979.

Município: São Tomé

* Sítio Arqueológico: Serra do Ronco
Local: Fazenda Malhada do Rio
Autor: A. F. G. Laroche e A. S. S. Laroche
Ano: 1981.

Município: Upanema

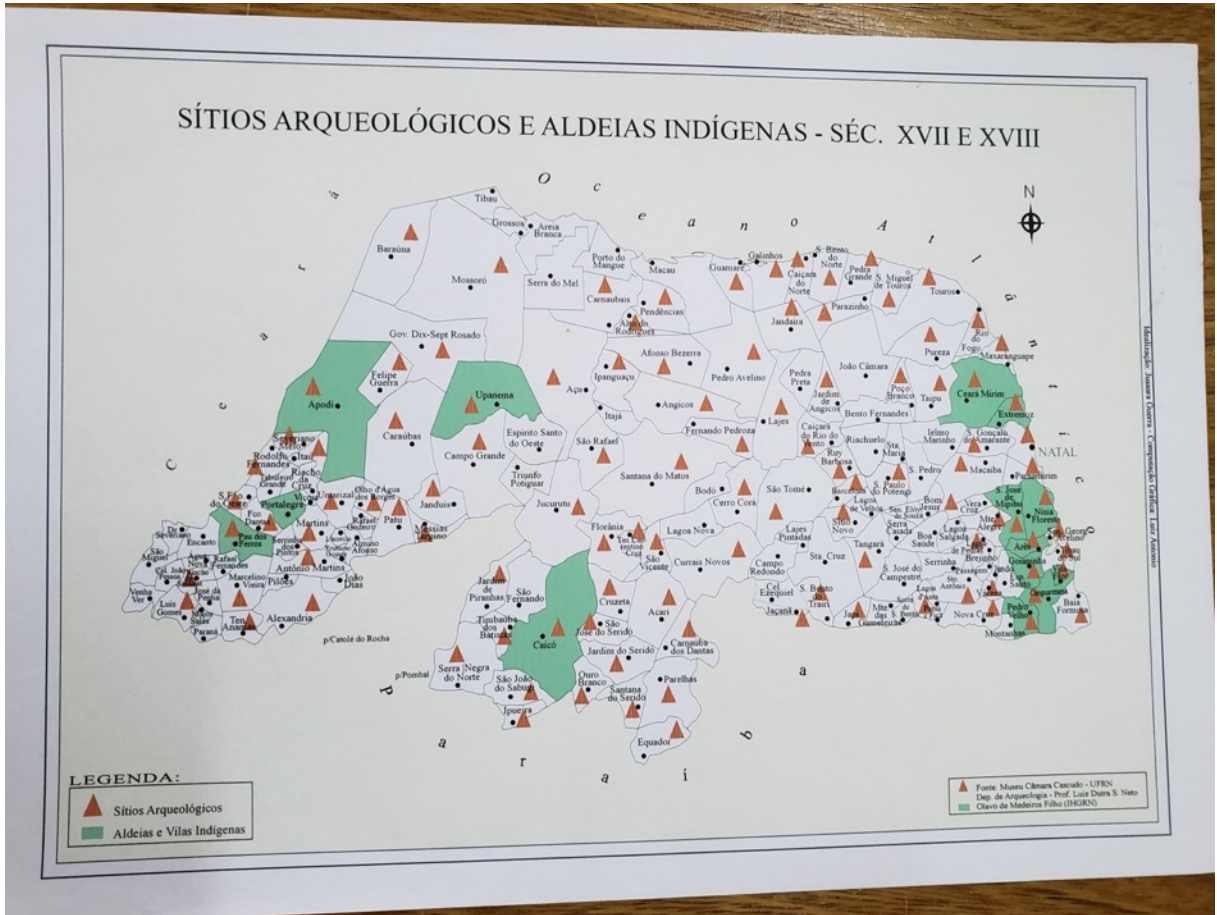
* Sítio Arqueológico: Pedra do Serrote de Cima
Local: Fazenda Riacho Fundo
Autor: Profª Luiz Dutra de Sousa Neto
Ano: 1990.

Município: Goianinha

* Sítio Arqueológico: Curimataú
Local: Bacia do Rio Curimataú
Autor: Nássaro A. de Souza Nasser
Ano: 1971.

Município: Arês

* Sítio Arqueológico: Guarairas
Local: Margem da Lagoa de Guarairas
Autor: Nássaro A. de Souza Nasser
Ano: 1974.



Secre
GABINETE DO SECRETARIO

O portador, Professor NASSARO ANTONIO DE SOUZA NASSER, cuja fotografia se vê ao lado, tem a seu cargo a tarefa de explorar monumentos arqueológicos e pré-históricos existentes no Estado, pelo que recomendo aos Delegados de Polícia que dêem toda a colaboração e apoio, para o êxito da referida tarefa.

Natal, (RN), 28 de abril de 1972

Rubens Pereira de Araújo
RUBENS PEREIRA DE ARAÚJO - CEL
 -Sec. de Est. do Int. e Seg. -

Lei Federal nº 3.194 de 26/07/1961.

Polícia Civil - R. O. N. - Natal - RN

Ne
 Adm do ex-sec

N ^o	N ^o	Descrição	Procedência	Outros	Data Entrada	N ^o Exemplos	Observações
01	91	Machado comp. max 97mm, larg. max 93mm esp. max 31mm diorito	faz. João Loucos - Jandua - RJ	Joaquim D'Alva - RJ		1 (um)	
02	92	Alisador quartz. 43mm comp. max. larg. max 40mm esp. max 19mm granito	Caicara do Rio do Vento - RJ	Luiz da Mata - Terena	1968	1 (um)	
03	93	Alisador (uma banda) - bordo 12 cm diorito	Caicara do Rio do Vento - RJ	Luiz da Mata - Terena	1969	1 (um)	
04	94	Bastidor cilindro - comp. max 210 mm diâmetro 90 mm diorito	Caicara do Rio do Vento - RJ	Luiz da Mata - Terena	1969	1 (um)	
05	95	Pedra mo. redonda diâmetro 200 mm esp. max 40 mm granito	Faz. Cabaco - Jandua - RJ	Joaquim D'Alva - RJ			
06	96	Machado comp. max 27 mm larg. la. min. 65 mm larg. toco 40 mm xisto biolito	Coopa Guararás - Snador Georgeo - RJ	Nasaro Nasar	COLETA 25/06/1991 - 19/06/91	1 (um)	
07	97	Machado el. talão el. sulco - comp. max 180 mm larg. max 32 mm diorito	Sítio Vagante - Parilhos - RJ - Prop. Cirilo Santos		1970	1 (um)	
08	98	Machado el. sulco no talão - comp. max 219 mm larg. max 36 mm diorito	Sítio Vagante - Parilhos - RJ - Prop. Cirilo Santos		1970	1 (um)	
09	99	Fragmento de machado el. duplo sulco lat. larg. 65 mm x 52 comp.	Coopa Guararás - Snador Georgeo - RJ	Nasaro e Pedro	1971	1 (um)	
10	100	Vaso quadrangular, base hexágono aplanado, paredes baixas pl. el. na borda arredada, boca 6,9 cm x 2,3 cm altura 8 cm	Vila Flor	Nasaro e Elisabeth Cabral		1 (um)	
11	101	Vaso forma elipsoidal, boca ampliada, base hex. arredondada, boca 13 mm x 6,8 mm, altura de 23 mm				1 (um)	uma funaria
12	102	Vaso elíptico, boca ampliada base arredondada, altura da boca 6,7 x 8,2 mm, altura 23 mm, decorada interna com linhas e geométricas, via externa e base de base engloba base				1 (um)	
13	103	Vaso quadrangular, quadrangular, boca ampliada, base arredondada, abertura da boca 4,5 x 4,0 mm, altura 12, decorado externamente pl. barro vermelho				1 (um)	
14	104	Tijola elipsoidal, boca ampliada base apianada, 1/3 metro da boca 20 x 19 mm e altura de 8 mm, apertada, sinais de fôrno e interno de barro vermelho				1 (um)	
15	105	Tijola ovalada com base plana e paredes que se curvam para cima, ar. al. acima a borda arredada, com base ligeiramente	Serra de São Bento	Nasaro e Elisabeth Cabral		1 (um)	

N ^o	N ^o	Descrição	Procedência	Outros	Data Entrada	N ^o Exemplos	Observações
01	106	Vaso irregularmente quadrangular, boca ampliada, boca arredondada, boca 14 x 32 mm, altura de 19 mm, decorado internamente pl. barro vermelho				1 (um)	
02	107	Vaso irregularmente quadrangular, boca ampliada, boca arredondada, boca 14 x 32 mm, altura de 19 mm, decorado internamente pl. barro vermelho				1 (um)	
03	108	Vaso elipsoidal, boca ampliada, boca arredondada, boca 14 x 32 mm, altura de 19 mm, decorado internamente pl. barro vermelho				1 (um)	
04	109	Vaso elipsoidal, boca ampliada, boca arredondada, boca 14 x 32 mm, altura de 19 mm, decorado internamente pl. barro vermelho				1 (um)	
05	110	Vaso elipsoidal, boca ampliada, boca arredondada, boca 14 x 32 mm, altura de 19 mm, decorado internamente pl. barro vermelho				1 (um)	
06	111	Tijola forma ovalada, boca ampliada, boca arredondada, boca 14 x 32 mm, altura de 19 mm				1 (um)	
07	112	Tijola forma ovalada, boca ampliada, boca arredondada, boca 14 x 32 mm, altura de 19 mm				1 (um)	
08	113	Vaso elipsoidal, boca ampliada, boca arredondada, boca 14 x 32 mm, altura de 19 mm				1 (um)	
09	114	Vaso elipsoidal, boca ampliada, boca arredondada, boca 14 x 32 mm, altura de 19 mm	Vila Flor	Nasaro e Elisabeth		1 (um)	
10	115	Machado de granito el. sulco, boca comp. 120 mm x 100 mm, larg. 55 x esp. 46 mm	Coopa de Bonim - RJ - Snador Georgeo - RJ	Antonio da Silva	1970	1 (um)	base de faz. Moura Santos (BB)
11	116	Fragmento de bastidor, arredado: alt. 62 mm, esp. max 48 mm, larg. 48 mm				1 (um)	
12	117	Alisador, arredado: alt. 115 mm, esp. max 62 mm, larg. 154 mm. Material Basalto				1 (um)	
13	118	Fragmento de peça: alt. 115 mm, esp. max 48 mm, larg. 69 mm. Material Basalto				1 (um)	
14	119	Fragmento de machado: alt. 72 mm, esp. max 34 mm, larg. 81 mm. Material Basalto				1 (um)	
15	200	Tumbeta: alt. 34 mm, esp. max 49 mm, larg. 24				1 (um)	